



A Nação

JORNAL INDEPENDENTE



Empreendedorismo

Jovens produzem candeeiros decorativos a partir da reciclagem de vidro e PVC

Págs. 6 e 7 in ETC



Novo Governo com “velhas caras”

Fernando Elísio em alta, Olavo nem tanto

Págs. 2 e 3

Saúde

Brigada médica cubana: um ano de combate à covid-19 no país

Págs. 2 e 3 in ETC



João Serra

Cabo verde: desafios ao financiamento económico e social no contexto e pós pandemia de covid-19 (3)

Págs. 8 e 9 in ETC

Solidariedade

Ex-estudantes salesianos ajudam a tirar ex-porteiro da escola das ruas

Pág. 4 in ETC

Desporto

Seleccção feminina estreia-se no CAN 2021 frente a Angola

Pág. 23

Mandioca Digital



Pág. 27

PUB

AO SABOR DE CABO VERDE



MANGA CALABACEIRA
COMPAL DI TERA



Compal. Especialista em Frutologia.

Novo Governo com “velhas caras”

Fernando Elísio em alta, Olavo nem tanto



É bem provável que venhamos a ter um novo Governo com “velhas caras” e sem grandes novidades em relação à legislatura que ora finda. Como se sabe, Ulisses Correia e Silva é pouco dado a mudanças, prefere aumentar o elenco governamental, em vez de “despedir” ministros. Quando muito, prefere que os incomodados saiam pelos próprios pés.

Daniel Almeida

Fernando Elísio Freire, por aquilo que fez na recta final da IX nona legislatura, quando acumulou as funções de ministro da Família e Inclusão Social, e pelo seu desempenho na campanha para as legislativas de domingo, deve almejar uma “promoção” no próximo Governo. Sendo já ministro de Estado, e o verdadeiro braço direito de Ulisses Correia e Silva, resta saber com que “patente” irá aparecer no próximo elenco governamental.

Mas o problema está em como resolver a situação de Olavo Correia que, logo no início da legislatura que ora finda, fez tudo e conseguiu “uma promoção” para o cargo de vice-primeiro-ministro, relegando o primeiro vice-presidente do MpD, Elisio Freire, para ministro de Estado.

Na altura, a nomeação de Olavo como VPM foi encarada

com uma certa naturalidade, face a um excesso de protagonismo, ofuscando, de certa forma, o próprio chefe do Governo.

Inicialmente, como ministro da Finanças, Correia estava em todas e aparecia na comunicação social, mais que qualquer outro dos outros governantes. Contudo, depois dessa ascensão, como número dois do Governo, o seu discurso tornou-se redondo, repetitivo, com o uso sistemático de chavões e frases feitas.

Quem não se lembra da célebre tirada: “temos dinheiro

que nunca mais acaba”; “vamos sobrevoar essa pandemia”... Prometeu uma bazuca financeira para apoiar as empresas a fazer face aos efeitos da pandemia da covid-19, mas, ao que parece, essa arma tinha pólvora seca.

Além disso, entre outros vários anúncios, que ficaram por concretizar, prometeu 11 boeings para a Cabo Verde Airlines para 2019, aviões estes que, infelizmente, nunca chegaram.

Aliás, Olavo Correia ofuscou-se nos últimos meses da governação e pouco ou quase

nada se soube dele durante o período pré-eleitoral, repetindo-se o mesmo durante a campanha para as eleições de 18 de Abril. Com a vitória, ei-lo que volta a aparecer, de novo cheio de motivação, a visitar o NOSi, a postar frases feitas no Facebook, como que a dizer, “estou de volta”.

Contudo, conforme A NAÇÃO pôde apurar junto pessoas muito próximas do MpD, Olavo Correia deverá manter-se no cargo de VPM, mas sem nenhuma pasta específica. A ideia é pô-lo a coordenar todo o sector da economia. A pasta

de Finanças, segundo as mesmas fontes, poderá ser assumida por Gilberto de Barros, que é, neste momento, Secretário de Estado das Finanças.

A gestão, em termos de posicionamento no Governo entre Olavo Correia e Fernando Elísio Freire, não aparenta ser tarefa fácil para UCS que, segundo os nossos interlocutores, terá que ter uma certa “justeza” no tratamento que deverá dar a um e outro.

Para alguns militantes do MpD, Freire merece um lugar de destaque no próximo Governo, não só pelo seu “excelente” desempenho como ministro na legislatura que ora finda, mas, também, pelo “grandioso” contributo que deu na campanha para as últimas eleições legislativas. “Ele foi o principal arquiteto da grande vitória do MpD em Santiago Sul e Norte”, resumiu uma fonte.

Tudo na mesma

Em relação às outras pastas, é expectável que continue tudo na mesma. Pois, como se sabe, UCS não é muito de mexer no seu executivo e isso ficou provado na legislatura que ora finda. Em 2016 arrancou com um Governo 12 ministros, como tinha prometido na campanha; contudo, na primeira oportunidade dilatou o elenco governamental. Uma das alterações registadas em Dezembro de 2017 foi, precisamente, a promoção de Olavo Correia para o cargo de vice-primeiro-ministro. Na altura o Governo passou a contar com mais três ministérios, dois ministros e seis novos secretários de Estado.

UCS justificou o alargamento pela “necessidade de melhorar a eficiência governativa, de reforçar a coordenação política e económica”.

Também na altura se registou uma certa despromoção do então super-ministro José Gonçalves que viu o seu Ministério de Economia e Emprego a ser desmantelado, originando a criação de três novos ministérios - Indústria, Comércio e Energia, Turismo e Transportes e Economia Marítima.

Aliás, Gonçalves foi o primeiro sair do Governo, alegadamente por questões pessoais. O mesmo aconteceu com Maritza Rosabal que também deixou a Educação,

alegadamente, por questões pessoais e, por último, saltou Luís Filipe Tavares dos Negócios Estrangeiros e Defesa, apanhado pela nomeação “escandalosa” de Caesar DePaço como cônsul honorário de Cabo Verde na Florida.

Fora esses contratemplos, nos cinco anos de governação, UCS nunca fez uma remodelação de fundo na sua equipa. Na história dos governos que o país já teve, o anterior é seguramente o campeão da estabilidade.

Se se mantiver essa forma conservadora de gerir a estrutura governamental, é bem provável que, além de Fernando Elísio Freire e Olavo Correia, o país volte a ter Janine Lélis, outra vice-presidente do partido, na pasta da Justiça e do Trabalho.

Rui Figueiredo manterá os Negócios Estrangeiro e será extinta a pasta de Integração Regional que tinha sido criado à medida para o falecido Júlio Herbert.

Sem grandes novidades, Paulo Rocha, Abraão Vicente, Paulo Veiga, Gilberto Silva e Carlos Santos continuarão a merecer a confiança de UCS nos respectivos cargos ministeriais.

Resta saber se Eunice Silva, Alexandre Monteiro, Amadeu Cruz e, eventualmente, Arlindo do Rosário se manterão no Governo.

PR precipitado

O Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, que quis ouvir os partidos políticos com assento parlamentar com vista à indigitação do primeiro-ministro, após a vitória do MpD nas eleições de domingo, acabou por ouvir outra coisa. O MpD, o PAICV e a UCID consideram que, com manda a Constituição, esse procedimento não deve ser feito antes da publicação dos resultados definitivos.

De acordo com uma nota divulgada pelo próprio chefe de Estado, as reuniões com os três partidos com representação parlamentar após as eleições legislativas visavam a “indigitação, para posterior nomeação, de novo primeiro-ministro”, nos termos da Constituição da República.

Mas, no fim das reuniões, os três partidos se posicionaram contra essa intenção de JCF que, mais uma vez, agiu com uma certa “precipitação”, para não dizer outra coisa bem mais grave.

A secretária-geral do MpD, Filomena Delgado, afirmou que a “conversa” com o PR foi em torno dos resultados das eleições. Isto porque há a “necessidade” de se aguardar a publicação dos resultados definitivos e a instalação da Assembleia Nacional para que o processo faça o seu “curso normal”.

Rui Semedo disse, por seu lado, que é normal que na sequência das eleições legislativas o PR chame os partidos para ouvi-los, designadamente, sobre a constituição do executivo ou da indicação de quem deverá governar o país.

Contudo, o vice-presidente do PAICV disse ter dúvidas se os encontros do PR com os partidos não deveriam ser após a publicação definitiva dos resultados eleitorais.

“A CNE tem um prazo para o apuramento geral, para os resultados definitivos e depois esses resultados passam a valer para todos nós. O PR saberá, de acordo com a lei, com a Constituição, tomar as outras medidas, ter os novos procedimentos que a lei impõe”, frisou.

O líder da UCID pediu, igualmente, ao PR que espere até à publicação mapa geral das eleições para indigitar o primeiro-ministro. Segundo António Monteiro, “há rumores”, da parte do seu partido, “que precisam ser clarificados” sobre a contagem dos votos nas ilhas de Santo Antão e do Sal.

Ademais, observou, o apuramento geral dos resultados das eleições legislativas ainda não está concluído em todas as ilhas.

“Em Santo Antão, segundo informações que tivemos, os dados foram mal lançados e havia uma mesa em Lombo de Santa em que a acta tinha um dado desfasado da realidade, e por isso, face a estas situações, com estes rumores, queríamos ter um tempo para analisar primeiramente e só depois nos posicionarmos”, explicou o reeleito deputado, para quem, “na zona de Formiguinhas também há diferenças no número de votantes na UCID, pelo que é possível que haja outras situações”.

No círculo eleitoral do Sal, ajuntou a mesma fonte, há igualmente “algumas dúvidas” e o partido está a analisar a situação para poder se posicionar “de forma tranquila”.

Por isso, António Monteiro disse ter manifestado ao PR a necessidade de fazer “um compasso de espera” e “só depois de eliminar qualquer tipo de rumor” tomar as decisões para formação do governo.

DA



Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | N.º 712 | 22 de Abril de 2021 | Registo DGCS: N.º3/2007 | Registo ARC: N.º3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | Endereço: Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | Telefone: (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | Director de Produção: José Augusto Sanches | Editor-Executivo: José Vicente Lopes | Editores: Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | Jornalistas: Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | Jornalistas Estagiários: Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Crislene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | Colaboradores e Colunistas: Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | Designers: Edson Spencer e Carmem Freire | Técnicos Multimédia: Hélio Barros | Comercial & Marketing: Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | Telefones: (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | E-mail: jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | Impressão: EGF - Empresa Gráfica Funchalense | Tiragem: 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Legislativas

Vitória “esperada” de Ulisses



“**N**ós estávamos à espera desta vitória porque fizemos uma boa campanha, um bom combate, conseguimos convencer os cabo-verdianos da justiça daquilo que foi o percurso da governação, da situação muito difícil, e da justiça das nossas propostas para o futuro”.

Estas foram as primeiras palavras de Ulisses Correia e Silva após a vitória nas legislativas, na noite eleitoral de domingo, 18 de Abril, com uma grande moldura humana do lado de fora da sede de campanha do partido, na cidade da Praia.

Aliás, uma vitória e com maioria absoluta no Parlamento ao vencer com cerca de 49% dos votos, vencendo 37 assentos parlamentares, de um total de 72 – dois a menos que na legislatura anterior.

Segundo o líder ventoinha, a vitória já “esperada” teve como base a confiança na campanha “Cabo Verde no caminho seguro” e na sua equipa, que venceu para continuar o “bom trabalho” e colocar o país no caminho de desenvolvimento “mais resiliente”.

Prioridades imediatas

Ainda no calor da vitória, UCS definiu duas prioridades imediatas: a “massificação”

Uma noite para Ulisses Correia e Silva cantar vitória. E apontar as novas prioridades, mas também enviar alguns recados à oposição contra a “política de terra queimada”. Um segundo mandato para rever a matéria dada e lançar novos desafios ao país, num quadro em que a maioria absoluta surge mais estreita.

Carlos Alves

da vacinação de mais 70% da população contra a covid-19, doença que tem aumentado o número de casos nas últimas semanas, e a eliminação da pobreza extrema com programas “assertivos” – neste caso, não só de retoma do crescimento económico como também de proteção social e apoio social.

“Vamos aumentar de uma forma significativa o número de famílias com acesso ao rendimento social de inclusão, cujo rendimento seja inferior

ou igual a dois dólares por dia. O nosso programa é atingir cerca de 39 mil agregados familiares”, adiantou.

Ao “cantar vitória”, o líder do MpD lembrou que o ano foi “muito difícil e de pandemia” e que mesmo assim o seu governo conseguiu sair “mais forte destas eleições”. Experiência que classificou de “muito difícil” devido à situação pandémica, mas que, ainda assim, com o MpD a sair com “convicção do futuro”.

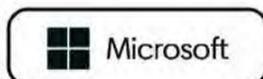
Lição à posição “de terra queimada”

O candidato vencedor aproveitou o discurso de vitória para lançar algumas farpas à oposição, em especial ao PAICV, que classificou de “pouco contributiva” e “negacionista”. “Fizeram da política uma forma de ataque não ao Governo, mas ao país, com uma política de terra queimada”, afirmou Correia e Silva que rotulou a derrota da oposição como uma “lição”, pois o país “precisa de uma oposição forte, responsável e com sentido de Estado”.

Conforme os dados provisórios, disponibilizados no site oficial, www.eleicoes.cv, o MpD venceu as legislativas de domingo com cerca de 49% dos votos e uma maioria absoluta no Parlamento, com 37 deputados (menos dois que em 2016), num total de 72.

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Legislativas

Cúpula do PAICV vai analisar pedido de demissão de Janira



A Comissão Política do PAICV reúne-se dentro de dias, provavelmente na próxima semana, tendo como assunto a debater os resultados das eleições de domingo e a decisão de Janira Hopffer Almada demitir-se da presidência do partido.

De acordo com alto dirigente tamarina, sendo embora uma decisão de foro pessoal, “há que deixar passar uns dias para, calmamente, analisar e decidirmos o que é melhor para o partido. Se depender de mim e de outros camaradas, seria bom que ela continuasse; nas condições em que disputamos as eleições, os resultados são

bons”.

Em reacção à derrota frente ao MpD, no domingo, Janira Hopffer Almada anunciou que se iria demitir. “Para mim política não pode ser encarada como profissão, nem como uma carreira. Retiro consequências políticas dos resultados das eleições, por isso, nos próxi-

Como consequência política da derrota nas eleições legislativas do passado domingo, 18, Janira Hopffer Almada colocou o cargo de presidente do PAICV à disposição dos órgãos do partido. Se será aceite não se sabe. A Comissão Política reúne-se na próxima semana para uma primeira reflexão sobre o assunto.

Ricénio Lima

mos dias, apresentarei a minha demissão como presidente do PAICV aos órgãos do partido”, informa.

JHA reconhece que exerceu nos últimos seis anos a função de presidente do PAICV, fazendo “o melhor que sabia e que podia”, e “colocando sempre em primeiro lugar o interesse

coletivo” com base “em princípios e valores de uma esquerda moderna, progressista e democrática”.

Esta líder partidária aceitou a derrota nas legislativas, augurando “bons tempos” ao país e felicitou o MpD e Ulisses Correia e Silva pela vitória. Segundo JHA, “o povo é soberano” e

“deve-se respeitar as decisões” que ele toma, quando chamado a escolher os seus governantes.

“O povo votou e escolheu, e eu aceito e respeito, sempre, a avaliação e a decisão do povo, que é sempre soberano. Quero parabenizar os cidadão por terem participado nas eleições e felicitar o MpD e Ulisses Correia e Silva pela sua vitória e por ter merecido a confiança dos cabo-verdianos por mais um mandato, desejando sempre o melhor para o meu país, pois todos ganhamos quando Cabo Verde ganha”, disse Janira Hopffer Almada no discurso de derrota, anunciando um “novo tempo” e “olhar um novo horizonte”.

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

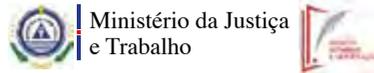
13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

f t i anacaocaboverde



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia catorze de Abril de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 20 v á 21 a Justificação Notarial em que é justificante **Maria da Luz do Rosário Spencer**, divorciada, natural da freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Figueiral, se declara com exclusão de outrem dona e legítima possuidora de um prédio de 1º andar, construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, sendo no rés-do-chão, com uma cozinha/copa, uma sala comum, uma cozinha de lenha e despensa e no 1º andar com dois quartos de dormir e uma casa de banho, medindo 88.27 m2, situado em Topo de Djack - Figueiral, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 110/0, confrontando do Norte e Oeste Maria Isabel do Rosário; Sul com Caminho e de Este, com Herdeiros de Benvinda Miranda.

A justificante alega na referida escritura que era uma casa velha em ruína onde ela edificou o prédio acima identificado, lhe veio a posse o primeiro por compra, feita nos senhores, Pedro António do Rosário, Canuta Isabel do Rosário e Domingas Isabel do Rosário Chantre, por documento particular e nesse caso fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, contínua e sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

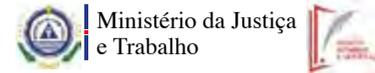
Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 19 dias do mês de Abril de dois mil e vinte e um.



Valor: 1.200\$00
Registado sob o n.º 1107 2021



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia nove de Julho de dois mil e dezoito, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante a Conservadora/Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e quatro, de folhas 41 a 42 verso, a Justificação Notarial em que é justificante **Galdina Maria Assunção**, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho de Ribeira Grande, residente na Cidade de Ribeira Grande, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de seguintes prédios: **1**-Prédio de sequeiro, medindo 2.693 m2, situado em Grossa - Pinhão, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 13006/0, confrontando do Norte, com Herdeiros de Pedro António Lopes; Sul; com Lombo, Este com Ribeira e do Oeste com Borda; **2** - Prédio de sequeiro, medindo 3.381 m2, situado em Ribeira de Malhada - Pinhão, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 4204/0, confrontando do Norte, com João Nascimento Lima; Sul; com Alexandre da Cruz Soares, Este com Ribeira e do Oeste com Rocha; **3** - Prédio de sequeiro, medindo 1.713 m2, desanexado do prédio no 4182, situado em Ribeira de Malhada - Pinhão, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 11875/0, confrontando do Norte, com Augusto João Fernandes, Sul; com Terreno rústico de sequeiro; Este com Borda e do Oeste com Ribeira e **4** - Prédio de sequeiro, medindo 4.159 m2, desanexado do prédio no 4163, situado em Ribeira de Malhada - Pinhão, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 11135/0, confrontando do Norte, com António Lopes dos Santos, Sul; com Miguel Manuel Fortes; Este com Ribeira e do Oeste com Rocha. Prédios esses não descritos nesta Conservatória.

A justificante alega que os referidos prédios lhe veio a posse por herança e partilha, e que após o falecimento do companheiro Rufino Jacob da Cruz, que viviam um união de facto, ela justificante, a meeira e os restantes herdeiros de Rufino Jacob da Cruz, ficaram na posse dos referidos prédios e posteriormente fizeram uma partilha amigável conforme Escritura Pública de Partilha, lavrada nesta Conservatória no livro de notas para Escrituras diversas nº 55 de fls. 04 á 09, e por este meio os referidos prédios ficaram a pertencer a Justificante.

E que Rufino Jacob da Cruz, por sua vez os tinham adquiridos por compra feita as senhoras Maria da Paz Delgado Maurício e Ana Maria Conceição Lopes, a mais de 20 anos, mediante contrato particular de compra e venda, e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no registo predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição, uma vez que posse tem sido pública, pacífica, contínua e sem a oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 22 dias do mês de Maio de dois mil e dezanove.

Valor: 1.200\$00
Registado sob o n.º 724 /19



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C TELEFONE 2661124

NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia nove de Abril de dois mil e vinte e um, de folhas 138 e 139 no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **João Mendes Tavares**, falecido no dia dezanove de Junho de dois mil e vinte, na Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, no estado de casado sob regime de comunhão de adquiridos com **Simoa Tavares Correia**, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Biscainhos, que o falecido não fez testamento, nem quaisquer disposições de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros seus filhos: **Leiny Artemisa Correia Tavares**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em

Biscainhos, **Sandra Catarina Correia Tavares**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Biscainhos, **Celestino Correia Tavares**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Angola.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos catorze dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00
Imp. de selo..... 200.00
Total. 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 234 /2021

O NOTÁRIO p/s,
José Ulisses Fortes Furtado
/ José Ulisses Fortes Furtado/

Conservatória dos Registos, e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, CP 10, Palácio da Justiça R/Chão, Telefone, 2661124

Legislativas

UCID melhora score mas com sabor “a pouco”

Os resultados provisórios do escrutínio legislativo do último domingo (18) em São Vicente colocam a UCID como a grande vencedora. Em comparação à prestação de 2016, os democratas-cristãos foram o único partido que cresceu em números de votos e de mandatos. Ainda assim, António Monteiro considera que o resultado obtido soube a pouco.

Jason Fortes

Apesar de não ter alcançado os objectivos definidos para as eleições de domingo, passado, a UCID melhorou o seu “score” nas eleições, recolhendo 19.150 votos a nível nacional, equivalentes a 9,2%. Mais de metade desses votos (10.822) foram conquistados em São Vicente. Em termos de mandatos, o partido democrata-cristão conseguiu eleger quatro deputados, nomeadamente, António Monteiro, Zilda Oliveira, Amadeu Oliveira e Dora Pires. Da anterior lista de deputados saiu João Luís Santos.

Quando comparado com os números de 2016, em São Vicente a UCID foi o único partido que cresceu em números de votos e mandatos. Contudo, esse resultado, aos olhos de António Monteiro, soube a pouco, tendo em conta os objectivos previamente traçados.

“Sabe a pouco, na medida em que os objectivos que o partido colocou eram objectivos nobres, objectivos interessantes porque entendiam e entendemos que o país precisava de um novo rumo. O povo assim não entendeu e portanto nós, enquanto democratas-cristãos, enquanto democratas, temos que aceitar”, disse António Monteiro, na noite de domingo (18).

Ainda assim, o líder da UCID agradeceu a todos que votaram no partido, permitin-

do assim o aumento do número de votantes e a eleição de quatro deputados em São Vicente.

UCID com força em Barlavento

Apesar de não ter ganho em nenhum dos círculos para as quais concorreu, a UCID, no geral, conquistou mais votos na região de Barlavento. Além de São Vicente, os votos conseguidos nas ilhas de Santo Antão e Sal revelaram-se bastantes decisivos na contagem global.

Em Santo Antão a UCID manteve-se como a terceira força política, obtendo a sua segunda melhor prestação a nível nacional, arrecadando 2662 votos. No Sal, onde a concorrência era maior, pintou-se um mesmo quadro, 1720 votos. Na Boa Vista (459) e em São Nicolau (442), os números não foram tão expressivos para o partido.

Em Sotavento, a única ilha onde a prestação da UCID significativa, quando comparado com o norte do país, foi Santiago. No sul da ilha, conseguiram 1514 contra os 951 de Santiago Norte, insuficientes também para eleger qualquer representação nos dois maiores círculos nacionais do país.

O mesmo insucesso repetiu-se nas ilhas do Fogo, Brava e Maio.





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
4º JUÍZO CÍVEL

- ANÚNCIO Nº 08/2021-

O SR. DR. ARY A. SPENCER SANTOS, JUIZ DE DIREITO COLOCADO NO 4º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL JUDICIAL DESTA COMARCA;

FAZ SABER, que pela Secretaria do Quarto Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, nos autos de **Processo Comum Executivo (para pagamento da quantia certa) reg. sob o nº 21/2019**, em que é Exequente, O BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A., com sede nesta cidade, correm **éditos de 30 (trinta) dias**, contados da segunda e última publicação deste anúncio, **citando os Credores Desconhecidos** dos Executados, **HELDER AUGUSTO CORREIA MARTINS E ELAINY CRISTINA MARQUES MARTINS**, casados entre si, com última residência conhecida no País em Lém Cachorro, Praia, atualmente ausentes em parte incerta de Portugal, para no prazo de **10 (dez) dias**, posterior aos dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos, que gozem de garantia real, respeitante ao seguinte imóvel:

Terreno urbano, situado em São Pedro - Latada, freguesia de Nossa Senhora da Graça - Praia, designado por lote nº 133, quarteirão 01, subzona 02, com a área de 165,00m2, confrontando do Norte, Sul Este e Oeste, com terrenos Municipais, desanexado da inscrição nº 966, a favor dos executados, penhorado nos autos acima referido;

Para constar, se lavrou este anúncio, que será entregue ao exequente, para efeito de 1ª e 2ª publicação; (nº 2 do art. 747, do Código do Processo Civil);

Secretaria do 4º Juízo Cível da Praia, aos 08 dias do mês Abril do ano de 2021;

Juiz de Direito,
/Dr. Ary A. Spencer Santos/
O Escrivão de Direito,
/José Maria A. Fernandes/

Plateau, Praça Alexandre de Albuquerque, tel. 260 9700- fax. 261 38 80



Ministério da Justiça
e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO
DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia primeiro de Abril de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 13 v á 14 a Justificação Notarial em que é justificante **Maria da Cruz Fortes**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente em Ribeira da Torre, se declara com exclusão de outrem dona e legítima possuidora de um prédio construído de pedra argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, com dois quartos de dormir, uma sala de visita, uma cozinha, uma casa de banho e regojo, situado em Ribeirinha de Jorge – Ribeira da Torre, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 3237/0, confrontando do Norte, Cipriano Cruz; Sul com Estevão Cruz; Este, com Caminho e do

Oeste com, Efigênia Monteiro.

A justificante alega na referida escritura que o tracto de terreno onde ela edificou o prédio, lhe veio a posse por compra, feita no senhor, Benjamim João Monteiro, no ano de 1998, por documento particular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 06 dias do mês de Abril de dois mil e vinte e um.

O Conservador-Notário P/Substituição,
/José Carlos Brandão de Oliveira/

Valor: 1.200\$00
Registado sob o n.º 1046 /2021



Ministério da Justiça
e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO
DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia três de Fevereiro de dois mil e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande e Paul - Santo Antão, perante o então Conservador-Notário, **António Aleixo Martins**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 41 de folhas 45 v á 46 a Justificação Notarial em que é justificante, **Orlando Monteiro de Freitas**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente em Ribeira da Torre, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um tracto de Terreno, medindo vinte metros de comprimento, destinado a construção, situado em Pé de descida de Fajã Domingas Benta – Ribeira da Torre, omissa na matriz, confrontando do Norte, com leito da Ribeira; Sul e Leste com a vendedora e do oeste com Pé de Subida de Fajã Domingas Benta.

Que esse prédio, lhe veio há posse há

muitos anos, por compra que fez a senhora, Gertrudes da Cruz Macha, que foi viúva de José Engrácia Maocha, que essa pessoa é hoje falecida, não tendo sido, porém, reduzida a escrito a referida aquisição, o que faz com que presentemente seja possível provar pelos meios normais, essa transmissão e consequente titularidade do prédio;

Que assim provar a titularidade do mesmo, vêm por este meio justificar o domínio e propriedade que detêm sob o mesmo.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 09 dias do mês de Abril de dois mil e vinte e um.

O Conservador-Notário P/Substituição,
/José Carlos Brandão de Oliveira/

Valor: 1.200\$00
Registado sob o nº 1078/2021



Ministério da Justiça
e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO
DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia um de Abril de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 12 v á 13 a Justificação Notarial em que é justificante **Daniel Manuel Lopes Silva Ramos**, casado, natural da freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Fajã de Matos, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um de um prédio construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, com cinco quartos de dormir, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala de visita e arredores, medindo 210m2, situado em Fajã de Matos de Cima, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2196/0, confrontando do Norte, com Jorge Lopes Tolentino; Sul com Caminho; Este, com Anacleto Chantre e Senhorinha Ana Lima Ramos e do Oeste com Caminho e Herdeiros de Ana Lima Ramos;

ra que o tracto de Terreno onde ele edificou o prédio acima identificado, lhe veio a posse por compra, feita na senhora, **Maria da Paz Delgado Maurício**, no ano de 1993, por documento particular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 07 dias do mês de Abril de dois mil e vinte e um.

O Conservador-Notário P/Substituição,
/José Carlos Brandão de Oliveira/

Valor: 1.200\$00
Registado sob o n.º 1044 /21

O justificante alega na referida escritu-

PTS “satisfeito” com os votos que teve mas “triste” com maioria absoluta do MpD



Sem nenhum deputado eleito, domingo passado, o líder do Partido de Trabalho e da Solidariedade (PTS), Cláudio Sousa, diz que o resultado é satisfatório para essa formação. Já para Cabo Verde, considera “triste” e “imatura” a decisão do povo em atribuir a maioria absoluta ao MpD.

Romice Monteiro

Cláudio Sousa, líder do PTS, diz que o seu partido enfrentou o pleito de domingo passado com afinco, mas, no final das contas feitas, constata que não atingiu um dos maiores objectivos traçados: a conquista de cinco lugares para formar a sua bancada na Assembleia Nacional.

Foi com tristeza, confessou, ver que o povo não deu ouvidos ao PTS, na sua campanha contra a “maioria absoluta”, fosse ela de quem fosse. “Os cabo-verdianos, nomeadamente os eleitores, ainda não amadureceram suficientemente para fazer uma escolha assertiva capaz de eliminar a maioria

absoluta”, frisa.

A seu ver, a maioria absoluta atribuída ao MpD, “não é bom para Cabo Verde”. “Na situação que estamos a viver, este resultado [maioria absoluta] não é muito bom para o País. Não estou a dizer que a equipa vencedora, o MpD, não vai ser capaz de transformar os desafios em oportunidades, mas não será fácil para o contexto que vivemos”, avançou em uma entrevista para a Inforpress, após o apuramento final dos dados em Santiago Norte.

Ainda segundo este jovem político, o desfecho das eleições de domingo reflecte que a consciencialização do povo cabo-verdiano é “fraca” e que ainda há muito trabalho pela

frente, lamentando, mais uma vez, o facto de que “o povo não está maduro para entender que a maioria absoluta ou votar num partido como MpD ou PAICV é um erro”.

Resultado do PTS é satisfatório

Relativamente aos 2.087 votos conquistados pelo PTS, Cláudio Sousa entende que se trata de resultado “satisfatório” para o partido, tendo em conta o ponto de partida e os meios à sua disposição. “O nosso objectivo inicial era eleger cinco deputados, dois na região norte e três a nível nacional, mas sabíamos que na conjuntura que vivemos seria difícil. É difícil esperar melhores resulta-

dos porque não temos recursos para chegar a todos os lugares que queríamos, ao contrário dos maiores partidos” disse Claudio Sousa, avançando que o resultado do PTS nas eleições legislativas é apenas um passo dado se comparado com onde pretendem chegar.

“É um bom começo tendo em conta que este partido estava totalmente desativado, sem nenhuma estrutura, com apenas o nome. Com a nossa força jovem reativamos o PTS e agora que já semeamos, vamos regar para que possa dar melhores frutos mais tarde”, sublinhou o jovem político, realçando que a reestruturação do partido passa primeiramente pela convocação de um Congresso Nacional. 

Novos compromissos com Cabo Verde

Depois de cerca de um ano em permanente campanha, Cabo Verde está diante de novo cabaz de promessas. O Governo da X Legislatura dificilmente poderá, mais uma vez, escudar-se na covid-19 e na seca para justificar eventuais incumprimentos dos seus “compromissos” com os cabo-verdianos. Melhor do que ninguém esta maioria sabe onde estão as fragilidades do país nestes tempos de pandemia.

Daniel Almeida

A plataforma eleitoral do MpD com os compromissos para X Legislatura foi elaborada em contexto de pandemia e a questão da covid-19 é tida em conta no sector da saúde, com destaque para a vacinação, mas também nas outras esferas ligadas à segurança, no relançamento económico e na redução da pobreza.

No discurso de vitória nas eleições legislativas de domingo, o líder do MpD reforçou a promessa que tinha feito antes do arranque da campanha, apontando como prioridade “imediate” a massificação da vacinação, ou seja, atingir mais de 70%, ainda este ano.

Outra prioridade, realçada por Ulisses Correia e Silva, na noite da sua vitória, visa eliminar a pobreza extrema no país, com programas “assertivos”, não só de retoma do crescimento económico, como também de protecção social e apoio social.

O partido vencedor das eleições legislativas assume criar, na X Legislatura, condições políticas para a construção progressiva da segurança total como um compacto de garantias ao cidadão em todos os ciclos de vida, “ou seja, garantir a todos, segurança sanitária, económica, ambiental, jurídica, social, pública, habitacional e alimentar, mas também condições de redução de riscos e de impacto de desastres naturais e económicos”.

Nessa perspectiva, o próximo governo do MpD compromete-se a garantir a todos o acesso a cuidados de saúde adequados ao respetivo ciclo de vida, a “educação de excelência” e especialmente aos jovens o acesso à formação profissional ou superior, para tirar proveito das oportunidades e ser produtivos.

Reforça, igualmente, o compromisso de garantir a todos a possibilidade de viver em casa condigna, o acesso à cultura e ao desporto, à proteção contra qualquer tipo de exploração ou trabalho infantil e fundamentalmente a garantia de uma política de família que incentive a fundação e a estabilidade da família.

Crescimento e emprego

O MpD assume, para a próxima legislatura, promover as condições para a diversificação da economia e o crescimento económico em pelo menos 5% por ano, “ciente de que garantir a segurança total e a prosperidade compartilhada requerem crescimento económico capaz de gerar riquezas e emprego e políticas públicas que promovam a distribuição para a redução das desigualdades e a construção do bem-estar para todos”.

O próximo governo promete, também, a efectiva universalização da pré-escolar até 2023, a va-

cinação a todas as crianças menores de 1 ano e a redução da mortalidade infantil ao nível dos países mais avançados do mundo, a erradicação do trabalho infantil e do analfabetismo.

O partido de UCS garante que irá promover as condições para o emprego digno e em especial para os jovens e assim delinear o caminho para o pleno emprego e quase erradicação da exclusão dos jovens em 2030.

Contudo, propõe expandir o emprego temporário, em especial no meio rural, por forma a garantir rendimento às famílias pobres, designadamente no âmbito de programas públicos de requalificação urbana e acessibilidades de infraestruturação rodoviária. Ainda no meio rural, pretende mobilizar os jovens de famílias pobres para a agricultura e pecuária modernas, em moldes empresariais e virada para o mercado, com a facilitação do acesso à terra e outros meios de produção.

O MpD diz estar ciente de que o Estado “deve ter a lucidez e a capacidade de preservar os sistemas e não deve permitir a estagnação prolongada do essencial da atividade produtiva e deve sim proteger a rede de relações entre trabalhadores e empregadores, produtores e consumidores, fornecedores e clientes e entre credores e devedores, para que os negócios possam ser reto-



mados com celeridade no período pós-emergência sanitária”.

Apoio às Empresas

O Governo propõe aprovar um pacote de medidas emergenciais para aumentar a liquidez das empresas, tais como a “liquidação imediata” de faturas com entrada em funcionamento do Sistema Pay Log, continuando com a devolução do IVA, a moratória e a negociação pagamentos de impostos e taxas, até cinco anos, assim como as moratórias de créditos, das empresas e dos particulares prorrogados até setembro 2021.

Aprovará, do mesmo modo, novas linhas de financiamento para novos investimentos, com bonificação de juros que poderá ir até 100% e garantias até 80% e linhas de refinanciamento às Instituições de micro finanças, com bonificação juros até 100% e garantias pessoais do Estado até 80%, “de modo a poderem conceder créditos às micro e pequenas empresas em condições muito favoráveis. Serão também criadas linhas de garantias para permitir e facilitar que grandes e pequenas e médias empresas possam participar em contratos de obras e outras compras públicas.

Diversificação da economia

O MpD considera que a economia nacional é caracterizada por

uma estrutura produtiva “ainda frágil” e com especialização em turismo. Reconhece, no entanto, a importância e o papel desse sector no desenvolvimento da economia nacional, bem como o potencial que o país tem em diversificar o sistema produtivo. “Esse processo, deve ter como principal parceiro o sector privado nacional e externo, aliás conforme defendemos e assumimos o compromisso da política económica na promoção da diversificação”.

O MpD assume o “pleno compromisso” da diversificação económica pela dinamização das atividades industriais existentes, como também, por meio de novos setores de exportação.

“Isso passa necessariamente por uma política económica estável, além de uma nova política industrial e melhor captação e orientação do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e do investimento privado nacional. A par disso, aposta na melhoria do ambiente de negócios e atuação mais enérgica nos pontos críticos, como a governança corporativa, a morosidade da justiça, a eficiência energética culminando na redução dos custos de energia”, realça.

Contudo, no turismo, propõe-se atingir até 2026, uma procura não inferior a 1,5 milhões de turistas, aumentar o valor acrescentado da indústria do turismo. Isto



traduzido numa maior agregação de recursos endógenos nos serviços e no produto que o país apresenta ao visitante, provenientes da agricultura, da agroindústria, das indústrias criativas e do setor dos transportes...

Economia azul

Na X Legislatura a aposta passa por implementar a Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (ZEEMSV), “enquanto principal pilar da estratégia de afirmação de Cabo Verde enquanto nação marítima”. Essa estratégia passa pela implementação dos projetos relacionados com o desenvolvimento portuário, das pescas e da reparação e construção navais.

O Governo do MpD avançará com o processo de privatização das operações portuárias, “salvaguardando o interesse estratégico do país, nomeadamente o de não onerar a implementação da ZEEMSV e a estratégia de integração e projeção do desenvolvimento dos portos de Cabo Verde no mercado regional e internacional”.

Essa estratégia de afirmação do país enquanto nação marítima passará ainda pela mobilização de recursos e parcerias para a CABNAVE e seu desenvolvimento articulado com o do novo estaleiro previsto no âmbito da ZEEMSV, a construção do

Terminal de Cruzeiros em São Vicente, o desenvolvimento do turismo de cruzeiros explorando os recursos de todas as ilhas.

Educação

O MpD promete reforçar a construção de um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, “da base ao topo, oriente os jovens para um domínio proficiente das línguas, das ciências integradas, das tecnologias e para a construção de um perfil cosmopolita aberto ao mundo”.

Para a X Legislatura propõe encarar o ensino superior como eixo estratégico para o desenvolvimento do país, “competitivo no contexto global, com base no tripé excelência, eficiência e internacionalização e com prioridades que passam pela regulação, planeamento indicativo, fiscalização, aproveitamento dos recursos disponíveis no exterior, em particular na diáspora cabo-verdiana e do investimento na formação avançada dos docentes e investigadores universitários residentes no país”.

Ao mesmo tempo, procurará soluções de proximidade como resposta especializada às necessidades locais e regionais de formação e emprego, assim como a introdução de um novo modelo de governança das uni-

versidades públicas, com a participação de entidades exteriores, provindos dos meios público, social e empresarial.

Saúde

Na saúde, o Governo do MpD pretende nos próximos cinco anos apostar na infraestruturização do sector. Vai avançar com construção do Centro de Saúde da Ribeira das Patas no Porto Novo, da Achada Monte em São Miguel, de Palmeiras na ilha do Sal, de uma nova rede de centros de saúde urbanos no Mindelo.

Do mesmo modo pretende avançar com a remodelação e ampliação do Banco de Urgência do Hospital Regional João Morais em Santo Antão, reabilitação dos Postos sanitários e Unidades Sanitárias de Base, construção da sede do Instituto Nacional de Saúde Pública e de um novo depósito regional de medicamentos no Mindelo.

Diz ainda que vai criar as condições para o reforço do Sistema de Informação Sanitária incluindo, a implementação da receita eletrónica e a criação e implementação do cartão de saúde do cidadão.

Serão também desenvolvidos os documentos estratégicos do sector da saúde, designadamente, a Política Nacional de Saúde, a Carta Sanitária, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Saúde, a Estratégia de Financiamento da Saúde, o Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e os Manuais.

O Governo do MpD propõe criar as regiões sanitárias de Santiago Sul, do Sal, da Boa Vista e Maio, de São Vicente e São Nicolau e de novos departamentos nas áreas dos Assuntos Hospitalares, de Gestão da Qualidade, de Emergência Pré-hospitalar, do Sangue e Transplantação, do Treinamento e Simulação para Profissionais de Saúde e da Manutenção e Reparação dos Equipamentos Hospitalares.

Justiça e Segurança

O MpD reconhece que a acumulação de processos pendentes e a correlativa “lentidão proces-

sual” é um dos principais problemas do país. Entende, igualmente, que a morosidade e as pendências “continuam a marcar profundamente a realidade judiciária, sendo de uma forma geral, constrangimentos mais críticos do setor e do próprio quadro da atividade dos Conselhos superiores, nomeadamente, na gestão dos Tribunais e Procuradorias e dos respetivos recursos, e na gestão processual”.

A maioria propõe, para o próximo ciclo, reforçar as condições para que “o sistema judicial garanta uma justiça efetiva, mais célere, acessível, imparcial e transparente, baseada no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e nos princípios do Estado de direito democrático, promovendo a cultura da paz, da segurança e contribuindo para o desenvolvimento sustentável”.

Perspectiva, igualmente, uma justiça promotora da competitividade do país, “capaz de decidir causas em tempo razoável e com previsão de duração máxima dos processos seja na sua tramitação a nível das comarcas seja a nível das instâncias de recurso e superiores”.

Em relação à segurança, o MpD propugna um ambiente securitário que promova o pleno desenvolvimento e prosperidade dos cidadãos, num contexto de paz, segurança, exercício consciente e participativo da cidadania e respeito pelos direitos fundamentais do ser humano.

Para realizar esta ambição propõe como objetivos estratégicos para o próximo ciclo o reforço dos mecanismos de identificação de ameaças e riscos suscetíveis de provocar instabilidade à prossecução dos interesses nacionais, bem como os valores, princípios, espaços e actores estratégicos à consecução da segurança nacional.

Promete desenvolver ações estratégicas que façam face aos fatores de ameaças e riscos à segurança nacional e estabelecer mecanismos mais efetivos e articulados de prevenção, preparação e resposta a emergências e mitigação de catástrofes naturais, que aumentem a resiliência nacional e a segurança das populações.

Promover a articulação e harmonização entre as diferentes políticas setoriais, com vista a otimizar o quadro de políticas públicas para a segurança que permitam atuar ao nível das causas da violência e dos fatores de risco, reduzir as oportunidades de cometimento de crime e potenciar os factores de proteção e de reforço da autoestima e pertença das comunidades.

Melhorar a compreensão, gestão do conhecimento e informação sobre os riscos de desastres, reforçar a governação, integrar o tema no planeamento do desenvolvimento e gestão setoriais, criar o Gabinete Especial de Gestão de Riscos de Desastres, melhorar a Plataforma Nacional de Redução de Riscos de Desastres.

Preparar para os desastres e para a gestão da resposta e para a recuperação pós-desastre resiliente, reduzir a exposição e a vulnerabilidade dos bens e pessoas aos perigos, aumentar sua capacidade de fazer face e de recuperar, reduzir a vulnerabilidade física e socioeconómica das populações e modificar as características dos perigos, reduzindo a sua capacidade de gerar danos e perdas.

Na X legislatura será reforçada formação especializada e contínua dos investigadores, peritos e demais agentes da aplicação da lei, assim como os mecanismos de vigilância, inteligência e meios tecnológicos de prevenção e de investigação criminal.

Propugna também elevar a proteção das “nossas costas”, com presença regular e efetiva de equipas de patrulhamento e de vigilância, visando a prevenção e combate à imigração clandestina, à pesca ilegal, à poluição e às atividades de tráfico pela via marítima. Serão alocados dispositivos de recolha de imagens nos locais onde possam ocorrer desembarque ou transbordo de produtos estupefacientes e outras actividades ilícitas.

A “consolidação” dos programas especiais que dão suporte à implementação do modelo integrado de policiamento de proximidade, será outra aposta para o novo ciclo, assim como o reforço no acesso à informação operacional e na melhoria da relação entre os cidadãos e as forças de segurança.

Pragmatismo abafa possibilidade de fazer história

O voto pragmático, que renova o mandato do MpD, recoloca nas mãos Ulisses Correia e Silva a incumbência de pôr em marcha, sem perda de tempo, medidas sérias e urgentes de que o país precisa, para evitar o caos do mercado de trabalho nos próximos meses, aumento da pobreza, mas também travar os sinais de estafa dos serviços de saúde no momento em que a covid-19 se mostra inquietante em várias ilhas de Cabo Verde. A réplica dada pelo PAICV, pela UCID e por outros concorrentes durante a campanha fez-se insuficiente para provocar a guinada, cumprindo-se a tradição da renovação do mandato para quem se encontra no Palácio da Várzea.

Mais assertivo na comunicação do que os adversários, o MpD vendeu e, como demonstra o resultado eleitoral, vendeu bem, a ideia de que ou era a solidez de quem já governa e conhece e enfrenta os problemas, com “firmeza”, ou era caos e a incerteza. Acertou na mensagem política e com isso manteve, apesar do sinal menos bom das autárquicas, o predomínio em Santiago, onde ficou com 18 dos 33 lugares em disputa contra 15 do PAICV, e sobrou no norte do país.

Contradança a mando de Santos

Em Santo Antão, com Jorge Santos a comandar o compasso da contradança, o MpD não só venceu como em 2016, como retirou um deputado ao PAICV. Agora são quatro versus dois, quando na legislatura anterior eram três por três.

No Sal, onde a ministra Janine Lélis capitaneou a equipa, o seu partido dobrou a votação dos adversários da estrela negra, conquistando três das quatro



Entre escrever um capítulo inédito na história política do país - uma mulher a liderar o Executivo, experimentar uma maioria relativa ou a conjugar as duas hipóteses - e seguir o conhecido, os eleitores fizeram a segunda opção. Ainda que com menos dois mandatos, o MpD e Ulisses Correia e Silva têm mais cinco anos pela frente, que não se mostram fáceis, tendo em conta a “recuperação” que é preciso fazer aos estragos causados pela covid-19.

João Almeida Medina

vagas, de acréscimo impedindo a UCID de eleger um deputado por lá. Nem o turismo paralisa na ilha, onde quase tudo depende desse sector, estorvou o galope ventoinha, num círculo em que o paulense ministro do Turismo, Carlos Santos, se elege deputado pela primeira vez, cer-

tamente com a contribuição dos votos dos muitos conterrâneos que por lá vivem.

MpD recua em São Vicente e na Boa Vista

Menos pungente foi o desempenho dos ventoinhas em São

Vicente. Perderam um deputado em relação a 2016, de cinco para quatro, conquistaram muito menos votos, de 15.318 para cerca de 11.800, e viram a UCID ficar a menos de mil votos, quando em 2016 a diferença era acima de 5.500. Ainda assim, o MpD assegurou o lugar mais alto do

pódio, num círculo em que só a UCID cresceu em número de votos, cerca de mil, e em mandatos, de três para quatro. Ali, o PAICV manteve o terceiro lugar, agora com menos votos e menos um deputado, de três passou a dois.

Na Boa Vista, o domínio do MpD diminui de cerca de mil votos à frente do PAICV em 2016 para apenas 72 votos agora. Entretanto, como se sabe, no círculo da ilha das dunas, tal nos do Maio, São Nicolau, Brava e nos três da diáspora, há dois lugares em disputa, sendo que a história repetiu-se: os ventoinhas e tamarinas dividiram as vagas. Um paramentar para cada um destes partidos, círculo a círculo.

Discurso “imprudente” de vitória

No discurso de vitória, talvez animado por mais uma maioria tranquila, Ulisses Correia e Silva lançou uma promessa que mais parece o “populismo” que ele tanto censura. Prometeu “eliminar a pobreza extrema” no país; contudo, não sendo capitão de primeira viagem, saberá, mais do que ninguém, o quão é, no mínimo, imprudente, num contexto em que o país cresce pouco, de seca e de pandemia, alimentar a esperança de 150 mil pessoas que vivem limiar da sobrevivência. Ademais, não explicou como vai alcançar esse desiderato em cinco anos e é tudo o que menos se pede a um político experimentado como ele. Além disso, a promessa da redução da pobreza já constava do programa do governo que ora terminou.

Muita gente considera que não precisava, outrossim, apontar o dedo à oposição, com críticas à forma de fazer “política de terra queimada”, numa noite que era para saborear o renovar da confiança dos cabo-verdianos. Os sinais das urnas eram claros para a oposição, os resultados eram favoráveis e haverá outros momentos para as críticas, se se mostrarem necessárias.

Em outro registo mais assertivo, o presidente do MpD traçou como prioridade massificar a vacinação contra covid-19, para atingir até final do ano mais de 70% da população. Medida fundamental para salvar vidas, aliviar os serviços hospitalar que já dão sinal de estafa, mas também transmitir a ideia de segurança sanitária tão necessária para fazer regressar os turistas ao país e defender a população das variantes do vírus que possam vir de outros países. O país fica à espera que cheguem mais vacinas a tempo de se cumprir.

Janira aproxima mas não trava reinado

Por seu lado, Janira Hopffer Almada e o seu PAICV diminuíram a diferença do número de votos para o MpD em relação a 2016, mesmo assim, longe de ser uma ameaça. Há cinco anos

ficaram a cerca de 36 mil atrás - MpD conquistou 122.881 votos e o PAICV 86.078 - agora a margem recuou para um valor a rondar os 24 mil. Na verdade, os resultados provisórios mostram que, apesar de haver menos votantes do que em 2016, Janira e sua trupe voltaram a ultrapassar a barreira dos 86 mil votos, enquanto o MpD perdeu cerca de 10 mil eleitores e a UCID passou de 15 mil para quase 20 mil votos.

O PAICV ganhou mais um deputado, passando de 29 para 30, e reconquistou o seu “território” na ilha do Fogo, único círculo no território nacional onde ocupou o lugar mais alto no pódio. Conquistou três dos cinco lugares por lá.

Demissionária

Apesar dessa melhoria relativa de desempenho, Janira Hopffer Almada antecipou, na noite eleitoral, o seu pedido de demissão. Mais soft do que em outros tempos – de resto, ao longo da campanha apresentou-se menos contundente do que a versão anterior - portou-se com honra de derrotada e assumiu, sem titubeios como disse, as consequências não só do sentido do voto mas também o fracasso das escolhas pessoais, nomeadamente em Santo Antão e São Vicente, ainda que não se tenha estendido nas leituras. O momento não era para tal.

De todo o modo, impôs Rosa Rocha para capitanear na ilha das montanhas, quando a Comissão Política Regional do partido colocou a antiga presidente da Câmara Municipal do Porto Novo apenas no sétimo lugar da lista, e os resultados não foram nada auspiciosos. O PAICV, além de perder um deputado em relação a 2016, viu número de votos decrescer em comparação ao MpD. A diferença passou de 4 mil para 6 mil votos, apesar da diminuição do número total de votantes naquela ilha. Mais, enquanto o MpD manteve-se no patamar dos 12 mil eleitores, o PAICV desceu de 8.238 para 6.091.

A escolha de Josina Freitas para liderar a lista de São Vi-

cente também não produziu resultados. Os 8.443 em 2016 desceram para 7.881 e houve perda de um deputado. No Sal, idem aspas. Apenas um dos quatro deputados e uma votação muito exígua.

Aliás, como prevíamos na edição, a votação do norte fez a diferença nos resultados, pois, aqui o PAICV conseguiu menos seis deputados do que o MpD. No sul, a diferença foi de apenas dois. Ou seja, se houvesse um resultado idêntico no norte, não haveria maioria absoluta já que os quatro eleitos da UCID equilibrariam a balança. Aliás, bastaria mais um deputado em Santiago Sul e outro em Santiago Norte para a conversa ser outra. Mas de contrafactos não se faz a política.

Diante disso, Janira Hopffer Almada fez a leitura política consequente, lançando o seu partido para uma discussão necessária, ainda que adiada, de como inverter a tendência de perda desde 2011 e superar as fracturas internas que tantos efeitos negativos provocam. Os próximos dias ou as próximas semanas dirão se a ainda presidente repensará a sua decisão ou se começam a despontar nomes para o desafio da sucessão. Se olharmos para o álbum de família que é o PAICV hoje em dia encontrar alguém que substitua JHA não se configura fácil.

UCID: sabor agridoce e ameaças de Monteiro

De 15 mil votos, a UCID passou a mais de 19 mil. Cresce, mas sofreu uma derrota tripla nos seus propósitos: não venceu em São Vicente, seu campo de acção política prioritária, como pretendia; não impediu a maioria absoluta e nem agregou os votos suficientes para formar a tão aclamada bancada parlamentar. De novo, elegeu deputados só de São Vicente, onde passou de três para quatro. Curto para um partido que se candidatou em todos os círculos eleitorais, recrutou e deixou voz de comando ao advogado Amadeu Oliveira, que se tornou o rosto principal do movimento que crítica a Justiça, para fazer disparar a sua votação, principal-

mente nas ilhas do norte.

Talvez, por isso, no rescaldo das eleições, António Monteiro tenha se mostrado tão desolado ao ponto de assumir que está cansado e deseja abandonar o leme do barco depois de duas décadas. Monteiro coloca a hipótese, inclusive, de não só ceder o seu lugar no Parlamento, como deixar a política activa nos próximos tempos. A ver vamos se esta é mais uma promessa que ficará por cumprir, diante dos eventuais apelos para continuar à frente da UCID.

Efeito Oliveira aquém

O efeito Amadeu Oliveira teve pouco impacto nos resultados da UCID. É verdade que o advogado da “não justiça” conseguiu eleger-se deputado, contribuiu para o score em São Vicente, mas também em Santo Antão, sua ilha natal onde esteve também a fazer campanha. Ficou aquém do esperado, entretanto.

Como A NAÇÃO escreveu na semana passada, a transição de Oliveira da “voz de uma causa” para actor político talvez não sido compreendido por muitos dos até então seguidores. Por outro lado, os resultados parecem confirmar a ideia de muita gente não gostou, de resto, do “espectáculo” transmitido nas redes sociais pelo presidente da UCID, António Monteiro, aquando da prisão de Oliveira por conta das acusações que este faz aos juizes em Cabo Verde. Algo que soou a uma estratégia eleitoralista e populista que desagradou a uma parte mais atenta dos votantes.

Sokols de língua queimada

Uma nota dessa campanha foi a de ver o líder do movimento cívico Sokols em São Vicente, Salvador Mascarenhas, a pedir, de megafone às mãos, que os eleitores fossem às urnas e a dar indicação de votos na UCID e no PP. Mas, a julgar pelos números, tal pedido não teve grande impacto. A UCID não alcançou os seus propósitos e o PP nem a 800 votos chegou, no cômputo geral. E com isso o Sokols deixa, muito provavelmente, de arras-

tar as multidões em São Vicente, principalmente, para reclamar contra o centralismo da capital.

“Fenómeno” PTS

Inactivo nos últimos anos e com início de campanha tumultuada por conta da discussão pública de quem era o líder do partido, o PTS surge como o quarto partido mais votado dessas eleições. Alcançou cerca de dois mil votos, muito à frente dos menos de 800 votos do mediático e activo PP, de Amâncio Barbosa Vicente. Aliás, este é um fenómeno político ainda por compreender. Dos pequenos partidos, nos últimos cinco anos, quem mais lutas políticas travou foi o PP, mas, por alguma razão, não consegue capitalizar em votos o seu combate político. Entretanto, o PTS, da sua desorganização inicial de só entrar em jogo na campanha, mais do que dobrou a votação em Barbosa Vicente e sua entourage.

Animado, o coordenador interino do PTS, Cláudio Sousa, que chamou atenção durante a campanha pela sua comunicação incisiva, já prometeu organizar um congresso do partido e assim pôr tudo nos trilhos para os próximos embates políticos. Os mil e tal contos que vai receber do Tesouro em função dos votos que recebeu nas urnas pode ajudar nisso. A democracia cabo-verdiana, que precisa de outras vozes e outros rostos, certamente agradecerá.

NOSi e democracia

Fora do âmbito político, há que destacar o trabalho efectuado pelo NOSi na divulgação dos resultados eleitorais. Fechadas as urnas às 18 horas, por volta das 22 horas, já se conhecia o vencedor destas eleições. Com votação electrónica, a introduzir no país, proximamente, o processo de apuramento poderá ser muito mais célere. A forma democrática como os resultados foram aceites, particularmente por Janira Hopffer Almada, líder do PAICV, foi um outro momento que muito dignificou o regime político cabo-verdiano. 

PP diz que Cabo Verde não compreendeu a sua mensagem



Amândio Barbosa Vicente, líder do Partido Popular (PP), diz-se triste e desapontado com os resultados conseguidos nas eleições legislativas, das quais saiu sem eleger nenhum deputado.

Natalina Andrade

O líder popular, que esperava alcançar o Parlamento para fazer uma oposição activa e representar as minorias, entende que os eleitores não compreenderam a mensagem do PP durante os quinze dias de campanha eleitoral.

E porque não atingiu os resultados preconizados, Vicente anunciou já que o cargo está à disposição dos seus pares, “como sempre esteve”, caso o PP entenda que há uma outra liderança para assumir as rédeas dos populares daqui para frente.

Entretanto, se esta for a decisão após concertação e análise dos resultados dentro do partido, Amândio Barbosa Vicen-

te não pretende se acomodar. Segundo disse, o plano é arregaçar as mangas e continuar a exercer uma cidadania activa e fiscalizadora, ainda que seja com recurso às publicações em jornais, como aliás fazia antes de assumir a presidência do PP.

Menos de 700 votos

O Partido Popular conseguiu apenas 743 votos no total de círculos eleitorais, ficando atrás do PTS que obteve pouco mais de mil votos.

Os resultados, considerados “extremamente baixos” e as próprias estratégias do partido vão ser agora analisados internamente, para escolher o caminho certo a seguir. “Vamos analisar

os resultados, vamos debater o partido, tem mais gente que quer integrar o partido, mesmo em São Vicente. O partido vai crescer a nível nacional”, analisa.

Para já, Amândio Barbosa deixou um alerta vencedor das eleições, Ulisses Correia e Silva, prevendo que a sua governação não será fácil. Segundo disse, o PP vai continuar a denunciar situações de corrupção e irregularidades e lutar pela transparência e boa gestão da coisa pública.

Nas eleições legislativas de 18 de Abril, o Partido Popular concorreu em seis círculos eleitorais, sendo três no país (Santiago Sul, Santiago Norte e Boa Vista) e três na diáspora (África, América e Europa e resto do mundo).

Salvo pela covid-19



José Vicente Lopes

1. Cada nova eleição é um começar de novo, mesmo quando a disputa serve para renovar o mandato do incumbente. Os próximos cinco anos de Ulisses Correia e Silva servirão – presumo – para corrigir o que correu mal nos últimos cinco anos em que ele, muitas vezes, primou pela ausência, deixando outros – nomeadamente, Olavo Correia – a governar por ele.

Com a covid-19 no centro das preocupações, o espaço de manobra do governo vai continuar a ser estreito. A esperança é que alguma “bazuquinha” intercontinental nos venha ajudar a tirar a economia da depressão profunda em que se encontra. O rombo de 15% não é fácil de tapar, ainda por cima num tempo como este, sobrecarregado de riscos e incertezas. Os tempos, em princípio, apenas devem continuar a correr de feição para a Icelandair que, até Outubro, vai continuar a cozinhar este governo na fogueira dos avales.

2. Cada nova vitória, a eleição tem esta virtude: apaga os erros de quem governa e penaliza o discurso e os métodos da oposição para se chegar ao poder. Vencendo, tudo o que o vencedor teve de fazer para levar o adversário ao tapete torna-se aceitável aos olhos do eleitor. Mesmo os golpes sujos.

Nesse pressuposto, na noite da vitória, UCS acusou os outros de populismo, quando o populismo tem sido, até aqui, a via habitual de se chegar ao poder. Em todos os momentos de mudança da nossa história, é fácil detectar o conjunto de promessas populistas para depois, no governo, diante do choque da realidade, cada um pôr os pés no chão, voando baixinho sob o signo da responsabilidade. Prometer que se tem a solução imediata da TACV, ou 45 mil empregos por ano, entre outros milagres, em 2016, vale tanto ou mais que prometer 13º mês aos cabo-ver-

dianos, para, depois, não haver um aumentozinho sequer. Prometer “nós terra pa nos pov”, acabar com a exploração do homem pelo homem, está quase na mesma categoria.

Outro mal congênito de quem governa Cabo Verde é classificar os outros de anti-patriotas. Andamos nisto desde 1975. Em política, já dizia um célebre pensador inglês – Lord Johnson –, o patriotismo é o último reduto dos cana-lhas. Na falta de melhor argumento, recorre-se logo à defesa da Pátria, como se a Pátria estivesse a ser invadida por hordas de bárbaros, visigodos e vândalos. Normalmente, nestas coisas também de defesa da Pátria, quem governa tende a confundir-se com a Pátria. Além de diabólico, o exercício é perigoso. E, nessa diabolização do adversário, há quem se dê ao desplante de dizer como a oposição se deve comportar, o discurso que deve usar, para variar, em nome de uma oposição patriota, mansa e útil para quem governa, é claro.

3. A eleição de domingo cumpre, pois, uma outra tradição, a de renovar o primeiro mandato. A covid-19 ajudou a eleger este governo, apagando todos os “compromissos” não cumpridos e que foram solenemente fechados entre UCS e os eleitores em 2016. Não vale a pena perder tempo com isso, já que estas águas passadas acabam por ser devidamente perdoadas pelo eleitor, indulgente, acostumado a ver promessas e compromissos esquecidos, ou então, na falta de melhor e diante dos perigos que nos ameaçam, preferiu ficar com quem já conhece os cantos da casa. Neste caso é o seu apurado instinto de sobrevivência a falar mais alto.

4. Apesar de não ter chegado à meta pretendida, Janira Hopffer Almada esteve lá perto ou quase. Só que com o “quase” nunca se chega ao Palácio da Várzea.

Chega-se, no máximo, à porta.

À luz da realidade, para quem veio do massacre eleitoral de 2016, JHA conseguiu um bom score. Sobretudo em Santiago inverteu a perda de votos do seu partido. O mérito desse desempenho é dela, como também o demérito do fracasso. Apostou no “tudo ou nada” e “quase” conseguiu. E nesse “tudo ou nada”, foi dando tiros nos pés, que o MpD – agradecido – tratou de explorar, como manda a Arte da Guerra. Com tanto tiro nos pés, só por milagre JHA e o PAICV haveriam de conseguir melhores resultados em Santiago Norte, São Vicente e Santo Antão.

Não bastasse isso, JHA também embarcou no modelo de campanha eleitoral de UCS, sem os meios e a máquina eleitoral do seu rival, centrando a campanha do PAICV na sua augusta figura. Mais do que nunca, definitivamente, caminhamos para o “presidencialismo de primeiro-ministro”, como o chamou, um dia, Mascarenhas Monteiro.

Se no caso de UCS era estratégico esconder os cromos, de tão desgastados, no caso de JHA era importante escondê-los pela pouca ou nula-valia que representam. Caso JHA vencesse, seria com aqueles camaradas que a ladearam na noite da derrota que iria governar o país. Vencendo UCS, vamos continuar a ter Olavo Correia a puxar por nós, com a sua mistela de auto-ajuda e poções de economia, pelo meio, como passa o tempo a “postar” na sua página do Facebook.

5. Mas estas eleições conseguiram também esta proeza: o MpD vence perdendo um deputado em relação à legislatura anterior; o PAICV perde ganhando mais um deputado e a UCID idem. A diferença de dois mandatos entre a situação e a oposição, com um parlamento mais feminino, talvez ajude a equilibrar a Casa Parlamentar, sob a batuta de Jorge Santos.

Goste-se ou não, é o que temos em termos de representantes da nação, eles são tirar nem pôr o que hoje somos.

E como o sistema sabe defender-se muitíssimo bem, nada como ter um Amadeu Oliveira sem tempo regimental para vergastar o que ele chama de “não justiça”. O meu sonho de vê-lo ministro da Justiça, para assim vê-lo resolver, de uma assentada, os problemas da justiça, da qual ele não acredita, fica, por isso, adiado para as calendas gregas.

6. E nesta tragédia em que nos encontramos, tanto o PAICV como a UCID padecem neste momento do mesmíssimo problema: têm nos respectivos líderes o seu melhor activo. Sem António Monteiro muito dificilmente os democratas-cristãos chegarão ao sonho (ia escrever quimera) de um dia ser uma verdadeira força política, o fiel da balança entre o MpD e o PAICV. Cheira-me, pois, que estamos condenados ao bipartidarismo, coisa diferente da bipolarização, na verdade polarização, em que temos vivido.

Já para o PAICV, por ser quem é, o drama está quase ao nível de uma tragédia grega. Da actual constelação tamborina quase não se descortina brilho algum. É o deserto.

E com isso o MpD que se ponha a jeito. Amiúde, é nesses momentos de remanso, de águas estagnadas, em que a oposição parece condenada a mera figura decorativa, abúlica e patriota, que surge, no seu interior, alguém que acaba por fazer a diferença.

Ademais, em democracia, o tempo é sempre cruzeiro. Cinco anos passam num estalar de dedos. Ainda me lembro do Ulisses Correia e Silva, há cinco anos, cheio de moral a dizer que o caderno de encargos dele não eram promessas, “eram compromissos, e vamos cumpri-los todos”, garantiu. Até 2019, antes da covid-19 aqui aterrar, cumpriu-os, por acaso?

“Com a covid-19 no centro das preocupações, o espaço de manobra do governo vai continuar a ser estreito. A esperança é que alguma “bazuquinha” intercontinental nos venha ajudar a tirar a economia da depressão profunda em que se encontra”

Legislativas/ PSD

João Além não reconhece resultados e ameaça recorrer ao Tribunal Constitucional



João Além diz que não reconhece os resultados eleitorais das legislativas de 18 de Abril, que deram a segunda maioria parlamentar ao MpD. Ao contrário dos demais concorrentes, o líder do PSD considera que o processo foi “viciado” do princípio ao fim.

“Está viciado e corrompido temos provas evidentes e palpáveis. É precisamente sobre essas provas que vamos trabalhar e fazer aquilo que é preciso fazer para que se deixe de perseguir o partido. E nos dê aquilo que é nosso em vez de roubar-nos”, disse. “Todo mundo sabe o quê que aconteceu. Nós vamos remover tudo e colocar no prato limpo”.

Conforme Além, desde o início, houve uma “intenção determinada para afastar” o PSD da “corrida eleitoral”. “Isso verifiquei e chamei atenção da Comissão Nacional de Eleições (CNE). Escrevi para a CNE e a resposta foi de tal forma que me deixou um pouco desiludido”, confessa.

Por essas e outras razões, Além diz que essas eleições

para ele “não serviram para nada”, acrescentando que foi apenas para tentar-lhe enganar.

O líder do PSD promete recorrer ao Tribunal Constitucional, porque considera que o resultado conseguido não representa o trabalho feito e feedback recebido durante a campanha eleitoral. “Não representa nada daquilo que

trabalhei, tive tanta gente a afirmar-me que votaria em mim e não vejo esse resultado”. Por isso, “entrarei com meu requerimento na devida altura, expondo claramente aquilo que tenho que expor e depois iremos ao Tribunal Constitucional”.

Por outro lado, João Além diz que o seu partido começou a campanha com cinco dias

de atraso. “Nós não tínhamos televisão para nos acompanhar. Enquanto que os outros começaram no dia 1, nós começamos no dia 5. O líder do PSD avança que é uma situação que irá ser analisada no sentido de colocar os pontos nos “is”.

O partido, que concorreu sob o lema “Mudar Cabo Verde e dignificar o Homem”, tinha elegido como principal foco aposta na educação e formação dos jovens. E para isso ambicionava eleger deputados para poder defender os interesses do povo cabo-verdiano na Assembleia Nacional.

Segundo João Além, o PSD apresentou propostas honestas credíveis e possível de colocar em prática para que o país siga o rumo de desenvolvimento para que os cabo-verdianos possam ter uma vida condigna. “O programa que apresentamos apanha de alto a baixo o país. E mostra a cada passo aquilo que é preciso fazer para mudar e dar a Cabo Verde outro rumo. Para que todos os cidadãos cabo-verdianos se sintam bem onde quer que estejam”.

Nestas eleições, o PSD conseguiu apenas 0,1 % dos votos ficando na última posição e consequentemente não conseguiu eleger nenhum dos 72 deputados. Segundo dados provisórios, conseguiram o PSD obteve 268 votos, sendo 163 em Santiago Sul, 92 em Santiago Norte, 1 nas Américas e 12 na África.

Nas eleições de 18 de Abril, o PSD concorreu em quatro dos 13 círculos eleitorais – Santiago Sul e Santiago Norte, África, América e resto do mundo.

O líder do Partido Social Democrata (PSD) não reconhece os resultados das eleições legislativas de 18 de Abril e ameaça recorrer ao Tribunal Constitucional. João Além alega que o processo eleitoral foi viciado do princípio ao fim.

Silvino Monteiro

Vox Pop

O que espera do novo Governo?



Isabel Craveiro, professora reformada, Praia

Acredito que este novo Governo dará continuidade ao excelente trabalho que têm feito, tendo sempre em mente desafios e objectivos a atingir. O foco deve ser uma atenção especial à Saúde, à Educação e à Segurança. Em especial, precisa continuar a apostar nos jovens dando-lhes oportunidades para que se sintam engajados numa sociedade actual. De acordo com estas prioridades, as medidas urgentes devem ser: controlar a pandemia e ampliar o alcance do plano de vacinação, desenvolver mais postos de trabalho e garantir a igualdade de oportunidade para todos.



Rui Barros, funcionário do INPS, Praia

Gostaria de ver com máxima brevidade a substituição de alguns ministros que têm pastas importantes que precisam funcionar melhor. O novo Governo deveria criar as condições no Ministério da Economia e Finanças, deve fazer reformas que possibilitem a entrada de grandes empresas e investirem na industrialização do país em vários sectores de transformação e serviços. Precisa também melhorar a Justiça para mais e melhor segurança, melhorar a Saúde. Claramente, a prioridade passa por combater sem tréguas a pandemia da covid-19.

O Governo precisa esforçar-se para conseguir junto dos parceiros internacionais mais vacinas para toda a população. Com uma população saudável poderemos abrir as nossas fronteiras ao turismo e a investimentos estrangeiro, em diversas áreas para alavancar a economia do país. Para além da Saúde e da Economia, a Educação também deve ser prioridade.

Samir da Cruz Silva, ilha do Maio

Mais do que esperar, eu desejo que seja um Governo muito forte, com grande capacidade e trabalhar com as pessoas no centro das suas decisões. Devido ao contexto actual, precisamos de um Governo muito forte, com grande capacidade para trabalhar e fazer as coisas acontecerem. O foco inicial deve ser no combate à pandemia, apoio e assistência às famílias. Mas é fundamental planificar a recuperação económica do país e procurar financiamentos e apoios junto dos nossos parceiros de desenvolvimento para colocar em prática e executar o plano.

Espero que seja este o Governo que finalmente há-de trazer o muito aguardado desenvolvimento turístico para a ilha do Maio. A primeira prioridade é o combate à pandemia. De seguida, é fundamental garantir o rendimento das famílias para que todos possam, sobretudo nesta fase difícil, viver com o mínimo de dignidade. Já a terceira seria o combate ao desemprego e salvar as empresas e empregos nesta fase difícil da pandemia.



Filomena Marta, professora reformada, São Vicente.

Espero que o novo Governo cumpra todos os objectivos propostos e, que as metas sejam alcançadas de acordo com as promessas feitas ao eleitorado, estando sempre em primeiro lugar o bem-estar de Cabo Verde e dos cabo-verdianos.

Ulisses Correia e Silva pediu cinco anos para concretizar todos os objectivos estipulados, mas, devidos a factores internos e externos neste caso, a seca prolongada e a covid-19, não foi possível. Por isso o povo decidiu dar-lhe um voto de confiança para a concretização das promessas anteriormente anunciadas. Para mim, a atenção imediata deve ser dada a erradicação da epidemia do nosso país através da vacinação massiva da população para que a economia e o país possa crescer. Além do combate à pandemia, precisamos de mais investimentos na área da Saúde para combater as doenças não transmissíveis e não contagiosas, retomar a economia assim que for possível para sanar o problema do desemprego e a pobreza extrema e mais investimentos na área da educação.



Isabel Pereira, formando em Jornalismo, Praia

Espero que o novo Governo venha a apostar mais no Emprego, Saúde, Transporte (tanto aéreo como marítimo). Este deve ainda criar políticas públicas de Segurança nacional, fazer uma discriminação positiva entre as ilhas para que todas possam desenvolver, investir mais e melhor na Educação, ou seja, cumprir com as promessas que fez ao povo que lhe deu mais um voto de confiança.

Esperamos do Ulisses Correia e Silva uma governação inclusiva, transparente e com oportunidade para todos, capaz de promover mais igualdade e oportunidade. No meu ponto de vista, as áreas de maior urgência devem ser a Saúde, a Segurança e o Emprego. Neste exato momento o que mais precisamos é combater esta pandemia através da vacinação da população para melhorar a economia e assim... mais emprego.



Willyam Pires, Balconista (Santo Antão)

-Que seja sério, que discuta e encontre soluções para as questões pertinentes e que faça chegar a vacina a todos os cabo-verdianos, em vez de estar a brigar com o Parlamento. Primeiramente, deve centrar a sua atenção no combate à pobreza extrema, ajudar as pessoas que têm mais dificuldades, com destaque para os idosos, a quem devem, aliás, subir a Pensão Social. Deve, ainda, encontrar modos para fazer que a vacina contra a COVID-19 chegue a todos, a par de melhorias na prestação dos cuidados de Saúde e criação de mais postos de emprego.

Anitta Faiffer, presidente Associação Gay Cabo-verdiana

“Queremos um Parlamento justo e mais humano para com a comunidade LGBTI”

Ulisses Correia e Silva reelegeu-se primeiro-ministro de Cabo Verde. Com ele, uma nova Assembleia Nacional, novos deputados e novos desafios. A associação gay cabo-verdiana espera que seja dessa vez que as ambições e lutas sejam reconhecidas legalmente pelos representantes do povo. A aprovação de um programa de transição hormonal, por ora, é a maior reivindicação, em específico, da comunidade travesti.

Ricénio Lima



Anitta Faiffer espera que o novo Parlamento, eleito domingo passado, 18 de Abril, traga novas esperanças à comunidade LGBTI e reconheça anos de luta pela igualdade. A presidente da Associação Gay Cabo-verdiana pede um novo parlamento, mais justo e mais humano.

“O nosso desejo é para que tenhamos um Parlamento mais equilibrado, livre, justo e dinâmico, mas sobretudo humano, disposto em resolver as preocupações dos cidadãos, e com isto teremos uma cidadania mais plena, em que a decisão não dependa só de um partido, mas de vários pelo bem da Nação e da democracia”, ambiciona Faiffer.

A par da criminalização da homofobia, alteração do código civil que permita o casamento gay, a transição hormonal, por ora, é a principal preocupação em específico da comunidade travesti.

A luta tem sido para que o Ministério da Saúde implemente um programa de transição hormonal e acompanhamento médico a todas as pessoas que se sentem transgéneros e que queiram iniciar uma transição de género, evitando a automedicação, uma realidade entre as travestis em transição.

“Por negligência dos sucessivos parlamentos e Ministérios da Saúde, nunca foi implementado um programa de auxílio ao processo de transição de género. Seria muito mais fácil se o tratamento fosse acessível no público e que os nossos governantes venham a pensar nisso. Gostaríamos que o Ministério da Saúde implementasse programas de transição hormonal para pessoas transgéneros em

Cabo Verde, evitando a automedicação com implicações para a saúde”, reafirma Anitta.

A reivindicação é um grito de socorro da comunidade transgénero em Cabo Verde que luta por uma identidade e uma imagem ao espelho que se adapte ao género da mente. “A associação não quer ver mais transgéneros doentes devido a automedicação. Queremos auxílio médico no público, bem como a transição hormonal, para isso o nosso parlamento deve colaborar”, entende Anitta.

No dizer daquele activista, questões e temáticas de género têm sido postas de lado pela Assembleia Nacional. A temática não é considerada prioridade da agenda política do parlamento que insiste em excluir a comunidade LGBTI das decisões, ignorando as reivindicações.

“Queremos também uma lei que nos proteja e nos conceda direitos em plenitude porque não precisamos de campanhas a dizer que somos livres e iguais, medidas devem ser implementadas no parlamento, porque é inútil fazer campanha, ir para as Nações Unidas e não aprovar nada. Gostaríamos que fosse aprofundada questões hormonais, concretizar lei que criminalize a homofobia, para que tenhamos um país melhor”, elenca a presidente da Associação Gay Cabo-verdiana.

Para Anitta, para que se tenha uma democracia pura é necessário que todas as vozes sejam ouvidas e que o parlamento dê atenção a todas, sem exclusão, sem politiquice e nem demagogia e que todos sejam incluídos no desenvolvimento do país “tal e qual são ou querem ser”.

Ataques sexistas contra Janira põe a nu o machismo que ainda impera entre os cabo-verdianos

“Trabalho de mulher é cuidar dos filhos, das panelas e não para cuidar do poder do país”, é assim que se dirige um militante do MpD às mulheres na política, em referência a Janira Hopffer Almada, líder do PAICV, num vídeo filmado durante a campanha na ilha do vulcão, e que viralizou nas redes sociais.

As declarações desse ventoinha, bastante aplaudidas na hora, geraram uma onda de repúdio e indignação, nas redes sociais, e já levou à reacção de várias entidades e figuras da sociedade civil.

O Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade de Equidade de Género (ICIEG) manifestou repúdio por todo e qualquer comportamento e atitude machista divulgado através de vídeos, cartazes e mensagens nas redes sociais.

“O ICIEG aqui não está a defender um caso A, B ou C, mas todo e qualquer caso contra mulher, pois, o lugar da mulher é onde ela quiser estar. Atitudes e comportamentos machistas que não dignificam a mulher põem em causa a luta pela igualdade de género e devem ser repudiados”, declarou Rosana Almeida, presidente desse instituto.

Almeida lamentou este facto e pediu o engajamento de todos, e todas, na desconstrução de estereótipos que não dignificam a luta em prol de uma sociedade mais igualitária e sem discriminação.

Por sua vez, o movimento Mulher Inspira Mulher pede demarcação política ao MpD, das declarações desse militante. “O acto merece demarcação política e repúdio público por respeito às mulheres cabo-verdianas e à luta que tem sido feita para a igualdade e equidade de género no país e, particularmente, para a participação das mulheres na política”, reage o movimento.

As declarações indignaram



Janira Hopffer Almada



Jassira Monteiro

O vídeo de um militante, pelo círculo do Fogo, dizendo, num comício em Campanas (São Filipe), que “lugar de mulher é na cozinha e não a cuidar dos destinos do país”, tornou-se viral nas redes sociais e está a ser repudiado a vários níveis. Ulisses Correia e Silva, para já, preferiu-se demarcar-se das palavras desse colega de partido.

Ricénio Lima

também a presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina, Jassira Monteiro, do MpD, actualmente a única mulher presidente de Câmara no país.

“Foi com profunda indignação que me chegou um vídeo onde um suposto militante do MpD discursava no Fogo, com discurso machista contra as mulheres. Paralelamente, chegou-me ainda um cartoon simbolizando Ulisses Correia e Silva a dar um pontapé à líder da oposição, também com uma narrativa da mesma natureza”, lamentou Jassira Monteiro, que diz que o seu partido é “da democracia e da liberdade” e que “não compactua com atitudes machistas, sexistas e misóginas”.

Ulisses desmarca-se

O reeleito primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, veio a público pronunciar-se sobre o caso, para dele se demarcar. Na sua

página de Facebook escreveu que o MpD tem sido um partido de mulheres e demarcou-se das declarações daquele militante.

“Acreditamos nas mulheres, nos seus sonhos e na sua capacidade de ocupar qualquer cargo para o qual se prepararam e sonharam. Temos provas através de mulheres cabo-verdianas nos mais altos cargos aqui, em instituições e empresas pelo mundo afora. Como presidente do MpD, e primeiro-ministro reeleito, demarco-me de todo e qualquer discurso misógino, sexista e baseado em discriminações de que ordem seja em relação ao papel da mulher na construção da nossa sociedade. Somos iguais em direitos, deveres, aspirações e sonhos”, escreveu

ICIEG reforça apelo

E porque as mulheres estão, cada vez mais, a enveredar pela vida política e para evitar futu-

ras situações do tipo o ICIEG está apostando na educação pela igualdade com a introdução da disciplina na “Igualdade de género” no ensino secundário.

“É uma das lutas que poderá fazer a diferença na educação dos meninos e meninas para uma geração pró-igualdade e para que não se deixe a tarefa de educar apenas para as famílias”, afirmou, sublinhando que só educando pela igualdade é que se pode “quebrar os telhados de vidros” para que a mulher possa estar onde quiser.

Nas redes sociais, multiplicam-se as palavras de apoio a Janira Hopffer Almada, de vários quadrantes da sociedade descrevendo-a como “guerreira”, “mulher de coragem”, entre outros.

Num post, na sua página de Facebook, o professor universitário Luzito Veiga escreveu “quando vejo alguns comportamentos que incentivam a “violência” gratuita contra as mulheres, só por

serem mulheres, menosprezando a sua condição de mulher, dá-me vontade de dizer Janira fica”.

Veiga justifica porque: “Fica para lutar, fica porque ainda precisamos de ti, fica para quebrar tabus, fica para dar o exemplo, fica para ajudar a educar meninas e meninos. Fica porque és uma mulher de coragem. Não vás, porque se fores perdemos anos de história de combate e de sacrifício, e regredimos na educação dos meninos e das meninas”.

O internauta prossegue ainda lembrando que se Janira deixar o partido Cabo Verde vai ficar com “cinco partidos de homens, num país onde mais de 60% das empresas é comandada por homens”.

“Se fores, nunca mais eles vão entender o simbolismo de ter uma mulher no meio de 5 homens a lutar, com a mesma garra e mesma pujança, característica de mulher valente e forte”.

Não se sabe, contudo, se o próprio MpD já identificou o militante, e se vai haver ou não algum tipo de sanções. No próprio vídeo, ouve-se várias mulheres, também vestindo camisolas do MpD, a gargalhar e a aplaudir as palavras misóginas do orador em questão, facto que tem sido igualmente repudiado.

Futebol

Santo Crucifixo termina primeira volta na liderança do Regional de Santo Antão Norte



Na terceira e última jornada do Regional de Santo Antão Norte, disputada no passado sábado (17), a equipa da União Desportiva de Santo Crucifixo isolou-se no topo da tabela classificativa da prova.

O adversário desta jornada foi a equipa do Sinagoga. O marcador foi aberto logo aos 25 minutos, por intermédio de Lito. Até o intervalo esse resultado não se alertou, contudo, já na segunda parte, Sinagoga igualou as contas do jogo aos 56 minutos, por Tabassa.

A reacção do Santo Crucifixo demorou 18 minutos. Rony e Caicedo, aos 74 e 82 minutos, respectivamente, marcaram os

A equipa do Santo Crucifixo terminou a primeira volta do Regional em Santo Antão Norte liderando, com quatro pontos. No último fim-de-semana, esta formação derrotou o Sinagoga por 3-1.

Jason Fortes

golos que garantiram o triunfo do Santo Crucifixo.

Destaque ainda para as duas expulsões ocorridas na partida. Ady Fonseca (SC) e Stivie (S), foram expulsos aos 77 e 79 minutos, respectivamente, por acumulação de amarelos.

Após a realização da terceira jornada, Santo Crucifixo isola-

-se na liderança com quatro pontos. Rosariense, com dois pontos, é segundo classificado. Sinagoga é o último, com apenas um ponto.

Na próxima jornada, o Santo Crucifixo fica isento, enquanto que Rosariense e Sinagoga medem forças.



Regional Santo Antão Sul: Tarrafal a um ponto do Sporting

A equipa do Tarrafal está a um ponto de alcançar o Sporting no topo da tabela classificativa. Em jogo da sétima jornada do Regional de Santo Antão Sul, disputada no passado sábado, o Tarrafal venceu a formação do Inter por 1-0.

O triunfo, pela margem mínima, deixou a formação do Tarrafal com 11 pontos, menos um do o líder Sporting. Na outra partida desta jornada, a campeã em título, a Académica ganhou à Fiorentina, por

2-1, e alcançou a equipa viola na terceira posição, ambas com oito pontos.

O Inter é a única equipa que ainda não pontou nesta edição do Regional de Santo Antão Sul. O Sporting, mesmo ficando isento esta ronda, manteve o primeiro lugar, com 12 pontos, seguido agora por Tarrafal, com 11 pontos. A Académica e a Fiorentina partilham o terceiro lugar, com oito pontos cada.

JF

Paralímpicos/Atletismo: Carlos Araújo traz ouro da Itália

O atleta paralímpico cabo-verdiano, Carlos Araújo, conquistou, no último domingo (18), a medalha de ouro para o país, na prova dos 200 metros, no "Jesolo 2021 Grand Prix" na Itália.

O mindelense fez a proeza na prova de atletismo nos 200 metros. Araújo conquistou a terceira medalha para Cabo Verde, já que, nos dias 16 e 17 tinha arrecadado o bronze nas provas de 400 e 100 metros.

A participação de Carlos Araújo nesta competição fica marcada pela lesão muscular contraída numa perna, tendo de ser levado de imediato para o hospital para observação. O

problema, segundo o treinador Alcindo Lopes, ao Mindelinsite, foi levado de Cabo Verde e resolveu incomodá-lo assim que cruzou a meta em primeiro lugar na sua terceira e última corrida.

Cabo Verde deveria participar no "Jesolo 2021 Grand Prix", com três atletas, contudo, devido a pandemia da covid-19, apenas Carlos Araújo conseguiu viajar.

Jesolo 2021 Grand Prix é uma competição que visa melhorar a performance dos atletas e os mínimos na competição assegura uma vaga nos Jogos Paralímpicos Tóquio'2020".

JF



Andebol

Seleção feminina estreia-se no CAN 2021 frente a Angola

A seleção nacional de andebol feminina faz a sua estreia no CAN 2021, frente à sua congénere de Angola, no dia 9 de Junho. O combinado crioulo encontra-se inserido no grupo C, onde tem a companhia do Congo e Argélia, além de Angola.

O 24o Campeonato Africano das Nações (CAN) decorre de 8 a 18 de Junho, em Yaoundé, nos Camarões. O sorteio já divulgado pela Confederação Africana de Andebol (CAH) colocou a Angola no caminho de Cabo Verde, como primeira adversária. A estreia das atletas nacionais na prova acontece a 9 de Junho, um dia após o arranque da prova.

Além de Angola, Cabo Verde mede forças no grupo C, com as seleções do Congo e da Argélia. Segundo a calendarização da prova, o combinado crioulo volta a entrar em campo no dia 11 para defrontar o Congo. Termina a fase de grupo no dia 15, no duelo com a Argélia.

Estamos a menos de dois meses do arranque da prova continental e a seleção já começou a trabalhar tendo em vista a participação. As jogadoras estão divididas em três grupos, espalhados por São Vicente, Praia e Sal.

Estes três grupos estão sob as orientações de Aquilino Fortes (São Vicente), Flávio Lima (Sal) e Nelson Martins (Praia). Entretanto

a Federação Cabo-verdiana de Andebol está em negociações com um treinador angolano que deverá assumir o comando da seleção durante o CAN, segundo informações avançadas pelo presidente Tony Teixeira à rádio pública.

A Federação pretende que sejam jovens treinadores cabo-verdianos a integrarem a equipa técnica como adjuntos, tendo em vista a margem de progressão.

A participação de Cabo Verde no CAN de Andebol Feminino vai exigir um esforço financeiro e o presidente da Federação espera vir a contar com o apoio do Estado tornar possível a realização desse sonho.



PUB

Fogo: Mosteiros acolhe a terceira edição da Corrida do Café

O município de Mosteiros acolhe, esta sexta-feira (23), a terceira edição da Corrida do Café. Trata-se de uma prova inserida no programa da 7ª edição do Festival do Café do Fogo que acontece na ilha entre os dias 23 e 24.

A Corrida do Café do Fogo segue o percurso Pai António – Cutelo – Cidade de Igreja. É uma prova de nove mil metros, para atletas masculinos, e sete mil metros para femininos.

A corrida contará com participação de aproximadamen-

te 40 atletas, provenientes de Fogo, Boa Vista, Santiago, São Nicolau e São Vicente. De Portugal chega o atleta cabo-verdiano do Benfica, Samuel Freire, vencedor da XIII Corrida da Liberdade, realizada na Cidade da Praia.

A corrida está agendada para as 14 horas, com a concentração dos atletas marcada uma hora antes, no largo do Polivalente de Pai António. A organização vai assegurar que a mesma decorra dentro das normas exigidas pelas autoridades sanitárias. JF





Banco de Cabo Verde



Comunicado

Nova Sede do Banco de Cabo Verde entra em funcionamento integral a partir do dia 26 de abril de 2021

O Banco de Cabo Verde informa que, a partir do dia 26 de abril, passará a exercer as suas atividades na sua nova sede, localizada no bairro da Achada de Santo António, ao lado da Assembleia Nacional, com todos os colaboradores instalados, sendo a nova morada:

Banco de Cabo Verde, Avenida OUA, nº 02, Código Postal nº 7954-094, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde.

A Receção do Banco de Cabo Verde funciona de segunda-feira a sexta-feira das 8H às 12H30 e das 13H30 às 16H30.

O serviço de atendimento público, via telefone, é feito através do número 2607000.

Covid-19

Autoridades vão apertar na fiscalização

A maioria das vítimas mortais continua a ser pessoas idosas, e com outros problemas de saúde associados. A nível nacional, a taxa de letalidade no momento é de 0,94%, segundo avançou, esta segunda-feira, 20, o Director Nacional da Saúde, Jorge Noel Barreto.

Até à mesma data, 16 pessoas estavam internadas no Hospital Agostinho Neto, na Praia, dois dos quais em estado grave. Em Santiago Norte, dos três doentes internados, um está em estado grave. Também no Sal, duas pessoas inspiram cuidados, entre 17 internados. Em São Vicente, havia, na mesma altura, 15 pessoas internadas, uma em estado crítico. A ilha veio a registar um óbito na terça-feira. A taxa de ocupação dos serviços de saúde é de 74%.

Cabo Verde registou de 4 a 12 de Abril, 26 óbitos, uma situação considerada “nada favorável” pelo Director Nacional da Saúde. No mesmo período, a taxa de positividade também aumentou 4%. O Governo descarta um novo estado de emergência, mas anunciou o aperto da fiscalização das medidas já existentes.

Natalina Andrade

Taxa de positividade aumentou 4%

Mais amostras analisadas, mais casos positivos. Nos últimos 14 dias – ou seja entre 4 a 19 de Abril, um total de 15.340 análises foram feitas, o que dá uma média diária de 196 testes. Como resultado, 2.676 novos casos positivos, com uma média de 191 por dia.

Desta forma, a taxa de positividade passou também de 13% para 17% no mesmo período.

A taxa de incidência acumulada piorou em vários municípios, ficando apenas a Brava com taxa

inferior a 25 por cada 100 mil habitantes.

Sete concelhos apresentam uma taxa entre 25 e 150 por 100 mil habitantes. Com taxa superior a este número estão os municípios da Praia (704 por 100 mil), Boa Vista (544 por 100 mil), São Vicente (397 por 100 mil), São Domingos (513 por 100 mil), Sal (901 por 100 mil), Ribeira Grande de Santo Antão (257 por 100 mil), Porto Novo (251 por 100 mil) e Paul (152 por 100 mil).

Os casos mais críticos são Ribeira Brava (1476 por 100 mil), Tarrafal de São Nicolau (2219 por

100 mil), São Salvador do Mundo (210 por 100 mil), Ribeira Grande de Santiago (582 por 100 mil), Maio (310 por 100 mil) e São Lourenço dos Órgãos (174 por 100 mil).

Uso de máscaras com fiscalização apertada

Esta terça-feira, 20, o Primeiro-ministro descartou um novo estado de emergência para o país, tendo em vista consequências económicas e sociais que esta medida traria para Cabo Verde. mesmo assim, garantiu que as

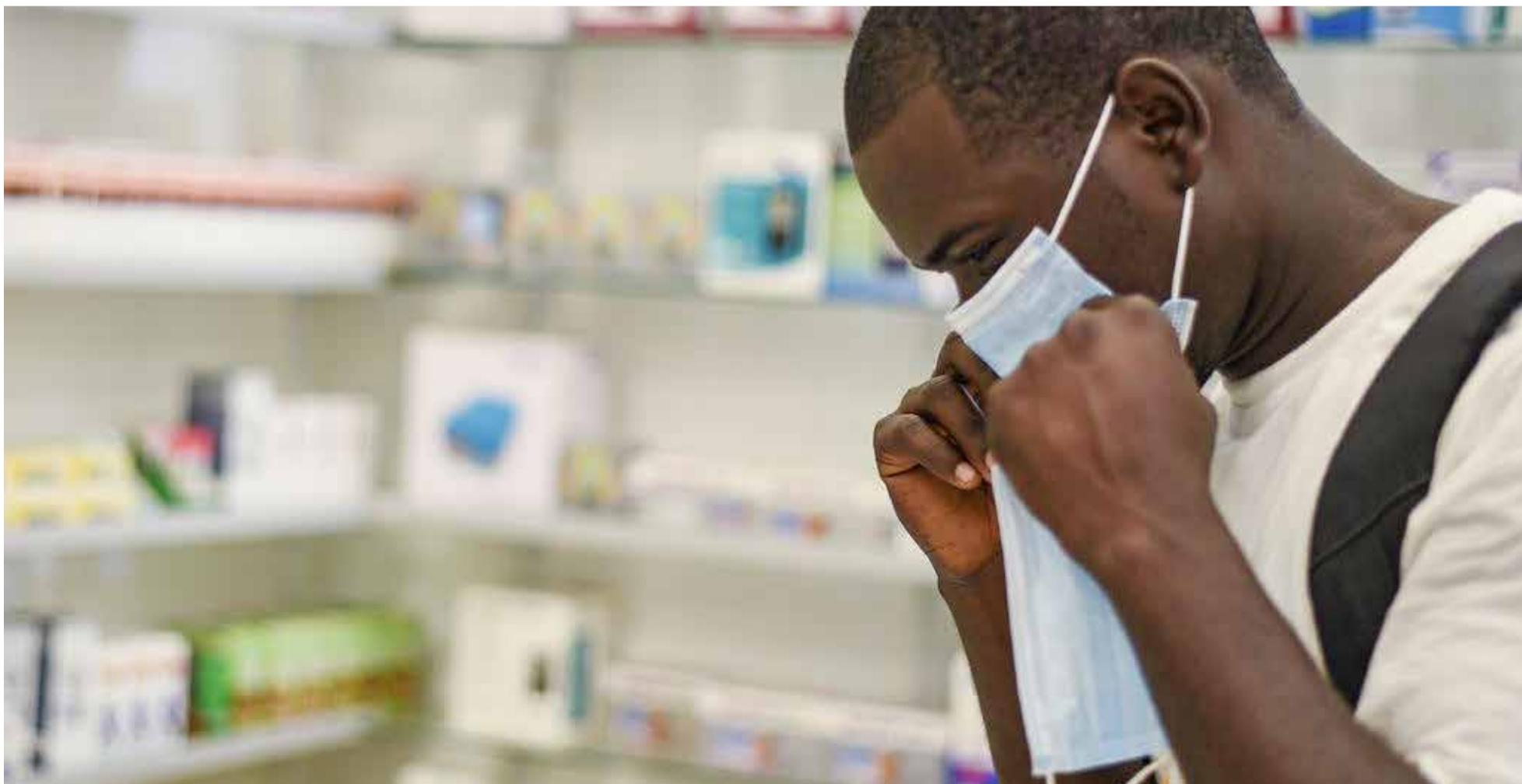
ações de fiscalização serão reforçadas, sobretudo para garantir o uso obrigatório de máscaras em espaços públicos e privados.

Esta quarta-feira, este seria precisamente o tema de uma reunião entre o ministro da Administração Interna e os principais intervenientes na fiscalização, como sendo a IGAE, Polícia Nacional, Proteção Civil e a Direção Nacional da Saúde.

Ulisses Correia e Silva sublinhou que tem havido algum relaxamento no uso de máscaras, pelo que a nova intervenção deve ser também pedagógica.

Quase 9 mil pessoas vacinadas

Até segunda-feira, 20, um total de 8.330 pessoas tinham recebido a primeira dose de vacina, entre as quais 3.170 idosos. Entre os profissionais da saúde, cerca de 1567 já receberam a segunda dose do imunizante.



HABEMUS IMPERIUM, por: “Um Cabo Verde no caminho seguro e para todos.”

“People sovereign and free.”
Jean-Jacques Rousseau



Alexandre Gomes

O povo, soberanamente, falou nas urnas. Foi uma grande jornada cívica, pese embora a pandemia, conseguimos realizar eleições, pelo que, devemos sentir orgulhosos pelo nível de organização e pela forma ordeira e serena como nos comportamos durante o ato eleitoral. As instituições democráticas saíram mais fortes e mais consolidadas deste pleito. Os nossos parabéns ao povo cabo-verdiano, o primeiro e grande vencedor das eleições de 18 de abril. Os 72 lugares que compõem a Assembleia Nacional do qual legitimam o Governo da República, já foram desenhados, pese embora os dados ainda provisórios. Imperou a liberdade e a democracia.

O MpD ganhou as eleições e renovou o mandato. Ganhou-as de forma clara e com maioria absoluta. Com isso, constitucionalmente, legitimou o nobel governo. O povo decidiu, e bem, pela continuidade. Aprovado foi o mandato de 2016-2021 e renovado foi a confiança à plataforma eleitoral a constar no programa de governo para a X legislatura, a ser sufragada pelo parlamento. Felicitamos o partido, seu líder, Ulisses Correia e Silva (UCS), e auguro sucessos na governação, para o bem de Cabo Verde e de todos os seus filhos, nas ilhas e na diáspora.

O PAICV, o grande “perdedor” dessas eleições, é um património da Nação cabo-verdiana. Um partido do arco do poder e um pilar essencial da nossa democracia representativa. Situando-se no espaço da Esquerda democrática e moderna, devia primar por ser um instrumento de transformação social, um Partido plural, de todas as gerações, federador de vontades, gerador de consensos e que promove a intensificação da democracia política. Mas também, o PAICV devia ser uma escola de cidadania, um partido aberto à participação e à dinâmica da sociedade civil, que respeita a diversidade, estimula a

criatividade e respeita as minorias, conforme estipulam os Estatutos e a Declaração de Princípios do Partido. Com isso, a democracia cabo-verdiana será reforçada com um Partido como o PAICV que perfilha esses ideais, princípios e valores. Entretanto, assistiu-se a um partido em contramão à sua matriz originária, um partido que revelou de casos ao invés de causas... de críticas malélicas, negativista e segregacionista, sem responsabilidade e sentido de Estado.

A líder, por seu turno, aceitou a derrota, felicitando o adversário e assumiu as consequências. Foi coerente e consequente! Assim funciona em e na democracia. O povo é soberano e quem mais ordena. Respeitou-se a opinião popular. O PAICV tem de tirar as ilações e preparar-se a travessia pelo deserto, construir uma nova liderança, partidária e parlamentar. Liderança essa, que possa revitalizar o partido, convergindo-o interna e externamente a ponto de encontrar militantes e o eleitorado, porque só assim estará em condições de exercer o papel soberano que o povo lhe atribui, a de fiscalizar a ação governativa. A oposição é importante, ainda mais em democracia e num sistema como o nosso. Essa função, implica coesão e liderança. Dois aspetos que o PAICV não demonstrou durante 2016-2021. Não teve liderança à altura e nem tão pouco esteve coeso. É uma questão a resolver a curto e médio prazo. A atual liderança foi chumbada nas urnas. Urge repensar o partido, criar condições e renovar as bases para exercer de forma eficiente a oposição. Cabo Verde precisa do PAICV, como oposição forte, dinâmica e construtiva. Uma oposição que seja capaz de gerar sinergias e trazer propostas credíveis que sirvam não só de alternativa à governação, mas acima de tudo, contribuir para a governação do país. Só consegue governar quem tem

ideias não só de fazer, mas sobretudo, em como e saber fazer. Em democracia, a oposição é tão importante quanto o governo. O dinamismo entre o poder e a oposição é o sal da democracia.

Por outro lado, o MpD ganhou as eleições e ganhou-as de forma clara. “Inequívoca”, parafraseando UCS. É o partido da Liberdade e da Democracia. Um partido do povo, para o povo e com o povo. Com exceção do Fogo e da Diáspora, ganhou nos 9 círculos eleitorais, com diferença subliminal. Saiu reforçado, enquanto partido e com legitimidade para governar o país nos próximos 5 anos. O seu líder foi avaliado positivamente e renovou o mandato como Primeiro-Ministro. A legislatura anterior foi aprovada, ato contínuo, criou-se um pato social para os próximos 5 anos. Esperamos que venha respeitá-lo e cumpri-lo. Entretanto, os tempos e a conjuntura são difíceis, pelo que, os 5 anos advinham-se, complexos e exigentes para Cabo Verde e para o Mundo. A pandemia da COVID-19 e a crise por ela criada estão ainda longe do fim e a provocar efeitos devastadores em termos de perdas de vidas humanas e a nível económico e social, provocando uma recessão económica sem precedentes, a destruição de milhares de empregos e dos rendimentos das famílias e o aprofundamento da pobreza absoluta e extrema e das desigualdades sociais, deixando marcas indelévels na sociedade e nas pessoas.

O contexto é de enormes riscos e incertezas. Os desafios que se nos deparam, a níveis sanitário, económico e social, vão exigir uma mobilização sem precedentes de todos os cabo-verdianos, no país e na Diáspora, de todas as competências, de todas as lideranças, quer sejam políticas, religiosas, empresariais, sindicais e de outras organizações da sociedade civil, assim como dos nossos Parceiros de Desenvolvi-

mento. Os fatores críticos de sucesso serão, ao nosso ver, a garantia da estabilidade política, económica e social, a promoção do diálogo e a busca incessante de consensos e compromissos sobre questões estruturantes para o nosso devir coletivo. Tempos extraordinariamente difíceis.

A devastação provocada pela crise sanitária é enorme: o PIB cai mais de 14%, a dívida pública global ultrapassa os 150% do PIB, com um deficit e gap orçamental de 10% e 21%, respetivamente, o desemprego ultrapassa os 20%, e as empresas passam por muitas dificuldades, com risco de insolvência iminente. O turismo, motor da economia, está parado e a retoma será lenta e difícil. Verifica-se uma nova vaga da pandemia e a taxa de incidência sobe assustadoramente. A vacinação está muito lenta e segue, ainda, a passos de caracol!

Parece-nos que a governação do país nos próximos 5 anos vai exigir muita inteligência, entrega e grande espírito empreendedor e de inovação ou, como diria o outro, exigirá a capacidade de ir para “além do óbvio e do evidente”. Parece-nos ainda que, nunca como hoje, tornou-se tão imperiosa, a necessidade de cuidarmos da nossa “casa comum”, do bem-comum, dos interesses gerais da coletividade e colocá-los acima de tudo.

Tempos, pois, que exigem inteligência, equilíbrio e muito diálogo. Passado o tempo da competição e do confronto de ideias e propostas, agora é tempo de entendimento e consensos. De trabalho e muito labor...

Esperamos que todos estejam disponíveis para a discussão e para a busca conjunta de soluções para o país. Todos somos poucos para a grandeza das tarefas que nos esperam. Juntos poderemos construir “Um Cabo Verde no caminho seguro e para todos”.

“A governação do país nos próximos 5 anos vai exigir muita inteligência, entrega e grande espírito empreendedor e de inovação ou, como diria o outro, exigirá a capacidade de ir para “além do óbvio e do evidente”. Parece-nos ainda que, nunca como hoje, tornou-se tão imperiosa, a necessidade de cuidarmos da nossa “casa comum”, do bem-comum, dos interesses gerais da coletividade e colocá-los acima de tudo



José Valdemiro Lopes

Covid-19: Geopolítica das vacinas, ano 2021 & progresso em base subregional ou inter-regional

Em Abril de 2021, com o arranque do processo da vacinação, em Cabo Verde o desafio é a preocupação com a “geopolítica das vacinas” para se poder atingir a meta de atingir a imunidade sanitária “social”, vacinar (pelo menos) 70% da população residente cabo-verdiana contra a pandemia Covid19.

Este desafio “político” é também de teor económico e logístico. Cabo Verde pode encomendar (comprar) vacinas, mas o propósito e êxito da operação, acima mencionada só é possível e realizável por meio da cooperação internacional. Os países mais avançados com acesso mais rápido e amplo às vacinas, têm, também o dever e a obrigação de levar as vacinas para os países mais desfavorecidos... Embora sabermos que suas prioridades, é combater os temores de contaminação das suas respectivas populações que devem ser protegidas.

A geopolítica da vacina é um facto até o momento. Os Estados Unidos, por exemplo, estão em processo de remontagem após a aprovação de Donald Trump, priorizando o “front interno”, assim como a União Europeia, colocando-se em guerra aberta com as multinacionais farmacêuticas e batendo também, nas portas do Reino Unido, mas, prometendo doar parte do ex-

cedente, a países mais pobres, quando chegar a hora.

Como a Rússia e, sobretudo, a China, que brilharam isoladamente, no fornecimento de material sanitário aos países desfavorecidos em 2020, hoje, em 2021 a União Europeia disse que fará distribuição das vacinas (a mais)... tendo encomendado doses mais que duas vezes maiores para dar respostas às suas reais necessidades.

Em 2020, o mundo entrou em uma nova era de “neo-estatismo”, que esperamos que não se aprofunde em 2021 que é também um ano quase atípico e não se deslumbra ainda, seu entorno, pois a pandemia colocou ênfase na questão da autonomia e independência dos estados, relativamente aos “stocks das vacinas”.

A atitude do chefe de Estado mais poderoso do mundo, Donald Trump, não era de forma alguma exemplar. Ele recorreu-se sistematicamente ao insulto e à vulgaridade, ou à designação contínua e constante da China, como culpada da crise pandémica, sem abordar provas ou soluções...

O retorno à lei da selva também foi favorecido pelo surgimento e uso indiscriminado das mídias digitais e redes sociais, fonte de desinformação e ba-

nalização, terreno fértil para notícias falsas, populismo e negação de todos os tipos. O resultado foi a criação e conversão de uma “feira de emoções” que rompeu-se absolutamente com a racionalidade, moldando estados de opiniões irreconciliáveis e abrindo portas para confusões de várias ordens.

Covid-19 mostrou-nos o mundo como ele é: sem uma verdadeira estrutura política global, sem instituições ou sistema internacional autenticamente de referência em caso de crise mundial, como a que vivemos, sancionando o retorno do nacional, onde prevalecem as grandes potências, em detrimento dos pequenos pequenos países que como Cabo Verde, são dependentes da cooperação internacional e vítimas talvez dos efeitos colaterais; observamos “populismos” ganhando espaços de forma quase sustentada nestas dez ilhas do atlântico médio sem recursos...

A pandemia expôs-nos às graves disfunções da governança global. Felizmente e em sentido contrário, a chegada de um novo governo nos Estados Unidos fez gerar expectativas em favor da revitalização de um multilateralismo de geometria variável. Em alguns casos, vimos Washington retor-

nar às organizações e agendas globais, mas parece plausível que a ausência de soluções para salvar a “humanidade” continuará a prevalecer em vez da abrangência e visão global, destacou-se ainda, em 2020 o funcionamento dos mecanismos que deveriam facilitar a vitória sobre o novo coronavírus e a manutenção de boa ordem socioeconómica mundial... bloqueios do Conselho de Segurança ou da Organização Mundial do Comércio, ou a insuficiência de capacidades e recursos da Organização Mundial da Saúde...

O progresso, a partir deste ano de 2021, se houver, deverá afirmar-se em uma base regional, subregional ou inter-regional, com agendas temáticas compartilhadas e precisas. Tudo acompanhado de uma vontade renovada por parte dos poderes decisores de ampliar suas áreas de influência, utilizando a saúde e também o desporto como instrumento de privilégio dentro de seu arsenal diplomático...

O desporto promove a pluralidade, celebra e valoriza a diversidade social e a compreensão mútua, podendo prevenir a geração de preconceitos...aproxima nações e povos.

miljvdav@gmail.com



Arsénio de Pina

Da necessidade de saber escutar as pessoas

[...]

Aí vai a história, também um pouco para desopilar: o ministério da Saúde de um país da África Central onde trabalhei, recebeu um S.O.S. de uma vila do interior onde grassava diarreia com desidratação e a mortalidade infantil subia em flecha. Como este país regurgitava de meios, e a USAID financiava estudos do tipo, fez-se deslocar à aldeia uma equipe de peritos para o estudo da situação. Constatou-se, logo à primeira vista, no estudo da situação, que o saneamento era pra-

ticamente nulo e a população tinha o péssimo hábito de defecar, a céu aberto, nas proximidades das habitações. A solução pareceu evidente e fácil: como havia meios, tratou-se de construir belas latrinas por toda a aldeia, e a equipa, sem mais preocupações, regressou, tranquila, à capital.

Tempos depois, novo S.O.S., por a situação persistir. A mesma equipa regressou ao local, constatando que as latrinas aí estavam, muito limpinhas e bem conservadas, mas ninguém as utilizava: havia um costume ancestral

que interditava defecar em buracos.

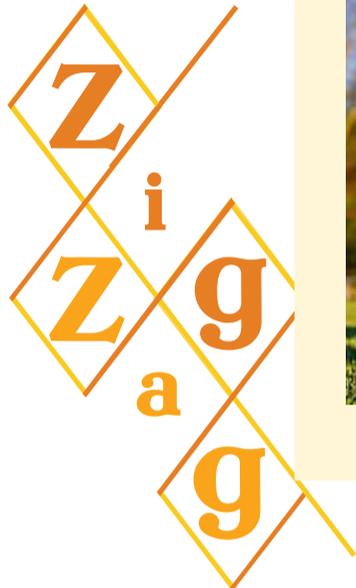
No meio desse impasse, um dos elementos mais curiosos da equipe resolveu “perder” tempo e conversar, amavelmente, com alguns aldeões a saber a razão desse costume ancestral. Com calma e alguma habilidade conseguiu convencê-los a explicar o fundamento do costume: é que - confessaram eles - o costume fundamentava-se no facto de um buraco nunca dever dar (olhar) para outro buraco...

O chefe da equipe de estudo, irritado e raivoso, até os chamou de sel-

vagens, mas, em boa verdade, eram os aldeões que tinham razão: a região era muito húmida pela abundância de chuva, escondendo-se as cobras sobretudo em buracos; da experiência ancestral deles - que perfilhamos -, eram altamente desagradáveis e perigosas dentadas de cobras nas partes baixas.

Já não me lembro como foi resolvida a questão, mas, obviamente, que a abordagem do assunto teria de ser outra, não através de latrinas.

Parede, Fevereiro de 2006



Táticas

O desfecho das eleições legislativas do último domingo deu muito o que falar e continua rendendo muitas reacções ao longo destes dias nas redes sociais. Uma delas aponta que se a Assembleia Nacional fosse uma partida de futebol, São Vicente entraria nela com um tática clara de 4-4-2, onde o MpD e a UCID ocupar-se-iam da defesa e do meio-campo, cabendo ao PAICV dar as cartas no ataque. E por falar em dar cartas, parece que o PAICV gosta de “jogar fora”, pois as suas melhores prestações foram além fronteiras. Alguma razão explica essa dessintonia entre os residentes e a diáspora.

Machismo em modo eleitoral

A questão do machismo em Cabo Verde é algo sério e escamoteado na sociedade cabo-verdiana. A VBG, o assédio e a violência sexual, e a discriminação social da mulher acontecem no nosso dia-a-dia, sob o verniz de sociedade da tolerância e da morabeza. Há até deputados com fama e proveito de praticantes de VGB. E são eles mesmos que depois aprovam as leis da igualdade. Enfim, é o país que temos.

Ondas de covid

Com as “ondas de covid” em período de campanha eleitoral, e sem moral para novas medidas de contenção e isolamento, o Governo resolveu descartar o Estado de Emergência, pois, cada um que use máscaras de protecção e espere pela vacina. Felizmente, temos a perspectiva da vacina chinesa, para que se imunize 70% da população. Defender a Saúde é defender a Democracia, pois, só Eleições não bastam.



Competência

Enquanto o vírus anda a espalhar-se, perigosamente, os senhores eleitos preparam-se para tomar posse na Assembleia Nacional e o líder do Partido ganhador é indigitado para formar o novo Governo. O ZIG, que tudo leva a sério e só ri das calinadas que não são poucas, espera que não seja a malta do Boeing no “landing” eleitoral e de Mercedes Benz no “take-off” da vergonha, nem manuais de “Matimátika”. Competência e mérito, fazendo favor.

Agricultura digital

Ninguém pode reclamar da capacidade de imaginação dos partidos políticos na hora de fisgar eleitor. Entre os muitos milagres a que se propõe para a próxima legislatura, o MpD anuncia na sua plataforma eleitoral (página 24), uma “agricultura digital e de precisão”. Intrigado sobre as virtudes de uma tal agricultura, ZIG recorreu a um especialista em Silicon Valey que pacientemente o esclareceu: “Primeiro pega-se num chip devidamente programado, enfia-se no computador, e deixa-se germinar, e no fim, tem-se um produto com alto valor acrescentado de tão nutritivo”. Apesar de entender de TIC's, o tal especialista não soube explicar ao ZIG qual a diferença entre a mandioca digital e a tradicional. Por via das dúvidas, ZIG informa que vai continuar a comer mandioca tradicional.

Última hora

Depois de cumprir a sua missão, com muito sucesso, no Aeroporto Internacional Nelson Mandela, o Boeing 757 D4-CCG, da CVA/TACV, acaba de levantar voo... por enquanto, para a “base” na ilha do Sal. De acordo com as fontes do ZIG, aeronave não estava lotada... Ou seja, contribuiu com a sua parte para o aumento do famoso buraco do Ozono.





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.

Empreendedorismo

Da reciclagem de vidro e PVC nasce a arte

Brigada médica cubana completa um ano de combate à covid-19 em Cabo Verde

Longe da família, deixada em Cuba, perto dos cabo-verdianos, num ano particularmente difícil de luta contra a covid-19. A 23 de Abril chegava ao Aeroporto Internacional Nelson Mandela um grupo de 20 profissionais de saúde pública para ajudar Cabo Verde a enfrentar um dos vírus mais letais de que os tempos modernos têm conhecimento.

Natalina Andrade

A 23 de Abril de 2020 um grupo de 20 profissionais de saúde, oriundos de Cuba, desembarcavam no Aeroporto da Praia para ajudar Cabo Verde a combater a pandemia da covid-19. Na altura o país registava os primeiros casos da doença. Um ano depois, a equipa destacada na Praia olha para trás e fala de uma luta dura, mas também de aprendizado e partilha com os colegas cabo-verdianos.

Num total de 20 integrantes, a “Brigada Henry Reeve” é composta por médicos, enfermeiros intensivistas e epidemiologistas, distribuídos por cinco pontos do país: Santiago Norte, Praia, São Vicente, Sal e Boa Vista.

Depois de passar por um período de quarentena obrigatória, o trabalho de campo começou a 14 de Maio, sobretudo para reforçar a equipa em Cabo Verde e somar ao trabalho dos profissionais de saúde, com um objectivo em comum: combater uma doença que na altura ainda era praticamente desconhecida e sobre o qual pairavam muitas dúvidas e incertezas.

Segundo a chefe da brigada, Maria Caridad Pérez Matute, o contrato inicial era de oito

meses, entretanto, completado o primeiro ano, a intenção é ficar enquanto a sua presença não seja mais necessária no arquipélago.

“Estamos a trabalhar em outra realidade, num país com 45 anos de história e cooperação com Cuba, com a presença de médicos cubanos aqui, como também de médicos cabo-verdianos em Cuba. É uma partilha, pois assim como ajudamos nós também aprendemos o saber do outro e outras formas de enfrentamento”, sublinha.

A equipa fala da boa relação com os colegas cabo-verdianos, principalmente com os formados em Cuba, com quem formam uma “grande família”. “Vamos estar aqui durante o tempo que o nosso povo irmão precisar, sempre dispostos a ajudar e a dar tudo de nós”, exalta Maria Caridad Pérez Matute.

Quando a equipa chegou a Cabo Verde, o epicentro do vírus estava na ilha da Boa Vista, cerca de um mês após o surgimento do primeiro caso, na mesma ilha. Entretanto, segundo diz, era expectável que ele se alastrasse para as outras ilhas, como estava



a acontecer em outras partes do mundo. Entretanto, mesmo com o agravamento que se veio registar, ressalva que o trabalho de equipa “permitiu que a mortalidade não fosse um grande problema e que não houvesse um colapso” do sistema de saúde.

“Tudo isso graças também a todas as diretrizes internacionais da Organização Mundial da Saúde. Nós, que viemos de Cuba, não fizemos nada de extraordinário senão seguir aquilo que estava protocolado”, explica.

Para Cabo Verde, a equipa trouxe consigo experiências, não só do seu país de origem, mas de vários outros onde tem

prestado o seu serviço, no âmbito da cooperação internacional. Tudo isso, sublinha, permite um conhecimento muito maior, o que faz com que o balanço seja sempre muito positivo, tanto para eles, como para os companheiros cabo-verdianos.

Combate deve ser de todos

Em termos epidemiológicos, a especialista Tania de la Caridad Gómez Padrón, afecta à Delegacia de Saúde da Praia, ressalta que aqui, na capital, não está no seu melhor momento de pandemia com a nova vaga que se faz sentir.

“Quando chegamos havia dois ou três casos, e neste momento a situação é muito desfavorável, o que pode estar relacionado com aquilo que acontece em outros pontos do mundo, que é a presença de outras mutações do vírus”, pressupõe.

“Humildemente, digo ao povo de Cabo Verde que a covid-19 não exceptua ninguém, afecta a todos, de forma geral, e que não a há combate mais eficiente do que as medidas sanitárias que estão protocoladas, que todos conhecemos e muito pouco cumprimos”, reforça.

Por isso, alerta, toca a cada um de nós cumprir, estrita



e obrigatoriamente, todas as medidas que estão desenhadas para o efeito, como sendo a única forma de enfrentar a situação.

Um ano difícil

Para o médico intensivista Orel Lopéz Iglesia, fica para trás um ano difícil, de muito trabalho e de muitos sacrifícios. Um ano longe da família, dos amigos, quase sem nenhum tempo de descanso. Mesmo assim, tudo isso é compensado pela satisfação de estar a salvar vidas.

Na mesma linha, o colega Lázaro Hernández Martínez, membro da brigada e enfermeiro intensivista, que presta servi-

ço no Hospital Agostinho Neto, fala de um ano “duro”, mas enriquecedor, especialmente por poder beber de uma cultura distinta, num país também distinto.

Homenagem

Em jeito de agradecimento pelo serviço prestado até agora, a Associação Cabo Verde Amigo de Cuba (CAMICUBA), está a organizar uma homenagem dirigida à Brigada Henry Reeve, que deverá ter lugar no próximo dia 24 de Abril, na Assembleia Nacional.

“Sabemos que desde que a pandemia da covid-19 alastrou-se pelo mundo, todos os países têm concentrado os seus esfor-

ços para que o pessoal de saúde e outros, estejam voltados para trabalhar no intuito de minimizar os seus efeitos. Contudo, Cuba tem partilhado os profissionais de saúde que tem e a experiência na luta contra catástrofes, calamidades e epidemias com outros países, com ênfase para o continente africano”, realça a associação, segundo a qual o Governo cubano “não só está preocupado com minimizar o efeito da covid-19 no seu território, como também ajudar outros países a se livrarem desta pandemia”.

A ideia é presentear cada um dos 20 profissionais da saúde com um troféu feito em acrílico e um diploma.

Cuba prestes a ser o primeiro país da América Latina a ter própria vacina

Pelo menos duas vacinas estão nas últimas fases de concretização, nomeadamente a Soberana 02 e a Abdala, já na fase final de ensaios clínicos. Neste momento, Cuba vive a expectativa de ser o menor país a produzir seu próprio imunizante contra covid-19 e o primeiro da América Latina.

Cientistas que acompanham os ensaios projectam

que, tendo o aval da agência reguladora local, a vacinação massiva da população cubana deverá começar em Maio. Nos próximos meses, o país prevê produzir cerca de 100 milhões de doses e ter toda a sua população vacinada até o final do ano. O plano é também de fornecer para outros países, sobretudo do terceiro mundo.

NA





Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIREÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em Cartório Notarial da Boa Vista, Certificada, narrativamente, para efeito de primeira publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei no 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia sete de Abril de dois mil e vinte e um, a folhas quarenta e quatro do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta sete foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de

Maria Da Luz Neves

Que no dia treze do mês de Junho do ano dois mil e onze, no seu domicílio em João Galego, freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, faleceu **Maria Da Luz Neves** casada com Martinho Fortes Fernandes sob o regime de comunhão de adquiridos, foi natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, com última residência habitual em João Galego.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros quatro filhos:

a) - Maria Júlia Neves Fernandes, casada com Pedro Mendes Tomar sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora Da Luz, concelho de São Vicente, e habitualmente residente em Alemanha;

b) - Mirma Neves Fernandes Ascenção, casada com Pedro Ascenção Santos sob o regime de comunhão de adquiridos, natural

da freguesia de Nossa Senhora Das Dores, concelho do Sal, e habitualmente residente em Holanda;

c) Osvaldina Neves Fernandes, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em João Galego; e

d) - Zanilda Neves Fernandes, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal Rei.

Que, não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Maria Da Luz Neves**.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 87º do decreto – lei nº9/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado.

Está Conforme.

Cartório Notarial da Boa Vista, ao oitavo dia do mês de Abril de 2021.

Art.º 20º,4.2:-----1.000\$00.

Selo;-----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

A Notária,
Isabel Maria Gomes da Veiga

Isabel Maria Gomes da Veiga



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia sete de Abril de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **vinte e nove a trinta**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Aguinaldo António da Graça**, falecido no dia catorze de Fevereiro de dois mil e três, na freguesia de Buraca, concelho de Amadora, natural que foi da freguesia de São João, concelho de Porto Novo, ilha de Santo Antão, com última residência em Cova da Moura, Amadora, no estado de casado com Josefina Horta Fernandes, sob o regime de comunhão geral de bens.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Alberto Fernandes da Graça**, casado com Maria da Graça de Pina Varela, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em França; **b) - Dulce Helena Fernandes da Graça Moreira**, a data do óbito solteira, atualmente casada com Fernando Gomes Moreira, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Nhagar; **c) - Maria Paula Fernandes da Graça; d) José Lino Fernandes**

da Graça; e) Maria Odete Fernandes da Graça; f) - Maria Fernandes da Graça; g) - António Luís Fernandes da Graça; h) - Sandra Fernandes da Graça. Estes solteiros, maiores, residente em França. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, exceto António Luís Fernandes da Graça, que é natural da freguesia e concelho de Amadora-Portugal.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Aguinaldo António da Graça**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos sete de Abril de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 1091 /2021

A Notária p/s,
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina - Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde | Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rni.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO, Notária em exercício no Cartório Notarial da Região da Primeira Classe do Sal, **CERTIFICA**, para efeitos da primeira publicação que foi lavrada neste Cartório que no dia dezasseis de Dezembro do ano de dois mil e vinte, a folhas 85 do livro de notas para escrituras diversas número 231, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual se declara que no dia sete do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte na freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, faleceu, **MARIA DOS REIS LEITE**, no estado de solteira, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora das Dores -- Ilha do Sal, com último domicílio em Bairro Novo II - Cidade dos Espargos, Ilha do Sal, tendo - lhe sucedido como herdeiros:

OS FILHOS:

DUALTER RUI LEITE LIMA, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz - Ilha de São Vicente, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal.

DUANISE RAQUEL LEITE LIMA, solteira, maior, natural da fre-

guesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos -- Ilha do Sal.

DUANY RENATO LEITE LIMA, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores – Ilha do Sal, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal.

E que não existem outras pessoas que, segunda a lei, possam concorrer com os indicados herdeiros, nesta sucessão, e na herança existe bens imóveis,

Cartório Notarial do Sal, aos 21 dias do mês de de 2020.

Art. 209,4.2:-----1.000\$00.

Selo; -----200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00(mil e duzentos escudos).
Conta no 357/2020. –

A NOTÁRIA
Fátima Andrade Monteiro
/FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO/

Cartório Notarial da Região de 1ª Casse do Sal, Morro Curral, ao lado do Tribunal - Cidade dos Espargos - Ilha do Sal
Notária: Lic. Fátima Andrade Monteiro, Telefone nº 2413725/26 - Fax: 2413726 - IP: 4104



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C TELEFONE 2661124

NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia doze de Abril de dois mil e vinte e um, de folhas 140 e 141, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Izabel Soares Martins**, falecida no dia dezanove de Fevereiro de dois mil e vinte e um, na freguesia de Santo Amaro Abade, no estado de casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Domingos Tavares Semedo, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, com sua última residência em Achada Tomás, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como única e universal herdeira a sua filha: **Maria da Conceição**

Soares Semedo, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com José António Mendes Ramos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezanove dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 184/2021.

O NOTÁRIO p/s,
José Ulisses Fortes Furtado
/ José Ulisses Fortes Furtado/

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C, TELEFONE Nº 2661124

Solidariedade

Ex-estudantes salesianos ajudam a tirar ex-porteiro da escola das ruas

Francisco Joaquim, carinhosamente conhecido por Titio, foi porteiro na ESAO por mais de uma década. “Meigo”, “sempre alegre”, “amigo das pessoas” e “extremamente respeitado” é como Mauro Barros, um dos ex-alunos daquela instituição, o caracteriza.

Em conversa com Mauro Barros, A NAÇÃO descobriu que Francisco estava nas ruas da cidade há cerca de um ano e meio. Contudo, as pessoas não tinham conhecimento de sua situação. O caso veio à tona, quando ele foi visto pelos lados da Praça Estrela, por uma ex-aluna da escola.

Surpresa e preocupada, a jovem fez uma montagem com o antes e depois de Francisco e divulgou no Facebook, no sentido de pedir ajuda. Todavia, ao ver a exposição e a repercussão da história, os familiares pediram para retirar a foto.

Neste meio tempo, muitos estudantes daquela instituição e outras pessoas mobilizaram-se. Débora Delgado, Nanica Coronel, Artelindo Rodrigues, Luan Mourão e muitos outros ajudaram à sua maneira.

“Tivemos contribuições de roupas, comidas, sapatos. E uma outra pessoa que ajudou muito foi a professora Telma, que chegou mesmo a oferecer a sua casa para que o senhor Francisco pudesse passar a noite”, conta Mauro Barros, que também criou uma vaquinha online, cuja meta de 1.500 dólares, mais de 135 mil escudos, foi atingida em menos de uma semana.

Francisco Joaquim, Titio, que sofre de problemas psicológicos há sensivelmente quatro anos, no momento está sob os cuidados de sua irmã. “Titio está bem, pelo menos, fi-



Todos nós, em algum momento da nossa vida, já ouvimos falar sobre a lei do retorno, ou então as expressões “tudo o que vai volta” e “cada um colhe o que planta”. Este foi o caso de Francisco Joaquim, ex-porteiro da Escola Salesiana de Artes e Ofícios (ESAO), em São Vicente, que se viu em situação de rua.

Suila Rodrigues

sicamente. Ele está na ilha de Santo Antão, na casa de uma irmã. Ele mesmo decidiu ir. Costumamos chama-lo sempre para saber da sua situação”, diz Mauro Barros.

Este ex-aluno da Escola Salesiana de Artes e Ofícios, que fala em nome daquela comunidade educativa, considera que Francisco Joaquim teve um papel extremamente importante em sua vida e na dos demais.

“Ele era extremamente atencioso, cuidadoso e faltam-me

palavras para descrever. Sempre esteve ali para nós. Os meus familiares tinham confiança nele. Quando tínhamos fome ele dava-nos dinheiro para comprar lanche, ou para fazer fotocópia. Ele safou-nos muitas vezes dos castigos na direção. As pessoas têm um carinho enorme por ele. Ele é meigo, sempre alegre, amigo das pessoas. Eu tenho muito respeito por aquele senhor e o que estiver ao meu alcance, farei por ele”, finaliza Mauro Barros. ☺

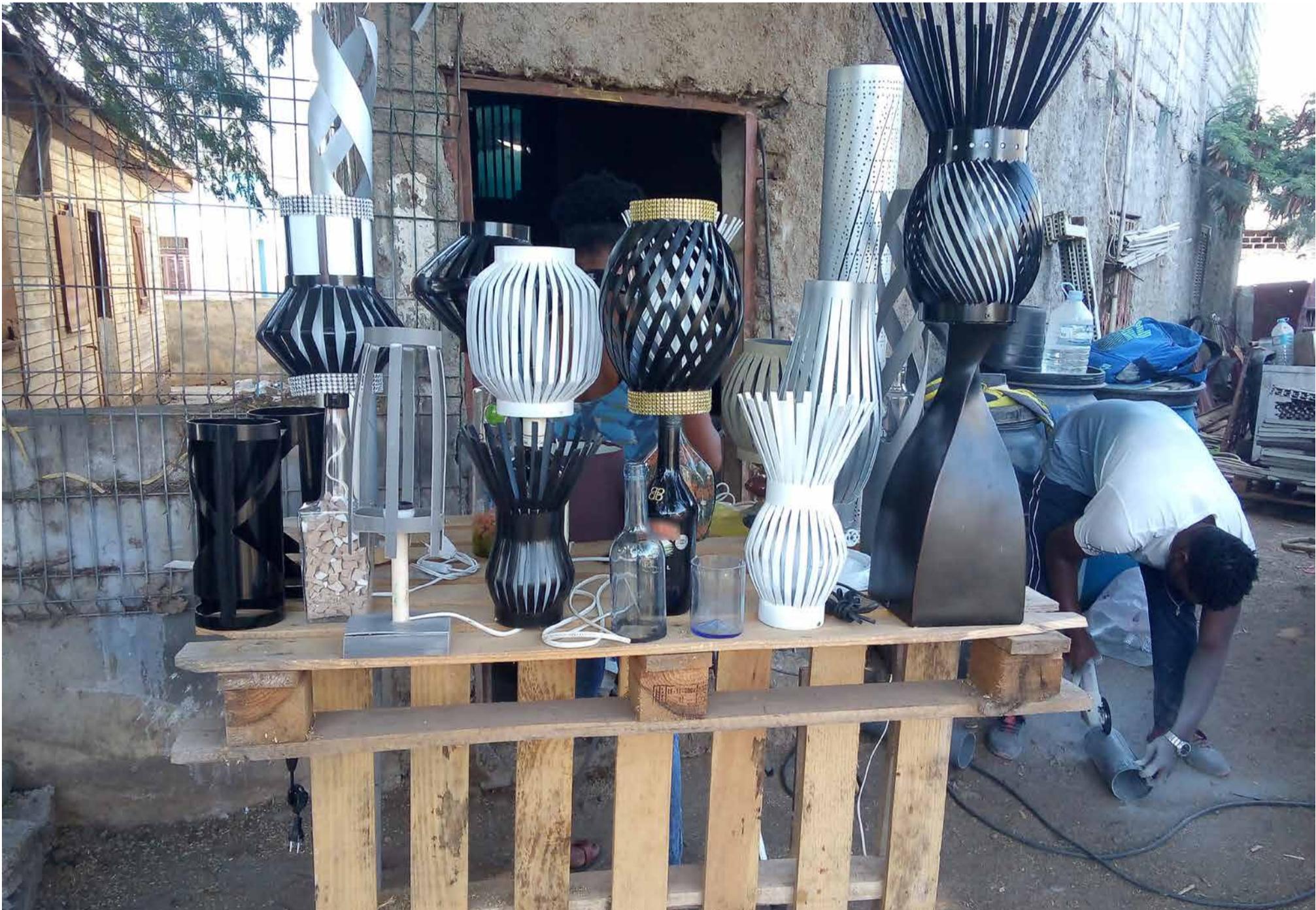


Mauro Barros

SOCIEDADE

Empreendedorismo

Jovens produzem candeeiros decorativos a partir da reciclagem de vidro e PVC



Odair Tavares e Edmilson de Melo são dois jovens empreendedores que apostam na produção de candeeiros decorativos usando garrafas de vidro e tubos PVC usados. Os dois amigos encontraram na reciclagem destes materiais, normalmente jogados no lixo, uma oportunidade de negócio rentável e amigo do ambiente.

Silvino Monteiro

Odair Tavares e Edmilson de Melo produzem diversos tipos de candeeiros decorativos económicos e que servem tanto para decorações de casas, quanto restaurantes e esplanadas.

Odair conta que a ideia surgiu, no ano passado, durante o período de quarentena por causa da covid-19. “O meu colega Edmilson vive na Assomada (Santa Catarina) e eu na Praia.

Durante o isolamento começamos a trocar ideias por telefone, então, ele lançou-me o desafio de produzir candeeiros através de garrafas de vidro. Mandou-me fotos e vídeos de alguns candeeiros já produzidos por ele. Achei interessante e depois, da troca de experiência, começaram a surgir os meus primeiros candeeiros”.

E, para essa produção, Odair avança que o tipo de material



Odair Tavares



Edmilson de Melo

usado são essencialmente garrafas de vidro e pedaços de tubos PVC descartados no lixo. “Os materiais são recolhidos em vários pontos da cidade da Praia, contando com a colaboração dos amigos que trabalham principalmente nos restaurantes, bares, lojas e construção civil. Semanalmente fazemos a recolha das garrafas junto de alguns estabelecimentos, mas também alguns jovens e crianças que já conhecem os nossos trabalhos sempre que têm garrafas disponível contacta – nos para ir buscarmos”.

Conforme Odair, as garrafas são utilizadas para produzir os pés dos candeeiros e os tubos para fazer a parte da cabeça. Em média, como diz, fazem um par de candeeiros por hora, variando o preço de 700 a 3 mil escudos cada par, consoante o modelo e o tamanho.

“Em menos de um ano já comercializamos mais de 50 pares de candeeiros decorativos para casas e restaurantes. Algumas pessoas vêm comprar aqui no nosso espaço, na zona de Várzea, mas a maioria faz o seu pedido através da nossa página D’Melo & Rodrigues no facebook”, diz.

Segurança

Odair Tavares garante que os candeeiros são feitos pensando na segurança dos clientes, sobretudo aqueles que têm crianças em casa. “Normalmente

utilizamos tubos PVC e garrafas de vidro para fazer os candeeiros. Mas para quartos das crianças preparamos candeeiros usando essencialmente tubos PVC e madeira, no sentido de evitar materiais cortantes nestes espaços. E também usamos fios de electricidade duro e bem isolado para garantir segurança das crianças”.

E, para o futuro, já pensam em fazer copos de vidro a partir de garrafas cortadas. “A parte superior das garrafas usamos para fazer candeeiros de teto e a parte de baixo vamos fazer copos. Mas também já temos um projecto para produzir de cortinas usando as cortiças retirados das garrafas”.

Por seu turno, Edmilson de Melo, um dos promotores da ideia, fala do sonho de criar uma escola para ensinar outros jovens a reciclar materiais e objectos que existem, por aí, muitas vezes

“Muitos jovens já mostram interesse por essa área. Por isso, nossa ideia é criar uma escola para ensinar-lhes a fazer a reciclagem não só de garrafas de vidro, mas também produzir carros de arames, chaveiros de tubo PVC. Estamos sempre a inovar e mais a frente queremos também fazer chaveiros a partir de PVC”.

Edmilson diz que a reciclagem não é apenas uma forma de adquirir fundo mais também de preservar meio ambiente, uma vez que em Cabo Verde há muitos problemas de lixo. ☺





João Serra*

Cabo Verde: Desafios ao financiamento económico e social no contexto e pós pandemia de Covid-19 (3)

Esta é a terceira e última parte do artigo em referência e versará sobre a importância acrescida e o papel das MICROFINANÇAS/MICROCRÉDITO, no contexto da atual crise económica provocada pela pandemia de Covid-19. Mas antes, uma ressalva: apesar da microfinança não se limitar apenas ao microcrédito, é de se reconhecer, no entanto, que o microcrédito é a sua vertente mais conhecida e perceptível, pelo que, ao longo do texto, referimo-nos aos dois conceitos, muitas vezes, como sendo a mesma coisa.

É inquestionável que a atual crise económica mundial é a pior desde a II Guerra Mundial. Os Governos de diferentes países do globo estão a enfrentar desafios complexos, num contexto de múltiplas incertezas geradas por um problema sanitário que afeta negativamente as economias.

Também é verdade que as notícias sobre a vacina são boas notícias para o médio-prazo, ainda que subsistam desafios e incertezas significativas sobre o “timing” para a sua produção em quantidades suficientes e a eficácia em diferentes grupos de pessoas. Pois, segundo especialistas, é muito cedo para analisar, com confiança, as implicações da vacinação na trajetória da economia, especialmente no curto-prazo.

Ao contrário do que aconteceu em 2008, onde a crise começou no sector financeiro, nos EUA, e depois se alastrou ao resto da economia e do mundo, a atual crise afeta todos os sectores e todos os países ao mesmo tempo, impactando, particularmente, os países em vias de desenvolvimento e as camadas de população mais vulneráveis e pobres. Neste particular, o Fundo Monetário Internacional (doravante, FMI ou Fundo) deixa um aviso aos países: a pandemia de Covid-19 está a aumentar as desigualdades e é preciso agir para travar este caminho. Caso contrário, o risco de instabilidade social aumenta, à medida que as populações perdem a confiança nas instituições.

A análise do FMI consta de um capítulo analítico do “Fiscal Monitor”, publicado a 01 de abril de 2021, em antecipação à divulgação do documento sobre a

evolução orçamental dos países. A instituição liderada por Kristalina Georgieva coloca a tónica no impacto da pandemia nas desigualdades crescentes e recomenda aos países que comecem, desde já, a tomar medidas, devendo a política orçamental continuar flexível e apoiar os sistemas de saúde, famílias, empresas viáveis e a recuperação económica. Porém, as medidas devem ser bem calibradas para evitar a revolta social, avisa a Diretora Geral do FMI.

“Os decisores políticos devem responder ao sentimento público que, como resultado da pandemia, poderá estar a mudar no sentido de exigir políticas mais inclusivas”, lê-se no documento. Neste quadro, será crucial compreender as preferências da população sobre a melhor forma de alocar a despesa pública e desenhar o enquadramento fiscal. Estas preferências “provavelmente foram afetadas pela crise da Covid-19”, sublinha o Fundo. “Erros de cálculo podem levar à instabilidade política. Reforçar a confiança no governo é chave para implementar as políticas públicas necessárias, mas é ainda mais desafiante durante uma pandemia”, alertam os especialistas do FMI.

Em causa está o facto do impacto da pandemia de Covid-19 ser altamente desigual. As populações mais afetadas são as que já estavam mais vulneráveis, o que intensifica as desigualdades pré-existentes. O FMI sublinha uma série de estudos que têm sido publicados pela comunidade de economistas e cientistas que evidenciam este impacto desigual.

Outrossim, ainda segundo o FMI, a incidência de pobreza extrema subirá, pela primeira vez, em duas décadas e a desigualdade agravar-se-á. As estimativas do Fundo indicam que, a nível mundial, houve, em 2020, um aumento de 95 milhões de pessoas em pobreza extrema, face às projeções que existiam no pré-Covid-19.

Perante este cenário, o FMI recomenda políticas tanto pré-distributivas, como redistributivas. Ou seja, agir no que condiciona o acesso ao mercado de trabalho, por um lado, e nos rendimentos conseguidos pela população, por outro. Nas medidas pré-distributivas, recomenda-se, por exemplo, o aumento da despesa pública em educação, saúde, infraestruturas e microcrédito para que os mais pobres tenham mais acesso aos serviços públicos e ao financiamento, assim

como oportunidades iguais.

A crise afeta, ao contrário da Grande Crise Financeira que atingiu mais a população masculina, com maior incidência as mulheres, os trabalhadores informais e com baixas qualificações, isto é, os trabalhadores que predominam nas indústrias mais dependentes de contacto ou presença física. Segundo o FMI, mundialmente, 42% das trabalhadoras informais desenvolvem a sua atividade em sectores severamente afetados pela presente crise que compara com 32% dos trabalhadores informais homens.

Vivemos, assim, uma nova era, com problemas complexos de difícil resolução. Porém, o Prémio Nobel da Paz Muhammad Yunus vê no microcrédito uma preciosa ajuda nos tempos difíceis que correm, na perspetiva de se mitigar os problemas por que passam diariamente milhões de famílias pobres no mundo.

Reconhecido mundialmente pelo sistema de microcrédito, que consiste na concessão de pequenos empréstimos a empreendedores, na maioria dos casos, demasiado pobres para obterem empréstimos de bancos tradicionais, o qual ajudou milhões de pessoas a escapar à pobreza, Muhammad Yunus acredita que este sistema poderá ajudar as populações mais pobres a retomar a sua vida após a pandemia.

Com efeito, perante o atual contexto pandémico de aumento do desemprego e de redução dos rendimentos, empréstimos de pequenas quantias ganham relevância, pois ajudam a muitas pessoas a ter acesso ao emprego e, por esta via, ao rendimento. E isto pode refletir-se, positivamente, no momento da esperada retoma económica, já que tem um efeito multiplicador, ao permitir que as classes menos favorecidas mantenham as “contas em dia”, para além de ajudar a sustentar micro e pequenos negócios, que são muito dependentes da presença física na gestão, inclusive de trabalhadores informais.

Fugindo de um mercado tradicional, o dos bancos clássicos e investidores no mercado de capitais, o microcrédito surge como o principal financiador na criação de micro e pequenos negócios e seu desenvolvimento, e quem assume o risco moral, cumprindo com a sua missão social: a promoção da inclusão financeira. De igual modo, sendo um instrumen-

to de política económica, é um incentivo para injetar fôlego na economia local das diversas regiões e localidades, na medida em que dá acesso a recursos financeiros, criando novas oportunidades de desenvolvimento económico e social.

Ademais, quando a oferta é diversificada, o microcrédito pode ser utilizado, designadamente, para a aquisição de bens (máquinas, matérias primas) necessários à produção e ao desenvolvimento de empreendimentos, ao financiamento do fundo de maneio e à contratação de mão-de-obra qualificada. Juntamente com isso, surgem novas oportunidades e investimento no capital humano que, conseqüentemente, criam incentivos e novas oportunidades, alimentando a economia. No contexto específico da recuperação económica, torna-se, ainda, necessário o crédito a micro empreendimentos que sejam capazes de criar postos de trabalho, nomeadamente com uma política de refinanciamento atrativa.

Por causa disso, no quadro das estratégias bem-sucedidas de desenvolvimento ao nível dos diferentes continentes e países, o microcrédito vem ocupando, de forma crescente, um papel de relevo, com destaque para as políticas focalizadas na capacitação das camadas mais desfavorecidas da população.

Tal qual referido nas outras partes do presente artigo, a economia cabo-verdiana apresenta muitas vulnerabilidades, tem problemas estruturais e é uma economia muito exposta, uma vez que está muito dependente de certos sectores, com especial destaque para o sector do turismo que, antes da pandemia, representava cerca de 25% do produto interno bruto (PIB) nacional. E o sector do turismo é um sector que foi especialmente atingido pela crise, sendo um dos principais responsáveis pela forte e histórica recessão económica em 2020, estimada em 14,8% do PIB.

Também tal qual já referido anteriormente, deve-se aproveitar a crise como uma oportunidade para a realização das necessárias reformas estruturais na nossa economia, para que, no futuro, o tecido empresarial nacional esteja em condições para impulsionar a recuperação e, nalguns casos, competir no mercado internacional. Até que a pandemia seja controlada globalmente, impõe-se, igualmente, que a política orçamental conti-

nue flexível e apoie os sistemas de saúde, famílias, empresas viáveis e a recuperação económica, devendo os estímulos orçamentais ser direcionados para os sectores que melhor podem ajudar numa recuperação que se espera incerta e desigual, de forma a se evitar que os apoios do Estado se transformem num fardo que toda a sociedade terá que carregar. Por outras palavras, governar com base no que deve ser feito!

No atual contexto de crise pandémica, um dos grandes desafios que se colocam a Cabo Verde é conseguir fazer crescer a economia, para gerar rendimentos às famílias e criar emprego. Mas o tão almejado e necessário crescimento da produção interna só é possível com políticas de enquadramento adequadas e de estímulos corretos. Por outro, o espírito empreendedor, capaz de impulsionar maior dinamismo económico, pode manifestar-se ineficaz, caso o sistema financeiro não seja moldado de forma a possibilitar recursos financeiros para investimento, particularmente às camadas de população com maiores dificuldades de acesso ao financiamento. Assim, a existência de um sistema financeiro evoluído e inclusivo é uma condição “sine qua non” para a dinamização do crescimento económico.

Neste quadro, as microfinanças representam um elo importante para mitigar o fosso existente entre os pobres e o sector financeiro, promovendo a inclusão financeira e social. Sendo certo que as potencialidades do microcrédito extravasam amplamente a problemática da redução da pobreza, importa reconhecer que o acesso ao crédito representa umas das principais barreiras para as camadas mais desfavorecidas da população. Como escreve o Sr. Muhammad Yunus, “Microcrédito é muito mais que emprestar dinheiro e recebê-lo de volta. Esta é apenas uma parte. Microcrédito é também mudança social”.

À semelhança de vários países, Cabo Verde também tem utilizado o microcrédito como um instrumento de combate à pobreza e exclusão social. Com efeito, para além da falta de oportunidades aliada a níveis de rendimento e de consumo fracos, a pobreza está intimamente associada a limitações em termos de capital humano, decorrentes de situações desfavoráveis ao nível da saúde, da educação, formação profissional, da segurança e

acesso às instituições e aos serviços públicos de um modo geral.

Conforme os resultados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015, existiam em Cabo Verde, nesse ano, cerca de 180 mil pessoas em situação de pobreza, o que correspondia a, aproximadamente, 35% do total da população. Trata-se de um número de pobres extremamente elevado e socialmente preocupante. As mulheres perfaziam cerca de 53% dos pobres, o que também nos deve levar a pensar, tendo em conta o papel da mulher numa sociedade em que a maioria das famílias tem uma mulher como chefe.

A isso acresce um tecido empresarial frágil, com diminuto valor acrescentado e grau de especialização, e constituído em cerca de 95% por micro, pequenas e médias empresas. As micro e pequenas empresas, embora sendo os sectores empresariais que mais contribuem para o emprego e a geração de rendimento para as famílias, são as que defrontam maiores dificuldades de acesso ao crédito no sector bancário tradicional.

Neste contexto, o sector de microfinanças poderá ser um importante recurso para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

Existe consenso na literatura internacional sobre o papel fundamental que o sector das microfinanças desempenha no desenvolvimento económico e social de um país. Na verdade, segundo pesquisas realizadas, as microfinanças incorporam todos os produtos e serviços financeiros destinados particularmente aos pobres, tais como o microcrédito, a poupança, os seguros, entre outros. As Nações Unidas designaram o ano de 2005 como o “Ano Internacional do Microcrédito”. Quando o Prémio Nobel da Paz foi atribuído a Muhammad Yunus e ao “Grameen Bank”, no ano seguinte, o Comité do Nobel classificou o microcrédito como “um instrumento cada vez mais importante na luta contra a pobreza”. Por seu turno, ciente da importância do microcrédito, a estrela “pop” da banda U2, Bono, mundialmente conhecido pela sua intervenção social, foi ainda mais longe ao fazer a seguinte afirmação: “Dê a um homem um peixe, e ele vai comer por um dia. Dê a uma mulher um microcrédito, e ela, o seu marido e os seus filhos comerão por toda a vida”.

Todavia, evidências cuidadosamente recolhidas ao longo de muitos anos demonstram que a concessão de créditos, só por si, não basta para alimentar uma família inteira por toda a vida. Na verda-

de, uma série de testes sublinhou a importância do desenho do programa de microcrédito e, em muitos casos, confirmou que esses esquemas, simplesmente, não proporcionam bons resultados na erradicação da pobreza. Na maioria dos casos não aumentam os rendimentos médios de forma substancial e arriscam-se a sobrecarregar os mais pobres com dívidas adicionais.

Dito doutro modo, é absolutamente necessária uma correta política de microcréditos que não tenha subjacente os chamados “incentivos perversos” (“moral hazard”, no original em inglês), por um lado. Por outro, tal política terá que ser acompanhada de outras medidas, nomeadamente de capacitação, sobretudo tratando-se de um público-alvo com baixos níveis de escolaridade e de literacia financeira. *O êxito dos programas de microcréditos no combate à pobreza dependerá, portanto, também da capacitação das pessoas nas técnicas e ferramentas básicas de gestão e na elevação dos seus níveis de literacia.*

Em Cabo Verde, dados disponíveis demonstram que, ainda, é relativamente modesto o nível do financiamento dos micronegócios através do microcrédito e que muito mais se poderá ainda fazer nesta área, sobretudo, agora, no contexto de profunda crise económica. Estima-se que a atividade de microfinanças representa cerca de 2% do PIB de Cabo Verde. Esta cifra está muito aquém do contributo potencial revelado por um estudo (Estudo de Mercado das Microfinanças, Praia, 2018) realizado pela “International Capital Corporation”, que aponta, em 2018, para uma demanda potencial de microcrédito de mais de 71.000 clientes e para um potencial de mercado de mais de 12 milhões de contos.

Dos diversos estudos realizados podem-se retirar as seguintes conclusões sobre o microcrédito no nosso país:

a) O microcrédito encontra-se essencialmente disponível às camadas mais desfavorecidas/baixa renda e a carteira de crédito é constituída na sua maioria por mulheres;

b) Os pobres excluídos ou em vias de exclusão apresentam uma fraca participação no microcrédito, uma vez que não apresentam qualquer garantia para terem acesso ao crédito;

c) Apesar de as instituições de microcrédito não solicitarem as mesmas garantias que um banco tradicional, na maioria dos casos, o facto da exigência de um fiador e de uma poupança mínima tem sido um entrave ao acesso ao cré-

dito pelos pobres;

d) Não se verifica uma grande adesão ao crédito para criação de micro e pequenas empresas que traduzem na criação de postos de trabalho. Embora haja créditos com a finalidade de criação de empresas e postos de trabalho, a maior parte dos créditos solicitados e atribuídos destinam-se a pequenos comércios que proporcionam, quase que exclusivamente, o sustento das famílias e algumas melhorias na qualidade de vida;

e) O comércio é eleito como o sector preferencial dos beneficiários, por ser menos burocrático e de retorno de capital rápido.

Todavia, nos últimos anos, graças ao meritório trabalho das instituições de microfinanças e da sua organização representativa – a Associação Profissional das Instituições de Microfinanças – liderada pelo Dr. Jacinto Santos, é de se registar avanços extraordinários num sector que começou há cerca de duas décadas e meia com pequenos créditos, tendo já realizado dezenas de milhares de operações de crédito, mobilizado largos milhões de contos e beneficiado mais de uma dezena de milhares de pessoas no nosso país.

Tal qual no passado, também hoje, o problema de fundo que se coloca ao sector do microcrédito em Cabo Verde é o do seu crescimento em bases sustentáveis e de forma diversificada. *As instituições de microcrédito deverão ser financeiramente sólidas e autossuficientes, mas, ao mesmo tempo, prestadoras de serviços financeiros destinados ao financiamento de um leque variado de microiniciativas empresariais.* Ou seja, para que o sector de microcrédito melhore a “performance” e perdure, é absolutamente necessário que as suas instituições sejam corretamente enquadradas, geridas e apoiadas, para que não se ponha em causa a sua continuidade.

Neste contexto, a preocupação maior tem a ver com a materialização das condições institucionais, legais e regulamentares para uma implementação coerente das políticas de promoção, crescimento e profissionalização do sector das microfinanças. Só assim constituem um instrumento privilegiado de promoção da cidadania económica, de inclusão social e financeira, bem assim, de empoderamento de segmentos das populações mais vulneráveis, particularmente mulheres e jovens.

A nível institucional e legal, o passo decisivo para a transformação na direção supramencionada, foi dado com a aprovação da Lei nº 83/VIII/2015, de 16

de janeiro, alterada e republicada pela Lei nº 12/IX/2017, de 2 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade das microfinanças e respetivas instituições.

Estando sujeitas à regulação e supervisão, desde janeiro de 2019, as instituições de microfinanças tomam parte ativa no sistema financeiro do país e têm acesso ao mercado de capitais. Deste modo, podem captar fundos do mercado para canalizar para as necessidades de crédito dos segmentos da população com mais dificuldades de acesso ao financiamento bancário.

A publicação dessa lei trouxe novos desafios ao BCV, no tocante à regulação e supervisão das instituições de microfinanças, ao mesmo tempo que traz benefícios vários à disciplina destas instituições, por passarem a ser supervisionadas e regulamentadas por uma instituição autónoma, credível e prestigiada, no caso o Banco Central, na linha das recomendações de instituições internacionais, nomeadamente o Banco Mundial.

Ao nível macro, a supervisão prudencial tem como objetivo proteger os interesses dos depositantes e investidores. Tal visa manter a estabilidade do sistema financeiro e assegurar a eficiência e as condições de concorrência entre os operadores no concernente à captação de “funding” e à alocação de recursos visando o desenvolvimento das instituições de microfinanças.

Ao nível micro, pretende-se que estas instituições tenham uma gestão mais profissional, respeitando as boas práticas de governação, designadamente a prestação de contas, uma gestão de riscos com mais responsabilidade, e a transparência.

O processo de transformação, ainda na sua fase inicial, das microfinanças exige mudanças de comportamentos, de processo, nas instituições, na legislação e na regulamentação. Também, comporta riscos, cria resistência e desafios a vários níveis, nomeadamente na estrutura de propriedade, na capitalização, na estrutura legal e no modelo de governação.

Não obstante isso, é importante reconhecer que o fator fundamental, na maior parte das transformações institucionais, foi a necessidade de ter acesso a maiores e mais flexíveis fontes de captação de recursos.

Hoje, perante as devastadoras consequências económicas e sociais da crise pandémica, mais do que nunca, torna-se um imperativo político que seja tirado o máximo proveito possível das potencialidades das microfinanças como uma

importante ferramenta económica e de inclusão financeira, devendo, para tal, serem criadas todas as condições necessárias. Na verdade, através do [microcrédito](#) e, mais recentemente, dos chamados microseguros, é possível gerar rendimentos, criar emprego e transformar a vida das pessoas de baixos rendimentos, que, doutro modo, não seria possível, devido à falta de garantias tradicionais sob a forma de bens ou rendimentos relevantes.

Para o efeito, é fundamental que os agentes que operam na área das microfinanças, particularmente os gestores estejam devidamente informados e capacitados para o exercício da sua atividade, no estrito cumprimento do quadro legal e regulamentar. Num primeiro momento, cabe ao Estado desempenhar um importante papel na promoção da capacitação institucional e financeira das instituições de microfinanças, ajudando-as, nomeadamente, a mobilizar assistência técnica e recursos financeiros externos, caso necessário. Por outro, deve o Estado, no âmbito da arbitragem dos recursos orçamentais, reforçar e, eventualmente, criar novos incentivos às instituições de microfinanças, na linha da sugestão do FMI. Referimo-nos, designadamente, a linhas específicas de financiamento, dotadas de importantes recursos financeiros, com taxas de juro bonificadas e, eventualmente, com garantias parciais, destinadas, exclusivamente, a sectores de atividade, previamente definidos, propícios e/ou com enorme potencial para o exercício de micronegócios: agricultura, pecuária, pesca, pequena indústria alimentar transformadora, turismo, artesanato, cultura, etc.

Recomenda-se, também, que seja feito um estudo de avaliação do modelo de regulação e supervisão adotado em Cabo Verde para as instituições de microfinanças que a tal estão sujeitas, para que se possa aferir se o mesmo está ajustado à realidade do sector, tendo em conta que se trata de uma experiência nova no país.

De igual modo, o Estado e o Banco Central têm que estar, também, abertos, para procederem a eventuais ajustamentos no modelo de governança que se revelarem necessários ao eficaz cumprimento da importante missão de inclusão financeira e de promoção da cidadania económica que está reservada ao sector de microfinanças, tendo em conta as especificidades deste sector.

Praia, 19 de abril de 2021

*Doutor em Economia



Marciano Moreira

Pa N odja si ka perde nada

Nu ben conta partis

Txuntxun entra na se kaza na karera. El arma sumara un poku pa toma folgu i el dispara:

- Papa, Paduka dja more seku rusu! N atxa-l lapu na txon, ku tudu pe stikadu, skuma ta baza pa boka, se lingua fora, odju ragaladu. N konxe da-l palmada, N txoma-l tudu txoma i nada! Ah papa, Paduka dja e ka di-nos, Paduka dja ba seu! – rapazinhu di ses 9 anu di idadi po ta solusa i finka txoru a sigir.

Txiku, ki staba ta kebra djudjun na ponta mesa, labanta frakati, pega se bone ki staba prindadu na ponta feru kama, da un xuati pa orta, ki ta fikaba serka di 15 minutu di kaza. Txuntxun leba se tras.

Kantu Txiku txiga orta, el po kosta mo na naris di buru i nada. Ses buru staba mortu di me di sisu. Tristi, Txiku txoma se kunpadri Txutxu, ki staba pertu, es ba ntera animal.

Na boka noti, Txiku volta pa kaza i el fla se mudjer:

- Nha Txuka, nos besta Paduka dja more me!

- E ti si ki nu merese! Ba na el!

- Mi N ka pode fika sen animal di karga. Nu ten ki kunpra otu buru. Nha kunpadri Txutxu fla-m ma el

ta bende-m un di ses matxu. Dja N konbina ku el presu di se matxu mas nobu, di nomi Xintidu. Presu e 3 kontu di reis.

- N konxe matxu Xintidu. Nhu pode kunpra-l.

Txiku labanta, fitxa porta pa nihun stranhu ka entra ses kaza kel ora, ba diskoze koltxon, tra un sakutelu undi es ta guardaba dinheru. Txiku tra di sakutelu dinheru ki el montia riba kama, el konta 3 kontu ki el po di ladu, djunta kes otu dinheru ki resta, torna po-s na sakutelu, ki el mete na koltxon. Imediatamenti, nha Txuka koze koltxon i konpo kama. Pur fin, Txiku nburdia kes 3 kontu na un lensinhu, abri porta, sai pa kaza se kunpadri Txutxu, ki ta fikaba na bera:

- Kunpadri Txutxu, dja N traze inpurtansia ki nhu pidi – 3 kontu justu.

Txutxu dizinburdia lensinhu, djobe dinheru i sklama, spantadu:

- Mas, kunpadri Txiku, es dinheru e di tenpu portugez! Kel li ka sa ta tomadu mas.

- Ka sa ta tomadu mas!? Dja N fronta! Oh kunpadri, dja fladu ma ka-sabi ka ta ben el so! – Txiku po mo na kabesa sin di txora.

- Kunpadri Txiku, ka sa ta tomadu mas e na lugaris sima merkadu, loja i Fazenda. Mas, nhu pode ba troka-l na banku. So banku ki sa ta toma es dinheru di antis di Independensia ku retratus di Mondrongus. Ago, si nhu norostia ku ba troka-l, nhu ta fika riba pedra, pabia prazu ki Governu da pa troka-l na banku sta kuazi ta kaba.

Txiku djunta se dinheru ku imajens di Purtugezis, da rostu pa se kaza:

- Nha Txuka, anha, pa nha ka da konta ma algen debaba troka spotikamenti dinheru ku retratus di Tugaz pa dinheru ku retratus di Cabral! Oh mudjer, nha tanbe! Ami, N ta manxe, N ta sai tras di animal ku orta... N obiba un zunzun ma sa ta trokada dinheru, mas N pensaba ma so kenha ki kre, ki ta trokaba. Nha kunpadri Txutxu fla ma nu sa ta kore risku di ka pode kunpra nen un po di fos ku nos dinheru si nu ka troka-l na banku faxi faxi.

Txiku torna ba, kel ora, diskoze koltxon. El tra kel sakutelu i, djuntu ku mudjer, po na sipara dinheru kolonial di dinheru di Republika di Kabu Verdi. Dipos, Txiku ba nprista kunpadri Txutxu matxu Xintidu.

Anti manxe, el da rinkada pa banku.

Kantu funsionaria di banku odja tantu dinheru, el ba txoma jerenti. Jerenti sriba ku Txiku, sriba ti konvense Txiku pa dipozita kel dinheru.

Serka di un mes dipos, Txiku parse na banku. El fla ma kel dia era dia di lua-nova i ma el kre odja se dinheru. Es da-l se dipozitu. Txiku konta. Dipos, el ntrega di volta tudu dinheru. Funksionaria, sienti di problema ki jerenti tevi pa konvense omi pa abri konta na banku, resebe dinheru di volta, intrigada, mas sen da un piu.

Serka di un mes dipos, Txiku parse otu bes na banku. El fla, di novu, ma kel dia era dia di lua-nova i ma el kre odja se dinheru. Es da-l se dipozitu. Txiku konta. Dipos, el ntrega di volta tudu dinheru. Funksionaria fika trapadjada. Funksionaria txoma jerenti.

- Senhor Francisco, pamodi ki pa sugundu bes nhu ta ben li na banku labanta dinheru di-nho, konta-l i torna dipozita-l? – jerenti purguntia.

- Pa N odja si ka perde nada.

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com exceção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
12/03/2021	Taxa Base Anual	1,0274
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
17/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
24/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
05/04/2021	Operação Monetária de Financiamento (3 Ano)	0,7500
06/04/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
08/04/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
13/04/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
20/04/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
12/03/2021	Bilhetes de Tesouro 270 dias	1,0000
16/03/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750
19/03/2021	Obrigações do Tesouro 7 anos	3,0000
30/03/2021	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0000
05/04/2021	Obrigações do Tesouro 6 anos	3,0000
08/04/2021	Obrigações do Tesouro 7 anos	3,0625
14/04/2021	Obrigações do Tesouro 9 anos	3,0625

Taxas de Câmbio de 21-04-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	91,398	91,600
INGLATERRA	GBP	1	127,625	127,928
CANADÁ	CAD	1	73,006	73,147
SUÍÇA	CHF	100	9 991,345	10 004,121
JAPÃO	JPY	100	84,340	84,467
DINAMARCA	DKK	100	1 481,409	1 484,098
NORUEGA	NOK	100	1 101,691	1 104,381
SUÉCIA	SEK	100	1 087,200	1 090,057
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,299	6,501
CHINA	CNY	100	1 408,184	1 408,184
BRASIL	BRL	1	16,429	16,429
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Coelho Assado no Forno com Alecrim

Ingredientes

- 1 coelho;
- 4 dentes de alho;
- Sal q.b.;
- 1 folha de louro;
- 1 colher de sobremesa de pimentão doce (colorau);
- 1 colher de chá de ervas finas;
- 1 pitada de pimenta preta;
- 1 ramo de alecrim;
- 3 dl de vinho branco;
- 3 colheres de sopa de calda de tomate;
- 1 cebola grande;
- Azeite q.b.;

Modo de preparação

- 1- Corte o coelho em pedaços e tempere-o com alhos picados, sal, folha de louro, colorau, ervas finas, pimenta preta, o ramo de alecrim cortado em pedaços grandes e o vinho branco.
- 2- Envolve tudo e deixe-o a marinar de um dia para o outro.
- 3- No dia seguinte pré aqueça o forno a 180°C.
- 4- Unte um tabuleiro de ir ao forno com uma pouco de margarina, e cubra o fundo com a cebola cortada às rodelas finas.

- 5- Coloque o coelho em cima e regue com a calda de tomate, um pouco de azeite e também com a respectiva marinada.
- 6- Leve ao forno a assar, tendo o cuidado de virar a carne de vez em quando até que fique pronta.
- 7- Retifique os temperos se necessário. Depois Sirva acompanhado de brócolos e batata cozida.

Fonte: <https://paginareceitaspt.blogspot.com/2020/11/coelho-assado-no-forno-com-alecrim.html>



Caça-palavras



Encontre o nome de dez países africano mais livres conforme o Ranking de Liberdade da Freedom House:

SOLUÇÕES:

MADAGASCAR
LESOTO
SERRA LEOA
SENEGAL
TUNÍSIA
SEYCHELLES
AFRICA DE SU
GANA
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
CABO VERDE

Anedotas

Entre marido e mulher

O marido ao despedir-se da esposa: Querida, enquanto eu estiver em viagem, como queres que te mande notícias? Por telefone, telegrama ou fax? De preferência, por transferência bancária ou Western Union.

Bêbado

Entra um bêbado no autocarro e quando se vai a sentar quase que se senta em cima do colo de uma senhora. E essa muito chateada diz-lhe: - O senhor vai para o Inferno!!!! Levanta-se o bêbado e chega-se ao pé do motorista e diz - Olhe podia deixar-me sair? É que eu enganei-me e apanhei o autocarro errado.

Talento

Yuran Fortes, 26 anos, natural de São Vicente, é um jovem bailarino apaixonado pelos ritmos africanos. Em conversa com o A NAÇÃO, revela que é na dança que encontra a forma de se expressar e de terapia.

Yuran conta que começou a dar os primeiros passos na dança aos sete anos. Na altura integrava um grupo fami-

liar, intitulado "Magia Infantil". Este jovem bailarino confessa que é amante das músicas tradicionais de Cabo Verde, mais também do Hip Hop e o AfroKuduro etc.

Ao longo do seu trajeto pela dança, Yuran Fortes avança que já integrou quatro grupos. Sendo três de Hip Hop e um de AfroKuduro, no qual foi o fundador.

O jovem bailarino adianta ainda que tem em andamento o projecto "Afro Hip Hop Dance", onde, juntamente com outro colega, pretende resgatar a cultura da dança na ilha de São Vicente e despertar as pessoas o gosto por esta arte. As aulas são gratuitas e para todas as pessoas a partir dos dez anos de idade.



AGENDA CULTURAL

Daniel Pereira lança “Um Mar de Conflitos” em Lisboa

Daniel Pereira lança, sexta-feira, 23, a obra “Um Mar de Conflitos - Marcellino Rezende Costa Vs Manoel António Martins”, no auditório da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), em Lisboa, Portugal

Romice Monteiro

A obra, com o selo da editora Rosa de Porcelana, apresenta uma ampla documentação compilada por Marcellino Rezende Costa, escrivão deputado da Junta da Fazenda da Província de Cabo Verde, tendo como intuito servir de apoio probatório em sua defesa. Ainda, com estes documentos, Marcellino pretendia partir para uma série de acusações contra Manuel António Martins, figura incontornável da história do arquipélago cabo-verdiano, na primeira metade do século XIX.

“Um Mar de Conflitos - Marcellino Rezende Costa Vs Manuel António Martins” conta com mais de 700 páginas que, segundo o responsável da editora, Filinto Elísio, contribuem para uma importante reconstituição do perfil

dessa personagem histórica.

A obra vai ser lançada pela editora Rosa de Porcelana, no auditório da UCCLA em Lisboa, às 18 horas de Portugal. A apresentação está a cargo da Maria de Lurdes Caldas.

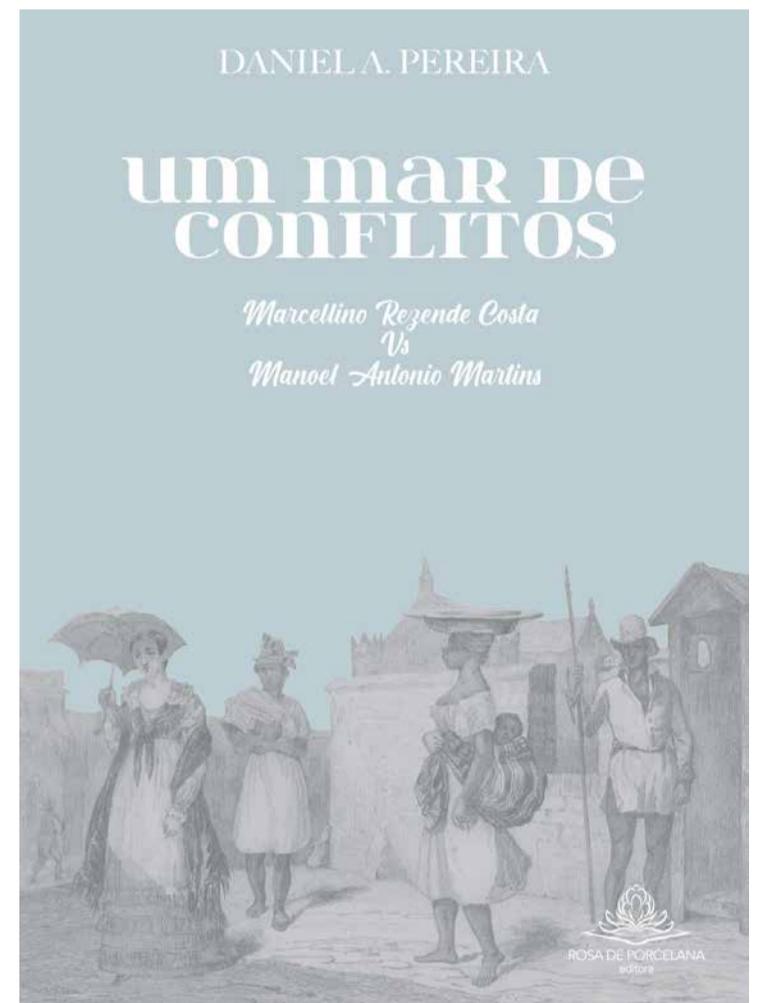
De realçar ainda que o lançamento de “Um mar de Conflito” de Daniel Pereira foi anunciado pela Rosa da Porcelana no final de 2020, como sendo uma das obras de relevância e de enriquecimento do mundo literário e da história de Cabo Verde.

Sobre o autor

Daniel António Pereira, nasceu na cidade de Mindelo, São Vicente, em 1951, e foi criado na cidade da Praia, desde o seu 1º ano de idade, onde fez praticamente todo

o seu aprendizado escolar (primário e secundário). Entre 1976 e 1981 frequentou a Faculdade de Letras e licenciou-se em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal. Regressou a Cabo Verde em 1981 tendo desempenhado primeiramente o cargo de professor em algumas escolas da cidade da Praia.

Mais tarde, iniciou uma carreira diplomática, tendo desempenhado, entre outras, funções de director do Gabinete de Estudos, Conselheiro Cultural do Presidente da República, Conselheiro diplomático do primeiro-ministro e Embaixador de Cabo Verde no Brasil. Pereira é ainda membro fundador da Associação dos Escritores Cabo-verdianos (AEC) e da Associação dos Diplomatas Cabo-verdianos (ADC), tendo sido o seu



primeiro presidente.

Na qualidade de autor e historiador, Daniel Pereira possui mais de dez livros sobre a História de Cabo Verde, com dezenas de artigos publicados em diversos

jornais e revistas, nacionais e estrangeiros que lhe rendeu proferir palestras e conferências em várias universidades em Portugal, Estados Unidos da América, Brasil, Senegal, Angola e Países Baixos.

Acontece

- ▶ - Apresentação do livro “Manual di Mudjer” de Princezito, em Mosteiros, Fogo, quinta-feira, 22, às 16H00.



- ▶ - Beto Dias, SOS Mucchi no Kebra Cabana, Praia, sexta-feira, 23, às 19H00.

- ▶ - Música com “Los Angeles Negros”, no Centro Cultural do Mindelo, São Vicente, sexta-feira, 23, às 21H00.



- ▶ - Albertino Évora e Totinho, no Nice Kriola, Praia, sábado, 24, às 20H00.



- ▶ - Exposição-venda de livros na Biblioteca Nacional até 30 de Abril.



Aconteceu...



- ▶ - Lançamento da iniciativa “Menos álcool, mais dança” de Djâm Nguin, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Dança.

PPN

PRONTO PARA NEGÓCIO



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



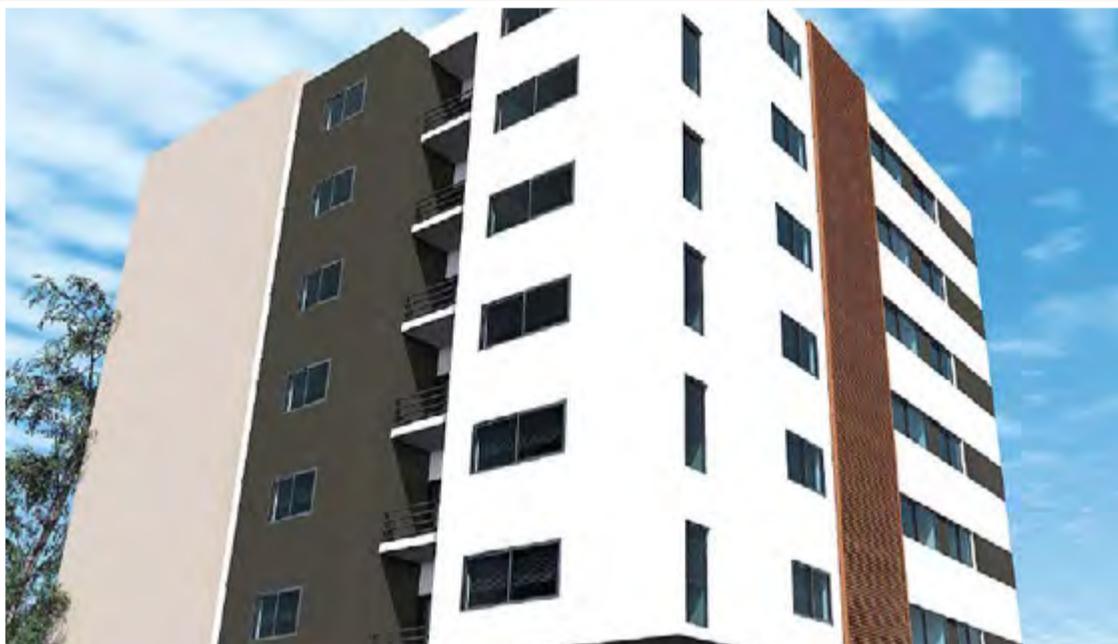
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

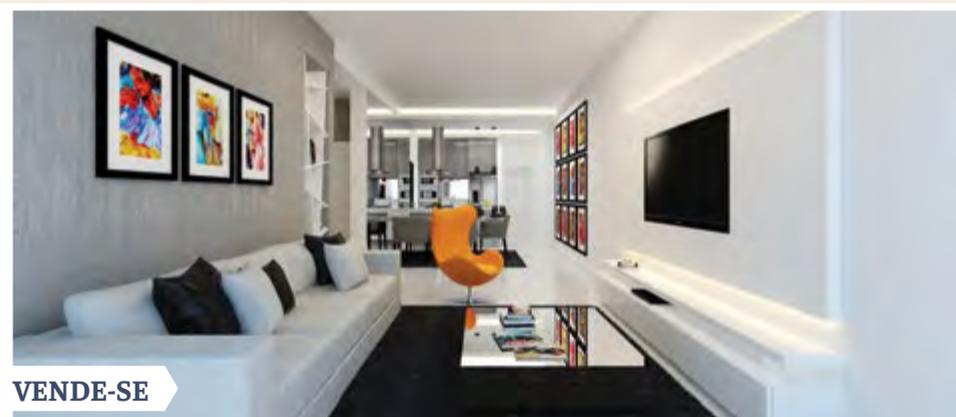
Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H. Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

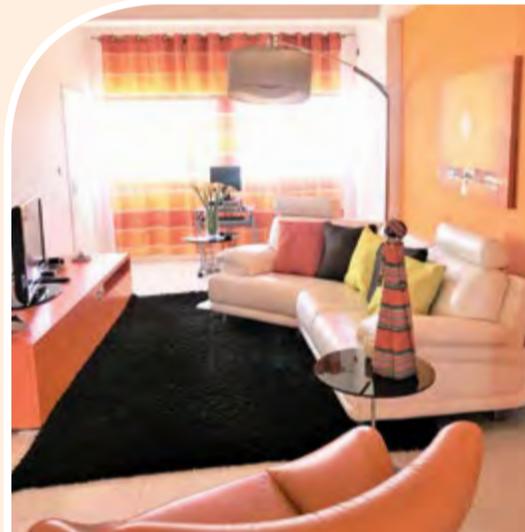
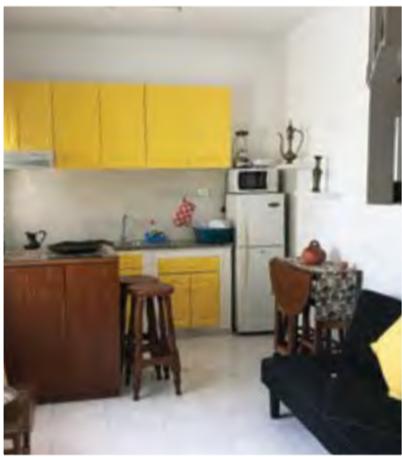
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)

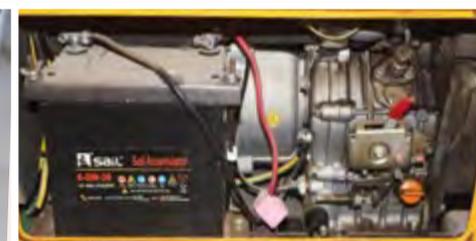


Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



Nos termos dos números 2 e 3 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 47/2019, de 28 de outubro, a Agência de Aviação Civil (AAC), convida o público em geral a participar na consulta dos seguintes projetos de regulamento:

- Regulamento que disciplina a realização de transporte privado em voos de aviação geral, no interior de Cabo Verde;
- Regulamento que estabelece o regime jurídico do licenciamento e certificação, aplicável à atividade de trabalho aéreo;
- Regulamento que define o regime aplicável à utilização de sistemas de aeronaves civis não tripuladas (“Drones”).

Os projetos em causa podem ser consultados no website da AAC – www.aac.cv - por um período de 30 (trinta) dias, de **25 de março a 24 de abril de 2021**, devendo os interessados remeter os seus comentários por correio eletrónico – gaj@aac.cv ou para o seguinte endereço:

Agência de Aviação Civil
Achada Grande Frente
CP 371 Praia – República de Cabo Verde

OBS: Os comentários devem constar de um formulário próprio disponibilizado no website da AAC.



ÁGUAS DE PORTO NOVO SA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2021

CONVOCATÓRIA

Exmo.(s) Senhor (es)

Nos termos do artigo 298º do Código das Sociedades Comerciais, e dos estatutos, convoco os Excelentíssimos Accionistas para a reunião da Assembleia Geral Ordinária da sociedade ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A., no dia 30 de abril de 2021, pelas 11:00 horas, presencialmente no edifício da Câmara Municipal e por via da plataforma digital, ZOOM devido às restrições e condicionantes impostas pela Crise Sanitária motivada pela Pandemia COVID-19, com a seguinte ordem do dia:

1. Apreciação e deliberação sobre as contas do exercício de 2020, e Relatórios de Gestão e Pareceres do Fiscal Único;
2. Apreciação e Deliberação sobre a aplicação dos resultados do exercício;
3. Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
4. Aprovação dos instrumentos de Gestão para o ano de 2020: Plano de Atividade e Orçamento.
5. Eleição da mesa da Assembleia geral
6. Diversos

Porto Novo, aos 12 de abril de 2021.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Hernany Brito dos Santos



Ministério
da Educação
Inspeção-Geral da Educação

AVISO

Fica, por este meio, avisado o **Sr. Mário César Barbosa Monteiro**, pessoal de apoio operacional, nível I, em serviço na Escola Básica “Quintino Ribeiro” – Bairro Craveiro Lopes, cidade da Praia, que por não ter comparecido no seu posto de trabalho há mais de 10 (dez) dias úteis seguidos, sem qualquer justificação, e por se desconhecer o seu paradeiro, presume-se que o mesmo rescindiu o contrato de trabalho por abandono do lugar, sem aviso prévio nos termos do artigo 244º, n.ºs 1 e 2 do Código Laboral vigente, podendo, todavia, ilidir tal presunção nos termos do n.º 3 do mesmo artigo e diploma legal.

Ademais, fica ainda citado de que pode, no prazo de 8 dias, consultar o processo na sede da sua entidade empregadora, nas horas normais do expediente, para os fins tidos por conveniência, nos precisos termos do artigo 282º do diploma legal que vimos citando.

Inspeção Geral da Educação, na Praia, 14 de Abril de 2021

A Instrutora,

Elizita Mendes Fernandes

Palácio do Governo, CP nº 111, Várzea, Cidade da Praia, República de Cabo Verde T (+238) 2611165

-ASSEMBLEIA GERAL- **“Vela Verde S.A”** **Convocatória nº 01/2021**

São convocados, nos termos do artigo 298º do Código das Sociedades Comerciais, os Exmos. Senhores Acionistas da “Vela Verde S.A”, para a reunião Anual Ordinária da Assembleia Geral que terá lugar no dia 07 de Maio de 2021, pelas 15:00 horas, na sede social da Sociedade – Av. Dos Hotéis – Djad’sal Moradias, Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apreciar e Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2020;
- Apreciar e Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício de 2020;
- Proceder à Apreciação Geral da Administração e Fiscalização da sociedade nos termos da Lei;
- Diversos;

Todos os documentos estão disponíveis para a consulta dos acionistas na sede da sociedade.

Os acionistas podem fazer-se representar por outro acionista ou representante devidamente mandatado para o efeito, nos termos do disposto nos artigos 301º e 302º/1 do Código das Sociedades Comerciais.

Vela Verde, S.A., em Santa Maria, 23 de Abril de 2021 - A Presidente da mesa, Conceição Fortes



EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA ELECTRA S. A.

* Ava. Dr. Baltazar Lopes da Silva nº. 10 / 1º. - C.P. 137 - Mindelo - S. Vicente
República de CABO VERDE

Anúncio de concurso público nº 004/ESA/21

(a que se refere o número 1 do artigo 24.º do Código da Contratação Pública)

1. Entidade Adjudicante

ELECTRA S.A., Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva N.º 10, 1º, C.P. 137 – S. Vicente,
Telefone: +238 2303030; Fax.: + 238 2313014; www.electra.cv

2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa

Conselho de Administração da ELECTRA, S.A.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento

ELECTRA S.A., USAL, Unidade Serviços Aprovisionamentos e Logística, Rua Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10, 1º Andar, CP-137, Telf.: 2 303030

4. Financiamento:

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas por orçamento da ELECTRA S.A.

5. Objecto do Concurso:

O presente concurso destina-se a CONSTRUÇÃO INFRAESTRUTURAS, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO HIDROPNEUMÁTICA E LIGAÇÃO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA VILA MONTE, URBANIZAÇÃO DA RIBEIRA DE JULIÃO II, S. VICENTE.

6. Local da execução do contrato:

Vila Monte, urbanização da Ribeira de Julião II, ilha de S. Vicente

7. Prazo de execução do contrato:

Prazo contratual de 90 (noventa) dias a contar da data da celebração do contrato.

8. Obtenção dos documentos do concurso:

Os documentos relativos ao presente concurso podem ser requeridos por email através do endereço: j.barbosa@electra.cv, C.C. h.gomes@electra.cv.

9. Custo dos documentos do concurso:

O custo dos documentos é de 10.000\$00 (Dez mil escudos cabo-verdianos) livre de encargos bancário e não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado através de transferência bancária a favor de:

Nome do destinatário:	ELECTRA NORTE
Nome do Banco:	BCA
IBAN:	CV64 0003 0000 83440371 101 76
SWIFT CODE:	BCATCVCV

10. O Caderno de Encargos (CE) será enviado em formato digital para o endereço eletrónico indicado no pedido, após a receção do comprovativo do respetivo pagamento.

O pagamento deverá ser efetuado até as 14:30 horas (hora local CV) do dia 30 de abril de 2021.

11. Divisão em lotes:

O Concurso é constituído em lote único:

Construção, aquisição de equipamentos, instalação de uma estação hidropneumática e ligação à rede de distribuição de água na vila Monte, urbanização da Ribeira de Julião II, S.Vicente.

12. Não são admitidas propostas com variantes;

13. Requisitos de admissão:

podem ser admitidos os interessados com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde (1) que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo [70.º] do Código da Contratação Pública. Só podem ser admitidos os concorrentes que tenham as capacidades técnicas requeridas para execução das prestações do contrato e alvará compatível com a natureza e valor da obra.

14. Modo de apresentação das propostas:

- 1 (um) original impresso,
- 1 (uma) cópia impressa e,
- 1 (uma) cópia digital numa flash drive.

As propostas impressas devem conter as menções “original” e “cópia”, devendo a cópia ter as mesmas assinaturas que o original. As citadas propostas devem ser remetidas por via de carta registada ou entregues por portador contra recibo na secretaria da ELECTRA, S.A, Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva, Cidade do Mindelo em envelope fechado, com a inscrição:

PROJETO 21DA201 - Projeto de Estação Hidropneumática da Urbanização Vila Monte - Ribeira de Julião II

15. Língua:

As propostas e todos os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa;

16. Data de apresentação de propostas:

Os interessados devem entregar as propostas até até o dia 17 de junho de 2021 às 12:00 no endereço:

Electra S.A.
Unidade de Serviços de Aprovisionamento e Logística
Avª Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10,
C.P. 137 – Mindelo, São Vicente
+238 2303030

17. Prazo de manutenção das propostas:

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias.

18. Critério de adjudicação:

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante mediante avaliação dos seguintes factores:

- O Preço
- A qualidade técnica (garantias técnicas) da proposta
- O prazo de execução

19. Ato público:

O ato público de abertura das propostas tem lugar na sede da ELECTRA,SA em São Vicente às 15H00 (hora local CV) do dia 17 de junho de 2021, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes, devidamente credenciados para o efeito.

20. Não há lugar a negociação

21. Cauções e garantias

de boa execução do contrato, conforme programa do concurso.

22. Identificação do autor do anúncio:

ELECTRA S.A.

23. Lei aplicável ao procedimento:

o presente procedimento será regido por Lei n.º 88/VIII/2015 de Abril, que aprova o Código de Contratação Pública (publicado no BO n.º 24 I Série), o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de Novembro, publicado no BO n.º 72, I Série), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos estandardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (no BO n.º 78, I Série, de 9 de Dezembro)

Data do envio do anúncio

ELECTRA S.A., S.Vicente, 09 de Abril de 2021
O Administrador Executivo



ELECTRA – NORTE, Sociedade Unipessoal, S.A.
Sede: * Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59 – S.Vicente
Telefone + 238. 2321432 Fax + 238. 2313014 email: electra.norte@electra.cv

S.VICENTE – CABO VERDE

RECRUTAMENTO EXTERNO DE 1 (UM) SERRALHEIRO MECÂNICO

A ELECTRA-Norte, Sociedade Unipessoal, SA, pretende recrutar 1 (um) Serralheiro Mecânico, em regime de contrato a prazo, para trabalhar na Direção de Produção Norte, na ilha de Santo Antão, que cumpre os seguintes requisitos:

1. Condições Exigidas

- 12º Ano de escolaridade, com valência na área Mecânica;
- Experiência profissional comprovada na área de Serralharia, Soldadura e Tubista;
- Capacidade de aprendizagem;
- Capacidade para trabalhar em equipa;
- Facilidade no relacionamento interpessoal;
- Dinamismo e facilidade de comunicação;
- Disponibilidade de imediata;
- Forte sentido de responsabilidade.

2. Atribuições

- Manutenção de instalações de produção de Eletricidade;
- Execução de tarefas de serralharia;
- Execução de tarefas de soldaduras;
- Execução de circuitos diversos na produção de Eletricidade;
- Outras tarefas inerentes à função.

3. Documentos exigidos

- Carta de apresentação;
- Curriculum vitae;
- Certificado de habilitações literárias;
- Comprovativos de experiência profissional;
- Fotocópia de bilhete de identidade;
- Declaração de NIF;
- Atestado Médico;
- Registo criminal;
- Carta de condução;
- Outros documentos que entender relevantes.

4. Oferece

- Salário compatível;
- Outras regalias vigentes na Empresa.

5. Local de trabalho

- Ilha de Santo Antão.

6. Método de Seleção

A seleção será feita com base em análise curricular e entrevista.

7. Prazo e local da entrega das candidaturas

As candidaturas deverão ser entregues até às 16H00 do dia 30 de Abril de 2021 na Sede da Empresa, em São Vicente, Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 10, ou através do e-mail uarh@electra.cv

A candidatura deve ser dirigida a:

Unidade de Serviços Administrativos e de Recursos Humanos da Electra, SA
“Concurso para a admissão de 1 (um) Serralheiro Mecânico, para a Direção de Produção Norte – Ilha de Santo Antão”

Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 1 Caixa Postal 137
Mindelo – São Vicente
Cabo Verde

A ELECTRA, reserva-se ao direito de anular o concurso, caso as candidaturas não satisfaçam as condições exigidas.

Mindelo, 16 de Abril de 2021



ELECTRA – NORTE, Sociedade Unipessoal, S.A.
Sede: * Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59 – S.Vicente
Telefone + 238. 2321432 Fax + 238. 2313014 email: electra.norte@electra.cv

S.VICENTE – CABO VERDE

RECRUTAMENTO EXTERNO DE 2 (DOIS) SERRALHEIROS TUBISTAS

A ELECTRA-Norte, Sociedade Unipessoal, SA, pretende recrutar 2 (dois) Serralheiros Tubistas, em regime de contrato a prazo, para trabalhar no Departamento de Distribuição de Água, na ilha de São Vicente, que cumprem os seguintes requisitos:

1. Condições Exigidas

- 12º Ano de escolaridade, com valência na área de Construção Civil ou Mecânica;
- Experiência profissional comprovada na área de Serralharia, Soldadura e Canalização de forma geral;
- Capacidade de aprendizagem;
- Capacidade para trabalhar em equipa;
- Facilidade no relacionamento interpessoal;
- Dinamismo e facilidade de comunicação;
- Disponibilidade de imediata;
- Forte sentido de responsabilidade.

2. Atribuições

- Manutenção das redes de distribuição de água;
- Manobras de válvulas de redes de distribuição de água;
- Vistorias, cortes e religações de água;
- Exames de contadores e resolução de reclamações no terreno;
- Vistoria de pedidos de Novas Ligações;
- Execução de ramais de Novas Ligações e Piquetes;
- Execução de manobras nas redes e resolução de Ordens de Serviço;
- Outras tarefas inerentes à função.

3. Documentos exigidos

- Carta de apresentação;
- Curriculum vitae;
- Certificado de habilitações literárias;
- Comprovativos de experiência profissional;
- Fotocópia de bilhete de identidade;
- Declaração de NIF;
- Atestado Médico;
- Registo criminal;
- Carta de condução;
- Outros documentos que entender relevantes.

4. Oferece

- Salário compatível;
- Outras regalias vigentes na Empresa.

5. Local de trabalho

- Ilha de São Vicente.

6. Método de Seleção

A seleção será feita com base em análise curricular e entrevista.

7. Prazo e local da entrega das candidaturas

As candidaturas deverão ser entregues até às 16H00 do dia 30 de Abril de 2021 na Sede da Empresa, em São Vicente, Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 10, ou através do e-mail uarh@electra.cv

A candidatura deve ser dirigida a:

Unidade de Serviços Administrativos e de Recursos Humanos da Electra, S.A
“Concurso para a admissão de 2 (dois) Serralheiros Tubistas, para o Departamento de Distribuição de Água – Ilha de São Vicente”

Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 1 Caixa Postal 137
Mindelo – São Vicente
Cabo Verde

A ELECTRA, reserva-se ao direito de anular o concurso, caso as candidaturas não satisfaçam as condições exigidas.

Mindelo, 16 de Abril de 2021



ANÚNCIO CONCURSO PÚBLICO CONCURSO Nº 5/UGP-UE/TCCV/2021 FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS

ABRIL 2021

1- Entidade Adjudicante:

O Tribunal de Contas de Cabo Verde, no âmbito da Execução do Contrato de Subvenção FED/2018/394 – 995, financiado pela União Europeia, sito em Avenida da Liberdade e Democracia, Prédio da Diocesana Center, 2º e 3º Pisos, Achada Santo António, Praia C.P n.º 126 Cabo Verde, VoIP 7800, tel.: nº 2623552, Fax nº 2623551, e-mail: tcontascaboverde@tcontas.gov.cv, por este anúncio, faz saber que se encontra aberto, a partir da data da publicação do presente anúncio no site do Tribunal de Contas, o concurso publico nacional, para contratação de empresa (s) para fornecimento de equipamentos informáticos.

2. Órgão competente para a decisão de contratar e realizar a despesa

O órgão competente para autorizar a despesa referente ao contrato a celebrar é o Concelho Administrativo do Tribunal de Contas, ao abrigo do Contrato de Subvenção, FED/2018/394-995, e Adenda n.º 1 ao Contrato de Subvenção, financiado pela União Europeia, de 29 de agosto de 2019 e 18 de novembro de 2020.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento

A Unidade de Gestão do Projeto (UGP) no âmbito da execução do contrato de subvenção FED/2018/394-995, financiado pela União Europeia, e-mail: tcontascaboverde@tcontas.gov.cv.

4. Financiamento

As despesas inerentes à celebração do contrato serão financiadas pela União Europeia, através do Contrato de Subvenção FED/2018/394 – 995.

5. Objeto do Concurso

O presente concurso tem por objeto a aquisição de equipamentos informáticos, de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo I do Caderno de Encargos e agrupados nos seguintes lotes:

Lotes		
Lote	Tipo de equipamento	Quantidade
1	Computador portátil	13
	Scanner portátil	5
2	Computador de mesa	12
	Scanner de mesa	2
3	Servidor	1
	NAS	1
	UPS	1
	Bastidor de Servidor	1
	Switch Monitor	1
4	Impressora Multifunções	1

6. Local da execução do contrato

O local de entrega dos bens é no Tribunal de Contas de Cabo Verde no endereço indicado em 1.

7. Prazo de execução do contrato

O contrato vigora até à data de entrega de todos os bens objeto do presente procedimento, consoante o cronograma de entrega apresentado na proposta vencedora.

8. Obtenção dos documentos do concurso

Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos através dos endereços eletrónicos referidos no ponto 1 ou consultados através do site: www.tribunalcontas.cv

9. Divisão em lotes

Os concorrentes podem apresentar propostas, por lotes, para todos os lotes ou para quaisquer lotes, neste último caso o concorrente deverá assegurar o cabal cumprimento das regras específicas à proposta a apresentar para cada lote.

10. Requisitos de admissão

Podem ser admitidos entidades interessadas com nacionalidade, sede ou estabelecimento principal na República de Cabo Verde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70º do Código da Contratação Pública e que cumpram os critérios de elegibilidade da União Europeia que constam anexo A2a do Guia Prático dos Procedimentos Contratuais da União Europeia para Ações Externas (PRAG).

11. Modo de apresentação das propostas

11.1 As propostas devem ser apresentadas de acordo com os requisitos definidos no Programa do Concurso.

11.2 Não são admitidas propostas para o fornecimento de parte dos bens objeto do presente concurso que não estejam nas condições definidas no Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

11.3 Não são admitidas propostas com variantes ou condicionadas fora das condições definidas no Programa do Concurso e Caderno de Encargos.

12. Língua

As propostas bem como os documentos que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa, que será igualmente utilizada para as comunicações formais de e para a Entidade Adjudicante.

13. Data de apresentação de propostas

Os interessados devem entregar as respetivas propostas, até às 17h00 do dia 5 de maio de 2021. As propostas podem ser entregues pessoalmente, ou por correio postal, no Tribunal de Contas de Cabo Verde, no endereço indicado no nº 1 do presente anúncio. As propostas técnicas e financeiras devem ser entregues em envelopes fechados separados e devidamente identificados.

14. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é o de preço mais baixo.

15. Pedido de esclarecimentos

15.1 Os interessados poderão solicitar, por escrito através do endereço eletrónico tcontascaboverde@tcontas.gov.cv, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos Documentos do presente Procedimento, até o dia 22 de abril de 2021.

15.2 Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos, também por escrito, para o endereço postal, ou de correio eletrónico ou fax indicados pelo interessado, até o dia 29 de abril de 2021.

16. Ato público

O ato público de abertura das propostas terá lugar na Sede do Tribunal de Contas de Cabo Verde, sito em Avenida da Liberdade e Democracia, Prédio da Diocesana Center, 2º e 3º Pisos, Achada Santo António, Praia, C.P n.º 126 Cabo Verde no dia 06 de maio às 10H00, através de plataforma online, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

17. Negociação

Não há lugar a negociação.

18. Identificação do autor do anúncio

Unidade de Gestão do Projeto (UGP) no âmbito da execução do contrato de subvenção FED/2018/394-995, financiado pela União Europeia, e-mail: tcontascaboverde@tcontas.gov.cv

19. Contrato

O presente concurso é sujeito a contrato escrito. A assinatura do contrato tem lugar nos 5 dias subsequentes à comunicação da adjudicação.

20. Lei aplicável ao procedimento

O presente Procedimento é regulado pela legislação cabo-verdiana, incluindo o Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e a Lei nº 88/VIII/2015, que aprova o Código da Contratação Pública.

Tribunal de Contas, na Praia, 12 de abril de 2021

A Gestora do Projeto,

 Tribunal de Contas, na Praia, 12 de abril de 2021
 Débora Vieira

= EXTRACTO =

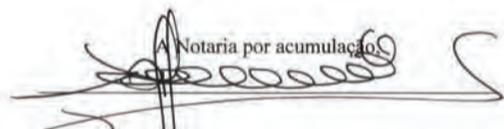
CERTIFICO, para efeito da segunda Publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014 de 1ª Série, que no dia nove de novembro de dois mil e vinte, no Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, ilha de São Vicente, perante a Notária por acumulação, Drª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/69 a folhas 8 á 8vº, a Habilitação de Herdeiros, por óbito de **FRANCISCA ROSA PIRES**, natural da freguesia de São Pedro Apostolo, concelho da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de solteira, falecida no dia dois de dezembro de dois mil e dez, num domicílio na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente - Cabo Verde, onde teve a sua última residência habitual, em Chã de Cemitério. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foram declarados como Herdeiros legitimários o seu filho: a) - **a) - Joaquim Xavier Pires Ramos Pinto**, à data do óbito solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Chã de Cemitério, cidade do Mindelo.

E no dia dezoito de agosto de dois mil e seis, num domicílio na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente - Cabo Verde, faleceu **AUGUSTO RAMOS PINTO** natural da freguesia de Santa Isabel, concelho e ilha da Boa Vista, no estado de viúvo, onde teve a sua última residência habitual, em Chã de Cemitério. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foram declarados como Herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Joaquim Xavier Pires Ramos Pinto**, à data do óbito solteiro, maior, acima devidamente identificado; **b) - Carlos Augusto Brito**, à data do óbito solteiro, maior, residente em Vila Nova, cidade do Mindelo; - **c) André Avelino Ramos Pinto**, à data do óbito divorciado, residente em Chã de Cemitério, cidade do Mindelo; **d) - Amílcar Ramos Pinto**, à data do óbito divorciado, residente em Palmeira, ilha de Sal; **e) Hírandolina Regina Ramos Pinto dos Reis Borges**, à data do óbito casada com Carlos Alberto Virgolino dos Reis Borges, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente na cidade da Praia; todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Mas se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do Artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo aos dois do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um.



Notaria por acumulação

Conta: Arto. 20º.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo200\$00
Total 1200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)
Processo nº 270 944 /2021
Conta Reg. Sob o nº 202103565_/2021

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes Alto São Nicolau, Mindelo - SV-Cabo Verde (Telefone Notária em Acumulação - 232 63 77 / Telefone Secretaria - 232 6477/ e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@rni.gov.cv)

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos de Acção Especial (revisão e confirmação de sentença estrangeira), registados sob o nr. 28/2020-2021.

Requerente: O procurador da República de Círculo.

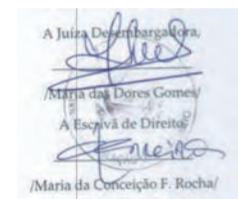
Requerido **FERNANDO VILELA ASCENÇÃO**, divorciado, natural de Sintra, Portugal, residente em parte incerta de Portugal, com ultima residência em Espiailha de São Vicente e na cidade de Porto Novo-Santo Antão.

- 0 -

FAZ SABER que nos autos acima referidos, é **citado** o Requerido acima identificado, para no prazo de **DEZ DIAS**, e finda à dilação de **SESSENTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição ao pedido formulado pelo Requerente nos referidos autos, que consiste no seguinte:

Que seja revista e confirmada a sentença proferida pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Noroeste- Juízo de Família e Menores de Sintra-1ª Secção, com todas as consequências legais, designadamente a de regulação do poder paternal que o mesmo decreta produzir todos os seus efeitos legais em Cabo Verde.

FAZ AINDA SABER que: a falta de oposição não importa a confissão dos factos articulados pelo Requerente; que caso deduzir oposição, deverá oferecer logo os meios de prova; que é obrigatória a constituição de advogado; que deverá efectuar, no prazo de cinco dias, a contar da apresentação da oposição, o pagamento do preparo inicial no valor de 10.000\$00 e, não o fazendo dentro desse prazo, será notificada para o fazer acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, podendo fazer esse depósito directamente na conta nr. 86592968 do BCA - Cofre de Preparos e Custas deste Tribunal e, se o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter a este Tribunal, documento comprovativo do depósito efectuado; e ainda que goza da faculdade de requerer à O.A.C.V. o benefício de assistência judiciária.



A Juíza Desembargadora,
/Maria das Dores Gomes/
A Escrivã de Direito,
/Maria da Conceição F. Rocha/

Avenida Alberto Leite, CP nºx003 - telefone 3338448 e Fax 2314064 -

ANÚNCIO Nº 07/2021

O SR. DR. **ARY A. SPENCER SANTOS**, JUIZ DE DIREITO COLOCADO NO 4º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL JUDICIAL DESTA COMARCA;

Faz Saber que nos autos de Execução Ordinária (para pagamento da quantia certa) reg. sob o nº 94/2015, que o exequente, BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A., com sede nesta cidade da Praia, move neste Juízo contra a executada, **EVELINE NAIR BARROS FERNANDES**, solteira, maior, residente em Palmarejo, terá lugar na Secretaria deste Juízo, no próximo dia **21 de Maio de 2021, pelas 16h30mn, a abertura de propostas em carta fechada**, relativamente à venda da fracção "E", sótão, apartamento T2, do prédio a seguir identificado, considerando-se aceite a que indique preço mais elevado, com o valor base de **5.324.200\$00 (cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil e duzentos escudos)**, correspondente a 70% do valor da avaliação;

Tudo, com vista ao pagamento da quantia exequenda de **7.570.014\$00 (sete milhões, quinhentos e setenta mil e catorze escudos)**, acrescidos de juros e mais encargos provenientes da acção executiva supra referida.

Para visita ao imóvel, os interessados deverão contactar o fiel depositário **Sr. JUVENAL TAVARES DA SILVA**, funcionário público aposentado, residente em Calabaceira - cidade a Praia, podendo ser, através do telm. Nº 995 70 37, que tem a obrigação de mostrar o imóvel a quem pretende examina-

-lo - artº 770º do CPC

VERBA ÚNICA

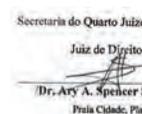
1 - Fracção "E" - Sótão, apartamento tipo T2, do prédio sito em Palmarejo, descrito na Conservatória do registo Predial da Praia, sob o nº 23.811 a fls. 71 vº do livro B/94, composto por hall, corredor de circulação, uma sala comum, uma cozinha, dois quartos de dormir, dois WC, um terraço e uma varanda, inscrito na matiz predial da freguesia de Nossa Senhora da Graça, sob o nº 22.643, área de 121.6m2 e 19.12% da área construída, com o rendimento coletável de 250.000\$00,(duzentos e cinquenta mil escudos), correspondente ao valor matricial de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos);

As pessoas interessadas na compra deste bem, podem apresentar as referidas propostas na secretaria do 4º Juízo Cível, até ao momento da abertura, data supra;

Para constar se passou este anúncio, que será entregue ao exequente, para efeitos de 1ª e 2ª publicação, nº 3 do artº 769º do CPC.;

Secretaria do Quarto Juízo Cível da Praia, aos 07 dias do mês de Abril do ano de 2021

Secretaria do Quarto Juízo Cível da Praia, aos 07 dias do mês de abril do ano de 2021




Juiz de Direito,
/Dr. Ary A. Spencer Santos/
Praia Cidade, Plateau, Praça Alexandre de Albuquerque, Tel. 260 97 00, Fax 2613880

O Escrivão de Direito,
/José Maria A. Fernandes/
Praia Cidade, Plateau, Praça Alexandre de Albuquerque, Tel. 260 97 00, Fax 2613880

Praia Cidade, Plateau, Praça Alexandre de Albuquerque, Tel. 260 97 00, Fax 2613880

ANÚNCIO**Recrutamento de Membros para a Comissão de Resolução de Conflitos**

Encontra aberto, até o dia 03 de Maio de 2021, o concurso para o recrutamento de membros para a Comissão de Resolução de Conflitos, nos termos do Regulamento publicado no Site (www.arap.cv).



Publication d'offre: 07/avr./2021
Date de dépublication : 28/avr./2021, 20:59:00

Organizational Unit: FRCVI

Type d'emploi: Travail temporaire

Type de réquisition: PSA (Accord de services personnels)

Grade: N/A

Lieu principal: Cabo Verde-Praia

Durée: 100 jours WAE

Numéro de poste: N/A

La FAO s'attache à assurer la diversité – parité hommes-femmes, répartition géographique équilibrée et diversité linguistique – parmi son personnel et les consultants internationaux qu'elle emploie, afin de servir au mieux les États Membres dans toutes les régions.

**Les femmes et les ressortissants d'États Membres non représentés ou sous-représentés possédant les qualifications requises sont encouragés à présenter leur candidature.
Les personnes handicapées sont également encouragées à présenter leur candidature.
Toutes les candidatures seront traitées dans la plus stricte confidentialité.**

Organizational Setting

Le consultant national agronome est recruté dans le cadre du projet «Gestion de l'eau pour une agriculture résiliente et durable et en réponse au COVID-19 au Cabo Verde », un projet financé et mis en œuvre par l'Organisation des Nations Unies pour l'agriculture et l'alimentation (FAO) en étroite collaboration avec le Ministère de l'agriculture et de l'environnement.

Reporting Lines

Le consultant travaillera sous la supervision générale du représentant de la FAO pour Cabo Verde, la supervision directe de la chargée au représentant de la FAO (Programme) et en étroite collaboration avec des partenaires du projet. Le CN devra assurer une étroite collaboration avec l'équipe nationale du projet de la DGASP, les équipes de TSS de la FAO, la Représentation de la FAO au Cabo Verde et les autres partenaires du projet pour l'établissement des normes et procédures pour la planification et l'exécution des activités de gestion de l'eau d'irrigation notamment l'établissement des plans d'irrigation goutte à goutte, de la formation des agriculteurs sur la gestion et l'utilisation des systèmes d'irrigation goutte à goutte, et d'appui à la planification des actions agricoles sur le terrain. Il devra assurer les fonctions suivantes :

Technical Focus

L'objectif principale du projet est de démontrer que malgré la menace posée par la pénurie d'eau et une sécheresse persistante, le Cap-Vert, comme petit État insulaire en développement et pays sahélien, peut transformer ces défis en une opportunité pour le développement agricole, la sécurité alimentaire et la nutrition tout en réduisant les vulnérabilités des ménages ruraux et offrir des opportunités de génération de revenus.

Le CN devra assurer une étroite collaboration avec l'équipe nationale du projet de la DGASP, les équipes de support technique de la FAO, la Représentation de la FAO au Cabo Verde et les autres partenaires du projet pour l'établissement des normes et procédures pour la planification et l'exécution des activités de gestion de l'eau d'irrigation notamment l'établissement des plans d'irrigation goutte à goutte, de la formation des agriculteurs sur la gestion et l'utilisation des systèmes d'irrigation goutte à goutte, et d'appui à la planification des actions agricoles sur le terrain. Il devra assurer les fonctions suivantes :

Tasks and responsibilities

- Elaborer le plan d'activités détaillé sur la gestion de l'eau d'irrigation
- Planifier les systèmes d'irrigation goutte à goutte à installer
- Appuyer la définition des spécifications techniques des matériels et équipements d'irrigation goutte à goutte
- Préparer un dossier d'achat des matériels et des équipements d'irrigation goutte à goutte et gestion de l'eau à la parcelle.
- Préparer un dossier d'appel d'offre des semences des cultures maraichères, des plantes et des matériels végétaux améliorés
- Appuyer la planification des cultures à introduire et la diversification des espèces en période et époque culturales
- Participer à l'évaluation des offres des appels à la concurrence pour les acquisitions du projet
- Organiser et appuyer l'approbation des spécifications techniques des fournitures, matériels et équipements d'irrigation goutte à goutte prévus dans le cadre du projet
- Organiser, appuyer et assister la réalisation les formations qui sont prévues sur la gestion

- de l'eau et l'utilisation des systèmes d'irrigation goutte à goutte prévues au projet
- Accompagner la mise en œuvre des activités agricoles du projet au niveau des sites ;
- Appuyer la préparation et la remise des rapports d'exécution du projet et tout autre rapport requis
- Participer à l'élaboration du rapport final du projet, ainsi que d'autres rapports techniques exigés.
- Toute autre activité sollicité par son superviseur

CANDIDATES WILL BE ASSESSED AGAINST THE FOLLOWING

Minimum Requirements:

- Diplôme universitaire (BAC plus 5 ans) en agronomie, génie rural, gestion des ressources naturelles, ou équivalent
- Au moins 5 ans d'expérience pertinente dans la gestion des projets et programmes de gestion des ressources naturelles
- Connaissance pratique du français ou de l'anglais et maîtrise du portugais et/ou créole
- Ressortissant de Cape vert ou résident dans le pays avec un permis de travail régulier.

FAO Core Competencies:

- Attention portée aux résultats
- Avoir l'esprit d'équipe
- Sens de la communication
- Établissement de relations constructives
- Partage des connaissances et amélioration continue

Technical/Functional Skills

- Une bonne connaissance des problèmes sociaux, économiques et environnementaux ruraux du Cabo Verde
- Compréhension approfondie des opportunités et des défis socio-économiques liés à la gestion de l'eau et des ressources naturelles
- Solides compétences analytiques et capacité à synthétiser une grande quantité de données en connaissances / informations analytiques et pratiques (une expérience avérée du cadre institutionnel et de l'évaluation des capacités est un plus);
- Solides compétences et connaissances informatiques;
- Une vaste expérience professionnelle dans le travail avec des ONG, des gouvernements nationaux et des organisations internationales;

Selection Criteria

- Analyse du curriculum;
- Entrevue

Prière de noter que tous les candidats doivent adhérer aux valeurs de la FAO – *engagement envers l'Organisation, respect de chacun, intégrité et transparence.*

RENSEIGNEMENTS COMPLÉMENTAIRES

- La FAO ne perçoit de frais à aucun stade du recrutement (dépôt de candidature, entretien, traitement du dossier).
- Les dossiers de candidature incomplets ne seront pas examinés. Pour toute question ou demande d'aide, s'adresser à Careers@fao.org .
- Les candidatures reçues après la date de clôture de l'avis ne seront pas acceptées.
- Seuls les diplômes d'aptitude linguistique délivrés par des prestataires externes reconnus par les Nations Unies et/ou les résultats des examens officiels de la FAO (examens d'aptitude linguistique de niveaux B et C et test de recrutement linguistique) seront acceptés comme attestation du niveau de connaissance des langues indiquées dans le formulaire de candidature en ligne.
- Pour d'autres questions, veuillez consulter la page web Emploi à la FAO: <http://www.fao.org/employment/home/fr/>

COMMENT POSTULER

Pour présenter votre candidature, veuillez remplir le formulaire en ligne sur le site web de la FAO consacré au recrutement, Jobs at FAO. Les dossiers de candidature incomplets ne seront pas examinés. Seules les candidatures reçues par l'intermédiaire du portail de recrutement seront prises en considération.

Les candidats sont encouragés à enregistrer leur candidature en prévoyant un délai largement suffisant avant la date limite.

Pour obtenir de l'aide, écrire à: Careers@fao.org.

LA FAO EST UN ESPACE NON FUMEUR.

O edital desta escritura foi fixada a porta da Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Boa Vista, na Câmara Municipal da Boa Vista e na sede da empresa responsável pela execução do cadastro. Em 30-10-2019.

HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Aos trinta dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Sal Rei, e no Cartório Notarial, perante mim, **Lic. Isabel Maria Gomes Da Veiga**, respectiva Notária, compareceram como Outorgantes:

PRIMEIRO) - Alberto Pires, solteiro, maior, natural da República de Senegal, residente em Sal Rei, titular do bilhete de identidade número 146835, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil da Boa Vista aos 27.01.2016, contribuinte fiscal número 114683514;

SEGUNDO) - Maria de Fátima Melo Mendes, divorciada, natural da freguesia de João Baptista, concelho da Boa Vista, residente em Sal Rei, titular do CNI número 19681913F007C, válido até 26-08-2024, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil-da Boa Vista, contribuinte fiscal número 118636685 e;

TERCEIRO) - Luizete Monteiro Oliveira, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, residente em Sal Rei, Ilha da Boa Vista, titular do bilhete de identidade número 148781, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil e Criminal da Praia aos 02.05.2018, contribuinte fiscal número 114878102;

Verifiquei a Identidade dos Outorgantes pela exibição dos seus respectivos documentos de identificação.

E por eles foi dito:

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia dezoito de Setembro de dois mil e dezanove, faleceu **Martinho Fortes Fernandes**, no estado de viúvo, foi natural da freguesia de São João Baptista, Concelho da Boa Vista, com última residência habitual em João Galego.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros quatro filhos:

Filhos:

1) Mirma Neves Fernandes Ascensão, casada com Pedro Ascensão Santos sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho do Sal, residente habitualmente em Holanda.

2) Osvaldina Neves Fernandes, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em João Galego;

3) Maria Júlia Neves Fernandes Tomar, casada com Pedro Mendes Tomar sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente habitualmente em Alemanha;

4) Zanilda Neves Fernandes, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, residente habitualmente em Sal Rei;

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do identificado **Martinho Fortes Fernandes**.

Assim o disseram e outorgaram.

Fica arquivado: Certidão de óbito-do falecido e certidões de nascimento dos herdeiros habilitados.

Foi a presente escritura lida em voz alta e clara aos outorgantes, na presença simultânea de todos, aos quais expliquei o seu conteúdo, efeitos e alcance, advertindo-os de que incorrem nas penas aplicáveis ao crime de falsas declarações se dolosamente e em prejuízo-de-outrem, tiverem prestado declarações falsas.

O presente acto está isento do pagamento do imposto de selo nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 23/IX/2018, de 22 de 01

**Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!**

EXTRATO

Certifico, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia treze de abril de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, perante a Conservadora/Notária, **Alicia Patricia da Cruz da Luz**, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número oito, de folha trinta e nove a trinta e nove verso, uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Pedro Ferreira Martins**, falecido no dia treze de outubro de dois mil e treze, no Município de Pato Bragado/PR - Brasil, natural da freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, filho de Manuel Nobre Martins e Constança Ferreira Martins, com última residência na Rua Londrina, Município de Pato Bragado/PR - Brasil, no estado de solteiro.

Na referida escritura foi declarado que o falecido não deixou testamento ou qual-

quer outra disposição de última vontade e deixou como herdeira legitimária a sua filha **Raquel Neves Ferreira Martins**, solteira segundo declaram, maior, natural do Estado de Paraná - Brasil, residente em Paraná.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram à indicada herdeira ou com ela possam concorrer na sucessão à herança do referido Pedro Ferreira Martins.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, 13 de abril de 2021.

Conta nº 182 / 2021.



Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul - Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas Tef: +381273 16 83 - email: alicia.luzrni.gov.cv

Agradecimento



A esposa, os filhos, irmãos, netos e bisnetos, sobrinhos, cunhados, e demais familiares do saudoso e mui querido esposo, pai, irmão, avô, bisavô, tio, cunhado e demais parentes de **CAETANO HERMÓGENES RODRIGUES PIRES**, na impossibilidade de o fazerem separado e individualmente, vêm por este modo agradecer, muito sensibilizados, a todas as pessoas que, pessoal e telefonicamente, por carta e mensagens, lhes endereçaram condolências pelo falecimento desse seu prezado e inolvidável ente amado, ocorrido na Praia a 22 de Março de 2021, aos noventa anos de idade.

Estendem os seus agradecimentos aos profissionais da saúde que apoiaram e souberam acarinhar esse seu ex-colega, mormente nos seus derradeiros dias de vida, bem como agradecem a todas as pessoas que lhes confortaram e apoiaram antes e depois do desenlace desse seu sempre lembrado familiar querido.

PAZ ETERNA Á SUA ALMA!



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 79 vº a fls. 80 vº do livro de notas para escrituras diversas número 2-A desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de treze de agosto de dois mil e vinte, na qual o Sr. **TEODORO FONTES ANDRADE RIBEIRO**, com NIF107341123, casado com Odete da Veiga Monteiro, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Cova Figueira, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de uma casa coberta de betão armado, com uma sala comum, três quartos, cozinha, casa de banho, cisterna e quintal, situado em Cova Figueira, confrontando ao norte com Anibal Nunes, Sul com João Monteiro Pina, Este com João Lopes e Oeste com Estrada, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo, sob o número 1320/0, com o valor matricial de um milhão e quinhentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que o referido prédio, foi por ele construído de raiz, conjuntamente com a mulher, com seus recursos, material e dinheiro, num terreno, lhe doado de forma verbal, por volta dos anos setenta, pelo Sr. Leopoldo Gomes

de Pina, anterior possuidor do mesmo há mais de vinte anos, sem que pudessem dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, estão na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, contínua, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiros proprietários e sem oposição de outrem, pelo que julgam ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, por usucapião, que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos vinte e um de agosto de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o n.º 06/08

Artigo 20º. 4.2 1.000\$00

Selo do acto 200\$00

Soma:.....1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO
DE 2ª CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO
Cova Figueira- Telefone nº2821050



TABELA DE PREÇOS*

Publicidade

- Publicidade, de preferência, em página ímpar.
- Concepção e produção de publicidade para o jornal impresso e online, sem custos.

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)
1 página	25,9 x 31,5 cm	60.000,00
1/2 página	25,9 x 16,2 cm	40.000,00
1/3 de página	8,6 x 31,5 cm	37.500,00
1/4 de página	12,9 x 16,2 cm	27.500,00
1/6 de página	12,9 x 11,1 cm	20.000,00
1/8 de página	12,9 x 7,8 cm	15.000,00
1/16 de página	6,5 x 8,4 cm	9.750,00
Rodapé - Capa	25,9 x 3 cm	30.000,00
Rodapé - Pg. ímpar	25,9 x 4 cm	20.000,00
Rodapé - Pg. par	25,9 x 4 cm	15.000,00
Contracapa	25,9 x 31,5 cm	70.000,00

Condições especiais podem ser negociadas

*Os preços não incluem IVA

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 22 de Abril

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEXTA - 23 de Abril

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

NENA
Mindelo - T: 232 22 92

SÁBADO - 24 de Abril

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

DOMINGO - 25 de Abril

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEGUNDA - 26 de Abril

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

TERÇA - 27 de Abril

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

QUARTA - 28 de Abril

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04